

REVISTA  
**INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO  
DE  
PIRACICABA**  
Número 24 • 2018

---

UMA PUBLICAÇÃO



**I H G P**  
Intituto Histórico e  
Geográfico de Piracicaba

Cumprindo a Lei Municipal nº 2.160,  
de 18 de dezembro de 1974

**Apoio:**

Prefeitura Municipal de Piracicaba e Secretaria  
Municipal de Ação Cultural e Turismo, SemacTur



**Prefeitura do  
Município de  
Piracicaba**



**Copyright © 2015 IHGP**  
Todos os direitos reservados ao IHGP

---

### **Ficha Catalográfica**

---

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEO-  
GRÁFICO DE PIRACICABA

Piracicaba, Ano 1, N. 1, 1991

Ano XXVI, N. 24, 2018

ISSN: 0103-9482

1. PIRACICABA – HISTÓRIA E GEOGRAFIA –  
PERIÓDICOS.

2. I. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE PIRACICABA

3. CDU 9 (816.12PI)

---

### **I H G P**

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

CNPJ: 50.853.878/0001-48 Rua Prof. José

Martins de Toledo, 109

Jaraguá | Piracicaba SP

Tel.: 19 3434-8811

E-mail: [ihgp@ihgp.org.br](mailto:ihgp@ihgp.org.br)

Site: [www.ihgp.org.br](http://www.ihgp.org.br)

REVISTA  
**INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO  
DE  
PIRACICABA**  
Número 24 • 2018



**IHGP**  
Instituto Histórico e  
Geográfico de Piracicaba

## **Comissão de Publicação Editorial**

Evaldo Vicente  
Luis Antonio Rolim  
Sylvana Zein  
Toshio Iczuca

## **Diretoria Executiva IHGP 2018/2020**

**Presidente:** Valdiza Maria Caprânico  
**Vice-Presidente:** Edson Rontani Junior  
**1ª Secretária:** Aracy Duarte Ferrari  
**2º Secretário:** Jamil Nassif Abib  
**1º Tesoureiro:** Vitor Pires Vencovsky  
**2º Tesoureiro:** Adolpho Carlos França Queiroz  
**Orador:** Gustavo Jacques Dias Alvim  
**Diretora de Acervo:** Carolina Martin

### **Suplentes:**

1º João Umberto Nassif  
2º Rubens Leite do Canto Braga

### **Conselho Fiscal:**

1º Antonio Messias Galdino  
2º Claudinei Pollesel

### **Suplentes do Conselho Fiscal:**

1º Antonio Carlos Neder  
2º Geraldo Claret de Mello Ayres  
3º Benedito Ivam Galvão

**Edição:** Adolpho Queiroz

**Projeto gráfico e capa:** Marco Melo

**Produção editorial:** Editora Nova Consciência  
arte@editoraeme.com.br

### ***Distribuição gratuita***

*Todos os esforços foram feitos para creditar devidamente os eventuais detentores de direitos sobre as imagens utilizadas nessa edição da Revista IHGP. Eventuais omissões não são intencionais e serão corrigidas em uma próxima edição, bastando que seus proprietários contatem o IHGP*

Acervo IHGP: Rua Boa Morte, por volta de 1905



## 9 Apresentação

### 1

#### Memórias e História do IHGP

13 História do IHGP

17 Medalha Prudente de Moraes

21 Archimedes Dutra: a intertextualidade de um artista plural

*Carmen Maria da Silva Fernandez Pilotto*  
*Sonia Maria De Stefano Piedade* 21

### 2

#### Formação étnica de Piracicaba

41 Imigração portuguesa como fator de desenvolvimento econômico e diversidade cultural do Município de Piracicaba

*Aracy Duarte Ferrari*

53 Um cantinho da Espanha em Piracicaba

*Ivam Galvão*

61 A presença italiana em Piracicaba: séculos XIX e XX – a escravidão branca

*Olívio Alleoni*

69 O legado da imigração síria e libanesa no Brasil, enfoque para a colônia de “brimos” em Piracicaba

*Silvana Zein*

82 Curiosidades sobre a imigração japonesa

*Toshio Iczuca*

96 Campos de Araraquara e quilombo Corumbatahy: extremos da capitania de São Paulo à expansão Oeste do Brasil-Colônia (1700 – 1804)

*Noedi Monteiro* 96

167 Breve estudo da presença tirolesa em Piracicaba

*João Luis Franchi*



**3**  
**Festa dos 200 anos da cidade**

**181** As comemorações do Bicentenário  
*Adolpho Queiroz*

**185** Lembranças do Bicentenário  
*Ivana Maria França de Negri*

**4**  
**Homenagens recebidas**

**189** Sessão magna do IHGP Celebra os 50 anos do instituto e os 250 de Piracicaba

**5**  
**Exposições itinerantes**

**197** Exposições itinerantes

# SUMÁRIO

Praça José Bonifácio com Igreja de Santo Antônio ao fundo, 1890







## Apresentação

### **Valdiza Maria Caprânico**

Presidente IHGP 2016-2018

O TEMPO PASSOU RÁPIDO – Rápido até demais – E olhando para trás, vemos que se passaram 50 anos de muito trabalho, muitas dificuldades, lutas e alegrias no IHGP.

Neste livro rendemos nossas homenagens a todos os presidentes anteriores, suas diretorias, que, de coração, se doaram a esta instituição para que ela crescesse, se firmasse como um centro de documentação que acompanha a história, e desenvolvimento de nossa cidade em todos os setores, A essas gestões que nos antecederam, nossa gratidão e respeito – E, na pessoa da Profa. Dra. Marly Therezinha Germano Perecin, uma das fundadoras deste IHGP, homenageamos à todos os presidentes que deixaram seus nomes em nossa história. À profa. Marly, nossos respeitos, gratidão e carinho por seu texto, que segue na íntegra neste livro. Ela também foi a 12º presidente deste IHGP

Em nossas homenagens, nos recordamos de ilustres personalidades de nossa terra, através Archimedes Dutra, fun-

dador deste IHGP – cuja vida e obra são motivos de orgulho não apenas para nós, mas para Piracicaba, para o Brasil.

Nesses 50 anos de existência, o IHGP publicou centenas de livros, textos escritos por cidadãos preocupados em preservar, proteger a nossa história, documentos, fotos e feitos importantes demais para serem esquecidos.

E, graças aos nossos pesquisadores, historiadores, sérios e responsáveis, o IHGP é hoje um centro de documentação procurado por muitas pessoas, não só de nossa cidade, mas de várias cidades, até de outros Estados.

Graças à seriedade de nosso trabalho, muitas de nossas publicações encontram-se em bibliotecas de várias cidades do Brasil – e – com muito orgulho, nas bibliotecas das universidades de Harvard e Princeton, no Congresso Nacional, E.U.A.

Dentro de nossas homenagens lembramos – nos de nossa querida cidade, que no mês de agosto de 2017, completou 250 anos – E, numa forma singela de homenageá-la, oferecemos a todos, um pouco da história de sua fundação, de seu crescimento. Graças aos portugueses, espanhóis, italianos, árabes, japoneses, africanos, tirolezes, e entre outras etnias nossa gratidão, pois foi o trabalho deles, desde o início de nossa história que fez Piracicaba a cidade acolhedora, desenvolvida e culta que hoje desfrutamos. Através dessas etnias homenageamos a todos os outros imigrantes que vieram e fincaram suas raízes em nossa terra, contribuindo muito, em todas as áreas, para transformá-la no modelo de qualidade de vida que hoje ela possui – Como curiosidade histórica ilustramos a programação do bicentenário da cidade, com seus eventos. Agradecemos a todas as autoridades que nos honraram com homenagens à nós prestadas, à imprensa que sempre nos acompanhou e prestigiou nesses anos todos, aos nossos associados, e, a toda nossa diretoria, que não mediu esforços para que esta revista se tornasse realidade.

# 1

Memórias e História  
do IHGP





Memórias e História  
do IHGP

## **História do IHGP**



Bandeira do IHGP  
Projeto: Hugo Pedro Carradore  
Lançamento: 2009

O INSTITUTO HISTÓRICO E Geográfico começou suas atividades por ocasião do *Simpósio de Estudos Piracicabanos* realizado durante as comemorações do 2º centenário da fundação da cidade de Piracicaba. Inicialmente, as reuniões aconteceram nas dependências do Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor Público da Prefeitura, posteriormente passou a ocupar o prédio da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (UNICAMP) e por fim, o prédio do antigo fórum de Piracicaba. Na comemoração dos seus 20 anos o IHGP organizou a exposição “Memória Fotográfica de Piracicaba”, com imagens da cidade dos anos 1900, 1920 e 1930, que ficou exposta em diferentes lugares públicos do município. Em 2016 na posse da gestão 2016-2018, Valdiza Caprânico, então presidente, destaca que nos 50 anos do IHGP, houve o intuito de preservação e resgate do patrimônio da cidade, incentivo à publicação de livros, sendo que o processo de divulgação do trabalho do instituto foi intenso na última década, o IHGP foca cada vez mais em uma maior interação com a sociedade por meio da internet e das mídias sociais. Em 2017 o IHGP – instituição privada sem fins lucrativos – se sustenta com um repasse anual do poder público municipal, anuidade dos associados e contribuição de voluntários. No final de 2017 o IHGP depois de décadas instalado no centro de Piracicaba, inicia o processo de mudança para a nova sede no bairro Jaguá, o maior desafio foi a transposição do acervo que conta com documentos e outros materiais do município, como jornais impressos desde 1880, pôsteres, quadros, esculturas, revistas, fotografias, mapas e livros. A nova sede foi inaugurada em março de 2018 conta com mais espaço e melhor infraestrutura, possibilitando ao instituto oferecer ao público piracicabano exposições, lançamentos de livros e outros eventos, assim como a visita de grupos escolares. Com a inauguração da nova sede em 10 de março de 2018 o IHGP recebe atenção e prestígio da mídia local, o jornal Gazeta de

Piracicaba destaca a dupla missão do instituto de guardião e propagador da história da cidade, com planos em 2018 de intensificar a proximidade com a população, sediar atividades culturais e inicializar o projeto de digitalização do acervo. Enquanto, no mesmo sentido, o jornal A Tribuna Piracicabana explicita a importância e volume do acervo, que é consultado por instituições culturais de todo país e até do exterior, cita que o IHGP é um dos principais guardiões e incentivadores dos trabalhos de pesquisas históricas na cidade. Em seu aniversário de 51 anos o IHGP promoveu, no dia 1 de agosto de 2018, no Teatro Erotides de Campos, no Engenho Central, uma comemoração que contou com a apresentação da Orquestra Educacional de Piracicaba e homenagem a pessoas e instituições locais que preservam a história de Piracicaba. A partir de setembro de 2018, o IHGP se empenha junto à Fundação Cultural Raizen no projeto do Museu do Açúcar a ser instalado no Engenho Central, ao proporcionar o espaço de sua sede para as discussões e apresentações do projeto a entidades e personagens locais.

Acervo IHGP: Instituto Baroneza de Rezende,  
1922





Memórias e História  
do IHGP

## Medalha Prudente de Moraes

O IHGP TEM COMO patrono o primeiro presidente civil brasileiro, Prudente de Moraes, que teve grande participação histórica e econômica na cidade de Piracicaba.



Segundo a Lei Municipal 2.122, de 10 de julho de 1974, o Instituto pode agraciar com a medalha de “Mérito Prudente de Moraes” pessoas que, através de suas atividades profissionais, promoveram e divulgaram o nome de Piracicaba para o Brasil e o mundo.

## Lista de agraciados com a “Mérito Prudente de Moraes”:

Salvador de Toledo Piza  
Leandro Guerrini  
Archimedes Dutra  
Acary de Oliveira Mendes  
Dargo Pinto Viegas  
Guilherme Vitu  
Jair Toledo Veiga  
Delphin Ferreira da Rocha Netto  
Nélio Ferraz de Arruda  
José Luiz Mesquita  
Branca Motta de Toledo Sachs  
Walter Radames Accorsi  
Flávio Moraes de Toledo Piza  
Marly Thcrezinha Germano Percin  
Elias Salum  
Eurípedes Malavolta  
Helly de Campos Melges  
Hugo Pedro Carradore  
Antônio Carlos Mendes Thame  
Gustavo Jacques Dias Alvim  
Richard Edward Sern  
Adib Domingos Jatene  
Frederico Pimentel Gomes  
Almir de Souza Maia  
Oswaldo Camblaghi  
Salim Simão  
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres  
Edmar José Kiehl  
Antônio Carlos Neder  
Antônio Pacheco Ferraz  
Samuel Pfromm Neto  
Admar Cervellini  
Dovílio Ometto  
Ernest Mahle  
Geraldo Claret de Mello Ayres

Izaltina Ometto Silveira Mello  
Manoel Gomes Tróia  
Cecílio Elias Nello  
Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho  
Pedro Caldari  
José Fernando Bosi  
Paulo Celso Bassetti  
Tarcísio Ângelo Mascarim  
Jairo Ribeiro de Mattos  
Antônio Henrique de Carvalho Cocenza  
Antônio Messias Galdino  
Evaldo Vicente  
Francisco de Assis Ferraz de Mello  
Maria da Glória Silveira Mello  
Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso  
Prof. Dr. Barjas Negri  
Prof. Cezário de Campos Ferrari  
Prof. Dr. Guido Ranzani  
Prof. Noedi Monteiro  
Eng. Toshio Iczuca  
Eng. Renato Leme Ferrari  
Dr. Olívio Nazareno Alleoni  
Prof. Dr. Urgel de Almeida Lima  
Prof. Dr. Roland Vencovsky  
Senador Fausto Longo

O Instituto possui um site bem montado que reconta a história da cidade, mostra seu acervo de jornais e revistas desde o século XIX, fotos antigas, mapas e muitos documentos sobre a história da cidade, onde os interessados podem participar com o Projeto de Digitalização do Acervo, em andamento e que pode ser visitado no link: <http://www.ihgp.org.br/>.



Memórias e História  
do IHGP

## Archimedes Dutra: a intertextualidade de um artista plural

*Há anos vimos nos batendo em favor da arte paulista antiga. Ela é grande demais para ser esquecida!*

**Afirmção do autor em sua tese de doutorado  
defendida em 1973**

### ***Carmen Maria da Silva Fernandez Pilotto***

Formada em Letras, escritora, membro do IHGP, Academia Piracicabana de Letras, Grupo Oficina Literária e Centro Literário de Piracicaba.

### ***Sônia Maria De Stefano Piedade***

Formada em Engenharia Agrônômica, pintora e escultora, membro da Associação Piracicabana de Artistas Plásticos. Retrata paisagens e cenas do cotidiano de Piracicaba.

NOS CORREDORES DOS AMBIENTES acadêmicos, onde a Ciência respira em cada espaço arquitetônico, coabitam também artistas potencialmente desejosos de extravasarem seus diferentes dons. Todos trazem em seus corações o sonho de perpetuarem suas almas em suas obras.

Archimedes Dutra foi um deles. Nasceu em Piracicaba, São Paulo em 06 de junho de 1908 onde faleceu em 01 de julho de 1983. Foi pintor, escultor e professor. Artista polivalente e determinado na valorização da cultura de Piracicaba. Filho de Joaquim Miguel Dutra e de Dona Malvina de Almeida Dutra, fez parte de uma dinastia de artistas. A seus irmãos, José, Alípio, João, Antonio e Helena, atribuía um espírito de fraternidade por um excepcional ambiente familiar. Bisneto de Miguelzinho Dutra. Casou-se com a Sra. Zoraide M. de Almeida Dutra a quem dedicava prova de incontestado amor.

Artista plástico, professor, escritor, conferencista. De personalidade extremamente exigente, afirmava: *“Para cada quadro, dez desenhos como estudo”*.

“Formou-se professor normalista em 1927, na Escola Normal Oficial de Piracicaba, futura Sud Mennucci. Após se classificar em primeiro lugar no concurso público para ensino de desenho em 1929, lecionou na Escola Normal de São Carlos. Em 1939 foi o vencedor de prêmio de viagem à Europa para aperfeiçoamento artístico, que lhe foi atribuído, após concurso público, pelo governo paulista. Em 1947 obteve o primeiro lugar, com direito a matricular-se no 4º ano, em provas de ingresso na “Accademia di Belle Arti” de Roma, diplomando-se por esta em primeiro lugar em 1948. Foi igualmente aprovado em 1947 no concurso para ingresso na “Reggia Accademia di San Luca”, em Roma. De 1935 a 1944 pertenceu ao quadro docente da ESALQ, desenvolvendo atividades na regência das disciplinas “Desenho” e “Pintura”, do Curso de Graduação em Ciências Domésticas, tendo ainda lecionado de 1944 a 1963 na Escola Normal em que

se formou e onde se aposentou. Doutorou-se na ESALQ em 1973, defendendo a tese: “A contribuição de Piracicaba na Arte Nacional”, tendo sido aprovado com distinção e com louvor. O Ministério da Educação encarregou-o de preparar os programas de ensino de desenho nas escolas de nível médio do país. Foi o criador do ensino de Desenho Pedagógico, juntamente com seu irmão Antonio Pádua Dutra, na nova disciplina introduzida, oficialmente, nas Escolas Normais do Estado de São Paulo. Em 1953 fez parte do grupo que fundou a Escola de Música de Piracicaba e foi seu primeiro presidente (1953-56). Lecionou desenho artístico na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP de 1950 a 1954, após aprovação em concurso público. Em 1967 tornou-se membro do primeiro conselho de curadores da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba. A cidade deve-lhe a idealização do brasão (1952) e da bandeira (1953) do município e do Salão de Belas Artes, criado em 1953; a construção da Casa de Artes Plásticas Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra, à rua Moraes Barros, nº 233, e da Sociedade Beneficente Treze de Maio; colaborou nos estudos que resultaram na construção do Estádio Municipal Barão de Serra Negra de sua autoria os projetos do Marco da Bandeira, demolido, à praça José Bonifácio; a mansão residencial da Usina Monte Alegre; o edifício do curso de pós-graduação em economia da ESALQ; o mausoléu de Luiz Vicente de Souza Queiroz e sua esposa, no Campus da ESALQ; o mausoléu de Almeida Junior, no cemitério municipal. Elaborou desenhos para bandeiras, brasões e medalhas. Entre os numerosos títulos e medalhas que recebeu destacam-se os seguintes: medalhas Imperatriz Leopoldina, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1958; medalha do Bicentenário de Piracicaba, 1967; medalha de mérito e cultura, da Sociedade de Amigos do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, 1973; medalha da Revolução Constitucionalista de 1932, da

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; medalha Almeida Junior, do governo do Estado, medalha da Ordem do Mérito Ipiranga, a mais alta condecoração do governo do Estado, 1980. Participou de grande número de salões de arte e exposições, ganhando medalhas e primeiros prêmios, nos Salões Paulistas de Belas Artes (1935, 1938, 1939, 1941, 1951, 1954, 1957, 1958, 1963, 1979). Participou como membro do júri desse salão inúmeras vezes. No Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, obteve medalhas e prêmios em 1927, 1928, 1929, 1930, 1942 e 1943, neste último ano com o quadro “Beira D’Água – Piracicaba”, galardoado com o prêmio máximo do salão. Conquistou igualmente medalhas e prêmios em salões realizados em Jaboticabal (1967), Limeira (1974,1977), Santa Bárbara d’Oeste (1972), Rio Claro (1977). Teve obras expostas no exterior, notadamente em Lisboa (1940), Roma (1949), Nova York (1958), Paris. Suas pinturas encontram-se nos acervos de museus e galerias oficiais e particulares do Brasil e do exterior. Fez parte do grupo de fundadores da Associação dos Artistas Plásticos de Piracicaba, APAP, em 1980, da qual foi o primeiro presidente, e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba desde a sua fundação, integrando a comissão encarregada de organizá-lo, em 1967. “Empreendedor, líder, envolvente, participante, tem seu nome ligado à grande número de iniciativas e realizações nos domínios artístico e cultural da cidade e do Estado” (Pfromm Netto e Martins, 2003). Lembra Mello (1999) que, grandalhão, de hábitos simples, apreciados de pescarias, bons papos e bons doces, Archimedes Dutra foi, quando moço, jogador de basquete (capitão da equipe de bola ao cesto da Escola Normal em 1927-28, segundo Losso Neto, 1963) e tenista. Uma avenida de Piracicaba tem seu nome, na vila Santa Rosa Ipês, perto da rodovia Fausto Santomauro (SP-127).

Premiado no Salão de Belas Artes em 1927, 1928, 1929,



1942 e 1943 no Rio de Janeiro. Em 1932, desenhou com Antônio de Pádua a capa do Manual de Campanha do Voluntariado Constitucionalista. Foi docente da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz de 1935 a 1944. Premiado em vários Salões Paulista de Belas Artes. Em 1934, ingressa em Roma no último ano da Academia de Belas Artes. Em 1949, recebeu da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, homenagem pelos trabalhos prestados às artes brasileira na Europa.

Organizou, para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1955, programa de ensino desenho. Fundou, em 1953, a Escola de Música de Piracicaba. Obteve seu Doutorado com a tese “A contribuição de Piracicaba na Arte Nacional”, defendida na ESALQ. Em 1962, apresenta a palestra “Arte Paulista no Ambiente Nacional, como parte do curso de extensão universitária sobre arte antiga no Brasil, na Faculdade de Direito na Universidade de São Paulo.”

A personalidade plural de Archimedes o faz autor de inúmeros projetos culturais.

Seu sólido conhecimento cultural e histórico contribuiu para o registro científico de sua cidade, com projetos de monumentos, bandeiras, medalhas e brasões.

Na pintura foi mestre em todos os gêneros, com destaque ao paisagismo. Tem seu mérito reconhecido em salões oficiais no país. Traz em seu traço o ambiente do interior paulista, com pinceladas nostálgicas salientado pela técnica do impressionismo, quando ressalta a luminosidade do ambiente, pinceladas descontínuas, justaposição de tons e ausência de contorno.

Seu traço preciso se faz lembrar por seus alunos quando no início de suas aulas traçava na lousa uma circunferência a mão livre que verificada pelo compasso desconfiado de seus pupilos se apresentava perfeita.

Mas sua alma poética se apresentava em suas telas e em inserções de poemas, como o abaixo apresentado na sua tese de doutorado:

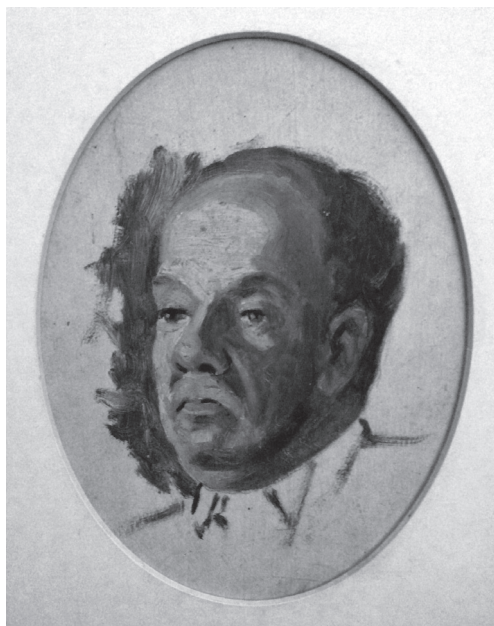
**A TERRA**

*Archimedes Dutra*

Rugindo entre pedras, rolando em espumas,  
No rumo das rochas o Salto estrondeja,  
Na ânsia nervosa da prece que, em brumas,  
Ao céu faz subir num canto de glória...  
No hino da terra que o povo festeja,  
Por seus predicados de larga expressão  
Que escreve, sorrindo, nas lutas da História,  
Com Cristo na mente e o livro na mão!

Na trama rendada dos campos e montes,  
Com matas, colinas, encostas, grotões,  
Demarcam-se os planos de seus horizontes,  
Da estranha beleza e raro esplendor.  
No ar ruflam asas. Ali, são cordões  
Dos grossos cardumes que as águas sacodem.  
Há festa nos ninhos; na selva, há calor  
Na vida dos seres, que em grupos eclodem.

Ao sol dardejante, lendárias florestas,  
De copas frondosas no espaço lançadas,  
Protegem a terra talhando-lhe as vestes,  
Bordadas de flores as mais insinuantes,  
Na forma e na cor, que em largas braçadas  
Pendentes dos ramos e em tufos, no chão,  
Salpicam de cores festivas, berrantes,  
A esbelta figura da “Noiva”, em botão!



Joaquim Miguel Dutra (pai)



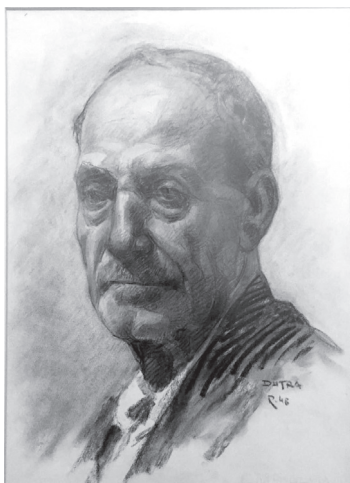
Dona Malvina de Almeida Dutra (esse pintado pelo irmão Pádua Dutra)



Sra. Zoraide Magalhães de Almeida Dutra (sua amada esposa)



O pintor em seu Atelier pintando "Festa do Divino"



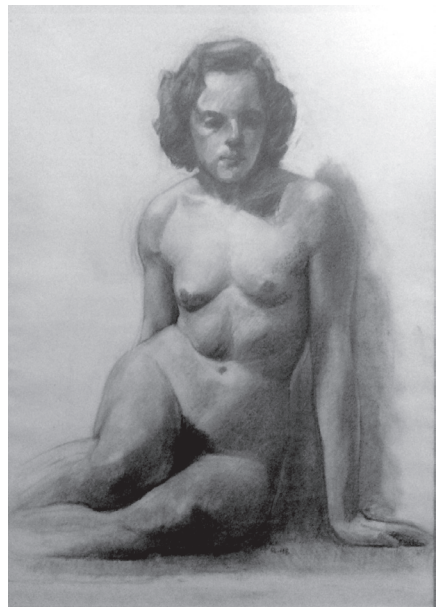
Mestre Sivieiro



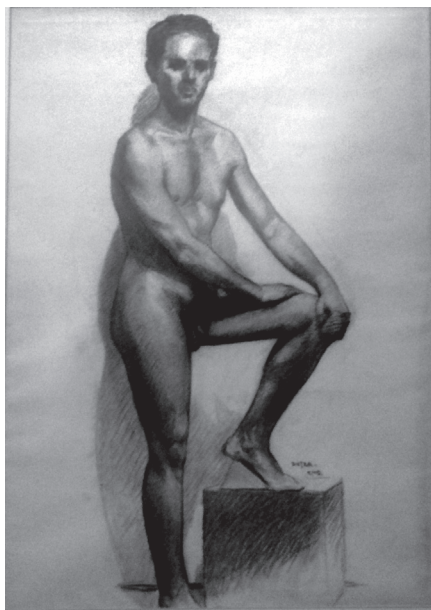
Desenho de paisagem europeia



Desenho de Nossa Senhora dos Prazeres partindo de Piracicaba, quando da substituição por Santo Antônio como Santo Padroeiro na visão do artista



Nu feminino, estudo feito em Roma em 1948



Nu masculino, estudo feito em Roma em 1948



Vaso com flores pintado como parte da defesa de doutorado em apenas duas horas, a pedido da banca



Jogando Baralho



O Cigano, modelo Nascimento





Foto do 1º Salão de Belas Artes de Piracicaba:  
Archimedes Dutra, Manoel Rodrigues Lourenço (Mandi, primeiro a gravar uma música sertaneja, integrante da dupla Mandíbula e Sorocabinha) e Losso Neto



Foto de decoração de carnaval no Clube Coronel Barbosa

## SEU LEGADO HISTÓRICO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”

Além de toda sua contribuição para a área acadêmica, o Professor Archimedes imortalizou três de seus principais símbolos que são reverenciados e utilizados até os dias de hoje na centenária instituição.



Bandeira

Confeccionada por Archimedes Dutra e instituída oficialmente pela Comissão de Arte e Peças Honrosas da USP, em 1976, traz uma simbologia específica para cada uma das cores que compõem o estandarte da ESALQ. O marrom avermelhado, cor da Engenharia Agrônômica, destaca a terra brasileira em sua plenitude e o verde, o engrandecimento nacional. A cor azul do mapa do Brasil representa a vastidão da superfície voltada em todas as frentes pela pesquisa. A cor amarela é a riqueza da terra. Gravadas em branco, sobre a faixa marrom, as siglas USP e ESALQ identificam a união Homem e Terra.



Flâmula

Criada por Archimedes Dutra, assinala os três quartos de século de vida da ESALQ. A flâmula traz a figura da deusa grega da agricultura, Ceres, passando majestosa sobre o solo amanhado, e sobranceira pairando acima da imagem do Edifício Central, repositório, abrigo e protetor da história da instituição e gerador da gerência do legado de Luiz de Queiroz (texto: Z.Z. Marcos).



Medalha Luiz de Queiroz

A Medalha Luiz de Queiroz, projetada pelo artista, é o galardão destinado a destacar personalidades – nacionais ou internacionais – por seus méritos pessoais em atividades ligadas à Agricultura no Estado de São Paulo. É medalha circular em ouro, com três centímetros e meio de diâmetro, onde estão estampados símbolos representativos da docência, pesquisa, extensão e os múltiplos campos do conhecimento desenvolvidos pela ESALQ, suspensa por fita emblemática com as cores verde, amarela, branca e castanha avermelhada. Foi instituída pelo Decreto Estadual n.º 11.035 de 29 de dezembro de 1977, pelo governo de Paulo Egydio Martins.

Em nossa observação voltada para um lado mais humanista, há muito ainda a contar da figura do grande artista que foi Archimedes Dutra, que de forma intensa não deixou seu universo da criação minguar nas rotinas profissionais que a vida nos impõe.

Na visão do admirador de Arte, Sr. Lauro Libório Stipp: – “*Os quadros têm alma*”. De fato, cada tela traz em si uma infinidade de sensações. Visualmente podemos absorver a fineza do traço ou a textura das cores, desvendando a técnica utilizada ou a percepção da justeza dos ângulos. Mas, de olhos fechados, podemos captar, com a proximidade das mãos, a energia que o artista quis perpetuar, da ternura ou o arroubo do momento, do registro de fatos felizes ou tristezas. Percebemos ecos ou aragens que trouxeram a história relatada para nós, de forma consensual. Quem pinta um quadro compartilha um universo que fica depositado na parede de quem o adquire. E suas mentes passam a conviver um sentimento comum, da plenitude da Arte que cria uma conexão de seres de almas afins.

**BIBLIOGRAFIA**

Acervo ESALQ e do Sr. Lauro Libório Stipp

Anuário dos Artistas Plásticos de Piracicaba: pintura e escultura:2000/ [projeto DUTRA, Archimedes. A contribuição de Piracicaba na arte nacional. Tese de Doutorado apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. 1972

GUTIERREZ, Susete Thame foto e reprodução fotográfica [Tiago T. Gutierrez]. São Paulo: Iqual Editora, 2000. Vários Organizadores.

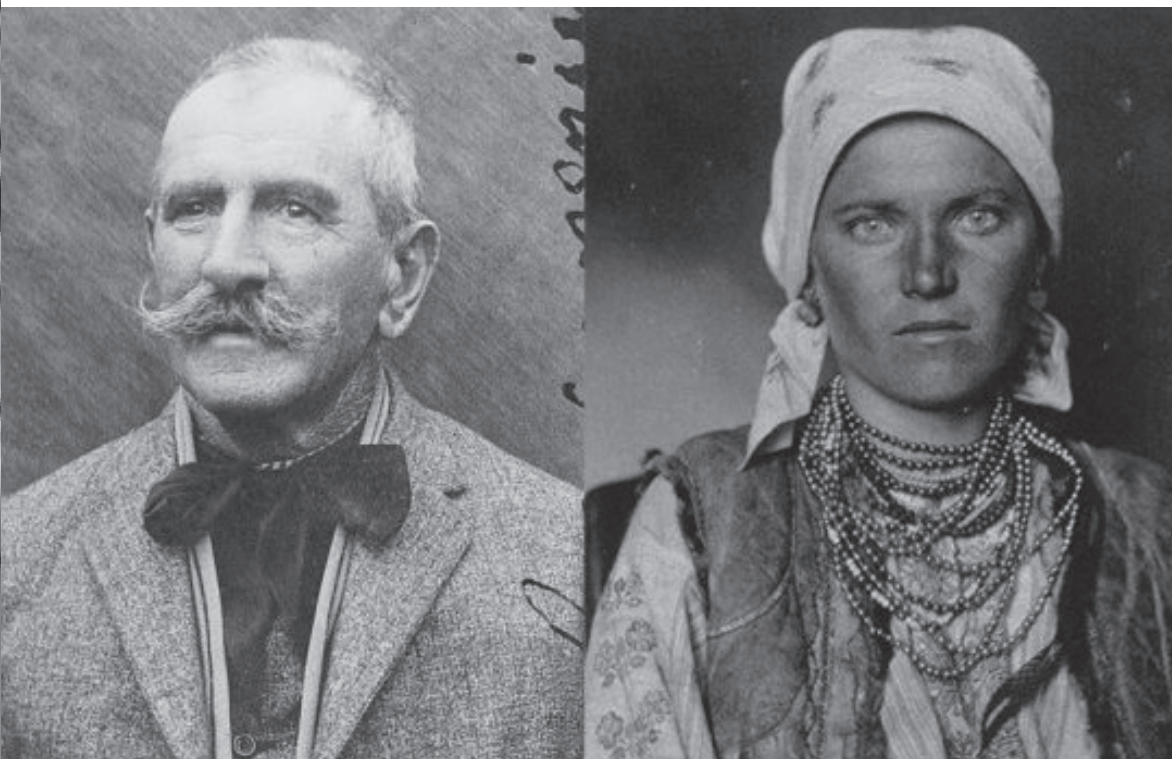
PFROMM Netto, S. Dicionário de Piracicabanos. São Paulo. IHGP, 2

Acervo IHGP: Primeira sede do Jornal de Piracicaba, início do século XX

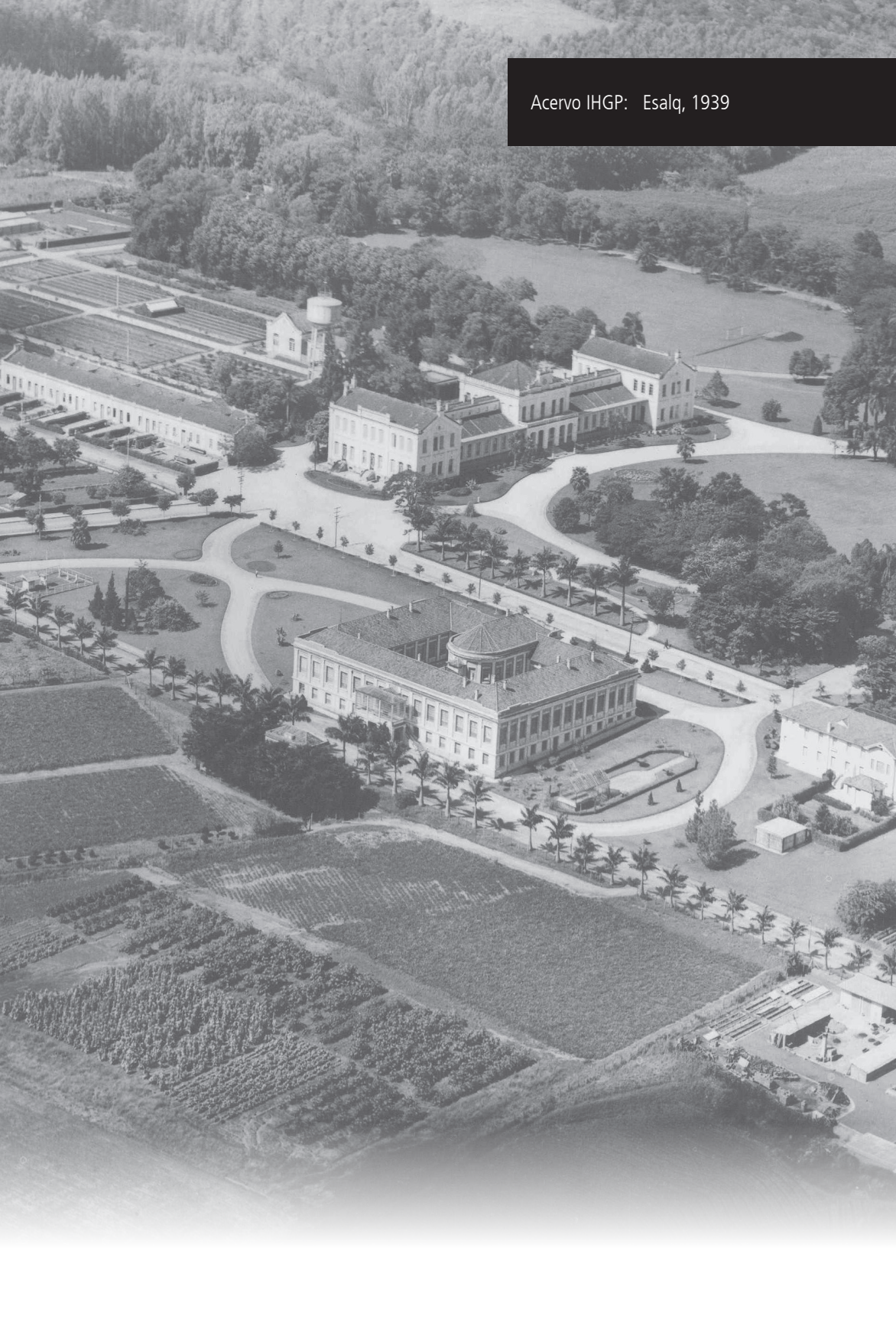


# 2

## Formação étnica de Piracicaba



Acervo IHGP: Esalq, 1939





Formação étnica de  
Piracicaba

## Imigração portuguesa como fator de desenvolvimento econômico e diversidade cultural do Município de Piracicaba.

***Aracy Duarte Ferrari***

É formada pela Unesp – Rio Claro; diretora de escola estadual aposentada e membro da Academia Piracicabana de Letras

### **PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO**

NO SÉCULO XVII, D. Manuel, rei de Portugal no período Brasil Colônia determinou a fundação de pequenos povoados. Para que isso acontecesse os envolvidos recebiam sesmarias.

De 1500 a 1822 esse período ficou conhecido como

o Brasil Português. Em 1532 o rei D. João III subdividiu o país em dez capitanias conhecidas como hereditárias e através de Carta Régia foi nomeado como governador paulista o português, Capitão General Luiz Antônio de Souza Mourão, conhecido nos meios políticos como Morgado Matheus. Para aumentar a população abaixo do Rio Tietê, na Foz do Rio Piracicaba, este distribuía sesmarias, incentivando a vinda de novos moradores.

É digno de registrar que o ituano Felipe Cardoso de Campos em 1726 foi considerado o primeiro morador quando ainda a região era sertão desabitado. Ele ocupava meia légua de terra e aqui permaneceu com seus familiares quase meio século; para reconhecimento e em homenagem foi colocado o seu nome em uma escola pública do município.

## **COMPREENDER O PASSADO**

Indicado por Morgado Matheus para fundar oficialmente o povoado de terras férteis, águas abundantes, exuberância de matas, do rio e salto, floresta nativa, riqueza da caça e pesca, clima ameno, foi o português Antônio Corrêa Barbosa.

Este preferiu o local à margem direita do salto e não a região do Rio Piracicaba, justificando que lá haviam posseiros e os índios Paiaguás.

O povoado que de início pertencia a Itu, foi fundado em 1º de agosto de 1767 sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, em homenagem aos portugueses.

Em 1774 o povoado torna-se freguesia com 290 habitantes sendo muitos portugueses, com desenvolvimento e crescimento populacional. Nesse mesmo ano desvincula-se de Itu que tinha como Capitão – Mor, Góes Aranha.

## **VILA DA NOVA CONSTITUIÇÃO**

Foi elevado à vila em 1821 tendo rápido e acentuado progresso com a chegada da mão-de-obra de caboclos, posseiros, lavradores, pescadores e sesmeiros.

Com o plantio da cana de açúcar houve incrementos dos imigrantes, inclusive os portugueses, que desempenhavam papel importante na vida social, econômica e política. Eram corajosos, valentes e destemidos.

Os portugueses pertenciam a maior corrente imigratória entre os anos de 1908 a 1929.

## **ENERGIA, TRABALHO, RIQUEZA**

Com a descoberta das minas de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Cuiabá), conhecida como “Ciclo do Ouro”, muitos povoadores da freguesia aproveitaram a estrada, conhecida como picadão, aberta pelo português Luiz Pedroso de Barros e foram para a exploração do ouro. Mas quando a “Corrida do Ouro” teve sua queda, retornaram ao plantio da cana de açúcar, outros produtos agrícolas e criação de gado.

Nessa época também havia muitos escravos vindos da África e a freguesia (hoje Piracicaba) era um dos principais polos da escravatura do país.

## **PASSADO HUMANO E HISTÓRIA**

Antônio Corrêa Barbosa, Ituano, capitão, sertanista, fabricante de canoas e fundador do povoado enfrentou muita resistência dos moradores e desavenças político ideológicas, teve fases áureas e crises, mas com persistência, coragem e

determinação para acelerar o progresso instalou o Mercado, Casas de Descontos, Lojas de Ferragens, Hotéis (pousadas), lojas de Armarinhos, Ourivesaria, Lojas de Fazenda, Restaurantes, Bares, Casas do Lavrador, sendo alguns proprietários portugueses.

O desenvolvimento crescente, crescente...havia moradores satisfeitos, outros revoltados. Para alguns, ele o capitão, era considerado prepotente e dominante.

A vila da Nova Constituição foi elevada à categoria de cidade em 1874, quando o vereador Prudente de Moraes atribuiu o nome de Piracicaba, como era conhecida.

O primeiro prefeito foi José Francisco Machado no ano de 1881, o primeiro pároco foi o português João Manoel da Silva e o segundo, Frei Tomé de Jesus.

No ano de 1881 o Barão de Rezende fundou o Engenho Central e o Brigadeiro português Joaquim Mariano G. de Moura era o proprietário de dois engenhos: um de produção de açúcar e álcool e o outro de serrar madeiras.

Hoje, século XXI o Engenho é considerado um espaço cultural, recreativo e artístico.

## **PORTUGUESES EM DESTAQUE I**

Estiveram presentes no Brasil desde o descobrimento instalando-se em pontos distintos do Brasil inclusive no baixo Rio Tietê, região de Piracicaba.

O imigrante português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, advogado, vereador, promotor e juiz recebeu uma sesmaria e muito realizou. Com sua importância política redobrou os esforços e permitiu a entrada de mais de 3000 imigrantes, inclusive os portugueses. Estes trouxeram com mérito a influência cultural, religiosa (religião Católica Apostólica Romana), arte culinária, hábitos, costumes e a língua. A

Festa do Divino é um típico exemplo da influência exercida pelos portugueses.

Os portugueses e seus descendentes desempenharam papel importante na vida social, econômica e política. Preocupavam-se com a qualidade de vida como um todo para manter o crescimento para os próximos centenários.

### **SOCIEDADE PORTUGUESA**

Em 1897 a sociedade portuguesa, como de praxe, organizou sua sociedade (o estatuto) na casa do português Augusto Cesar Salgado e para a diretoria foi indicado o português Manuel Pereira Granja.

A diretoria teve uma adesão total e muito fez pelos moradores; nos documentos encontram-se relatos dos acontecimentos e das pessoas envolvidas.

### **PORTUGUESES EM DESTAQUE II**

José Pinto de Almeida, português, fundou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Fernando Febeliano da Costa implantou praças, parques com jardins e projetos de transportes rodoviários, José Maria de Oliveira, o português como era conhecido foi diretor da construção da Matriz de Santo Antônio, Domingos Soares de Barros, em 1877, inaugurou a imprensa com o jornal "O Bugre"

Concluindo, sabe-se, ou melhor é de conhecimento de todos que os imigrantes portugueses superaram seus limites, enfrentaram desafios para concretizarem seus sonhos, os quais deixaram a pátria amada Portugal e para cá vieram assumindo compromissos, responsabilidades e competências.

O objetivo preestabelecido era tentar vida nova com condições melhores em terra novas e promissoras.

## **IMIGRANTES PORTUGUESES APÓS 1930**

Desde o início do povoado, mais especificamente a partir de 1930 até nossos dias, Piracicaba conta com acentuado número de famílias com descendência portuguesa: bisavós-avós, pais e alguns genuinamente vindos de Portugal

De acordo com pesquisa criteriosa via bibliografias, Internet, revistas, jornais, listas telefônicas, diálogos boca a boca localizou-se as famílias residentes no município: Duarte, Rodrigues, Braga, Santos, Ferreira, Madeira, Coimbra, Medeiros, Guimarães, Almeida, Nogueira, Torres, Cintra, Martins, Lisboa, Ramalho, Alves, Amaral, Junqueira, Paiva, Chaves, Cardoso, Alencar, Ribeiro, Alcântara, Campos, Gomes, Pereira, Bueno, Afonso, Andrade, Cordeiro, Faria, Camargo, Azevedo, Mirando, Barbosa, Barros, Queiros, Nascimento, Pinto, Prado, Dantas, Vergueiro e outras.

No início e no decorrer da história do povoado, vila, freguesia e cidade haviam imigrantes braçais (agricultura), proprietários de vendas, empórios, padarias, bares, pousadas, casa de latifúndios, frutarias, como também fazendeiros, chacareiros e alguns profissionais liberais, inclusive doutores. Sempre foram destemidos, corajosos, batalhadores e educados, assumindo obras arrojadas e necessárias para a época.

Com o passar do tempo assumiram cargos e eram proprietários de indústrias e fazendas. Com prazer e alegria todos temos admiração e respeito pela imigração portuguesa.

### **PORTUGUESES EM DESTAQUE III**

As citações no tema acima foram baseadas no Dicionário dos Piracicabanos, Samuel Pfromm Netto.

- João Ferreira Alves: Agricultor de renome, proprietário de notável Engenho de Açúcar;

- Joaquim Malaguetta: Administrador da Fazenda Água Santa durante 42 anos;
- José Xavier de Assis...1822: Jornalista, iniciou a imprensa, criou a "Gazeta de Piracicaba". Um dos mais antigos moradores de Piracicaba, quando era freguesia;
- Antônio Pinto Coelho: Proprietário Loja de Arreios e Oficina de Seleiro localizadas na Rua do Comércio;
- Juvenal de Azevedo Penteadado: Prof. da Escola Sud Mennucci;
- Francisco Costa Alves: Capitão, fazendeiro abastado. Recebeu do governo da província, sesmarias;
- José Francisco Rodrigues Conceição: Poeta, piloto fluvial, comerciante, dono da charutaria Conceição situado na Rua Direita;
- Otávio de Barros Ferraz: Capitalista abonado;
- José Mendes Fonseca: Proprietário da tradicional empresa gráfica e presidente da Associação Boyes;
- Acácio de Moraes: Comerciante, proprietário da Casa Anzol;
- Antônio Moraes: Comerciante, dono da Casa Express;
- Morgado e Fachada: Comerciante, proprietário da Casa Fachada, Rua Direita;
- Francisco Avelino Nascimento: Proprietário da Sportt Piracicabano;
- José Pereira Pinto...1844: Proprietário da fábrica São José. Fabricava o sabão "Flor de Piracicaba"
- Francisco Pinto Costa: Padre, professor de Latim e Francês.
- Francisco Pousa: Professor esportista. Atuou na vida social, política e econômica da cidade.
- João Marques de Oliveira: Futebolista e profissional da costura;
- Carlos A. Pereira: Proprietário da Farmácia Santo Antônio;
- Antônio José de Andrade: Fabricante de refrigerantes e vinagres,
- Coronel Ignácio Leite Negreiros: Comerciante, fazendeiro, capitalista;
- Luiz Antônio de Souza Moreira: Fidalgo português, foi general e capitão da Capitania de São Paulo. Liderou quanto aos povoamentos do interior paulista, especialmente Piracicaba e região. Na política ocupava lugar de honra;
- Manoel Dias Ribeiro: Carpinteiro da Vila da Nova Constituição;
- Francisco Lopes Rodrigues: Comerciante e jornalista. Fundou e dirigiu a Livraria Rodrigues;

- José Rolim: Dentista e pai da poetisa Marina Rolim;
- Joaquim José de Sá: Inseriu linhas de bondes entre Piracicaba Rio Claro;
- Manoel A. Silveira: Comerciante – Proprietário da loja Triessê;
- José G. Pereira da Silva: Padre da Freguesia até desentender-se com Antônio Corrêa Barbosa;
- Joaquim Xavier Araújo...1851: Proprietário da Farmácia Piracicabana (a primeira);
- Joaquim Corrêa D'Assumpção: Secretário da Vila da Nova Constituição;
- João Augusto de Brito: Proprietário da tradicional “Casa Vermelha”;
- José Manoel Franca...1885: Líder incontestado; Jornalista, coproprietário e corredor do jornal “Gazeta de Piracicaba,
- João Manoel de Moraes Sampaio: Empresário, contabilista, político; no contexto social, político e econômico;
- Lázaro Pinto Sampaio...1832: Mestre, empresário, construiu uma ponte sobre o Rio Piracicaba,
- José da Costa Botelho Silva e Moraes: Comandou com destreza a abertura do picadão (estrada) para Cuiabá, Mato Grosso;
- Moacir do Amaral Santos...1933: Foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça;
- José Canuto Sampaio...1978: Advogado, político, juiz municipal dos órfãos;
- Antônio Sobrinho Saraiva: Poeta Piracicabano;
- Acácio Martins Ribeiro: Engenheiro, agrônomo, fez parte da segunda turma da Esalq;
- Adriano Nogueira: Fundador do Partido Socialista de Piracicaba e participante da União Brasileira de Escritores;
- Mendes Antônio Teixeira: Industrial, fazendeiro proprietário da “Loja do Cobra”;
- João Batista de Sousa Luné: Médico português com nacionalidade brasileira;
- Luiz Teixeira Mendes...1909: Presidente da Diretoria Provisória do Centro Acadêmico da Esalq;
- Mendes S.B.: Comerciante, loja de ferragens “Duas Âncoras” e da livraria e Papelaria Geraldes;
- Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda: Industrial, possuía uma das maiores empresas do país;



- Joaquim Ferreira Granja: Proprietário da Tipografia Comercial;
- João Frick:1885: Serviço de Abastecimento de Água;
- Vicente Jacinto: Homem de negócios, proprietário da “Loja da Lua”;
- Godinho José Toledo...1930: Um dos principais produtores de café. Politicamente Piracicaba, desde seu primeiro povoado teve relações diretas com Portugal, até o ano de 1822;
- Francisco José Rodrigues: Proprietário de Tabacaria, por ocasião da vinda de D. Pedro II em Piracicaba assumiu a embarcação Santo Estevam com o imperador e sua comitiva a passeio no Rio Piracicaba, até o Porto de Araguá;
- Luiz Carlos Gonzaga: Exerceu quatro vezes o cargo de prefeito em Piracicaba;
- Joaquim de Meira Siqueira: Tendo sido Capitão-mor em São Vicente, foi a segunda autoridade executiva em Piracicaba após o povoador Antônio Corrêa Barbosa.

## FINALIZANDO

Homens das letras e de vasta cultura humanista formam a legião de pesquisadores interessados e envolvidos na história de Piracicaba.

Desde minha chegada em 1996 em Piracicaba, cidade que encanta, cheia de flores e de amores, procurei abrir espaços, adentrar fronteiras e novos horizontes para minha cidadania adaptar-se ao meu novo município.

De imediato envolvi-me nos movimentos literários: Academia Piracicabana de Letras, Clube dos Escritores Piracicaba, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Centro Literário de Piracicaba, Grupo de Oficina Literária e Sarau Literário.

Como participante do IHGP e conhecedora de sua excelente filosofia de trabalho; transparente nos registros dos fatos históricos e geográficos passados e presentes de Piracicaba, com apreço, envolvi-me, sempre que solicitada, a participar de seus eventos.

Para comemorar duas grandes e importantes datas o IGHP programou para seus associados uma série de temas a serem abordados com esmero, atenção e dedicação para abrihntar o aniversário de Piracicaba, 250 anos, e aniversário do referido Instituto, 50 anos. Material este que será de acesso aos moradores locais e de toda região.

Eu, descendente de pais portugueses Duarte e com cidadania e passaporte portugueses, aceitei prontamente o convite escolhendo o tema: “Imigração Portuguesa no Município”.

Esclareço, afirmo e ratifico que o tema elaborado foi baseado em bibliografias de obras bem conhecidas e aceitas de: Guilherme Vitti, Leandro Guerini, Marly Terezinha Germano Percin, Mario Neme, Jair Veiga, João Chiarini, Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, Cecílio Elias Netto, Manoel Rodrigues Ferreira, Samuel Pfromm Netto

Para elaborar este trabalho foram utilizados também os meios de comunicação: jornais, Internet, telefones e conversas pessoais na busca incessante de informações fidedignas sobre a imigração portuguesa, desde o início o povoado (século XVII,) até a presente data, ano de 2017.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BRAGA, Fabio – Formação do Povo Piracicabano.....2203  
 ELIAS, Cecílio Netto – Almanaque 2000.....2000  
 FERREIRA, Manoel Rodrigues – História do Brasil Documentada.....1996  
 LEANDRO, Luiz – Piracicaba para Piracicaba.....1961  
 NEME, Mário – Piracicaba Documentada.....1996  
 DIEHL, Jacob Neto – Diário de Piracicaba.....1937

- PERECIN, Marly Terezinha Germano – Constituição de Piracicaba.....2009
- GUERRINI, Leandro – História de Piracicaba, IHGP.....1970
- PFROMM Samuel Netto – Dicionário de Piracicaba.....2013
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes – Piracicaba no século XIX.....2009
- VITTI, Guilherme – Elucubrações sobre uma certidão de nascimento.....1972

Acervo IHGP: Piracicaba, 1939



Formação étnica de  
Piracicaba

## Um cantinho da Espanha em Piracicaba

***Ivam Galvão***

É Jornalista.

A ESPANHA É O segundo maior país da Europa Ocidental, localizado na península Ibérica. Tem ao norte o golfo de Biscaia, ao nordeste França e Andorra, ao oeste Portugal e Oceano Atlântico. Ao sul faz ainda fronteira com território britânico de Gibraltar.

Quem visitar a Espanha atualmente encontrará um país moderno, vibrante, histórica. A economia é forte, que apesar da industrialização do país, o foco principal é a indústria não poluente, ou seja turismo. Mas a Espanha não é o só um polo turístico. É também um centro de ensino e cultura. Segundo dados da Federação das Escolas Espanholas, o país recebe

anualmente cerca de 250 mil pessoas, vindas de várias partes do mundo interessadas em aprender o idioma.

Vivem na Espanha 47 milhões de pessoas divididas em territórios de diferentes temperaturas, comida, gostos e regras. O clima é variado ao longo do território predominando o tipo mediterrânico. Sendo um dos países mais montanhosos da Europa que tem contato com o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico.

Por ser um país relativamente grande para os padrões europeus é altamente fragmentado, cada pedacinho tem sua cara própria. Ao todo são 17 comunidades. Cada uma com diferentes níveis de autonomia, administrando de forma local seus sistemas de saúde, educação e segurança pública. Apesar dos espanhol (ou castelhano) ser a língua oficial, As comunidades inclusive têm dialeto próprios.

Diferentes entre si, os espanhóis são encantadores. Hospitaleiros, simpáticos, festeiros, amantes dos esportes, apreciadores de boas bebidas e boa comida.

Mas nem sempre foi assim. No final do século XIX e começo do XX, a Espanha era um país devastado pela pobreza e miséria. Cerca de 2/3 da população dependia diretamente das atividades agrárias. Nas áreas rurais havia práticas senhoriais. As desigualdades sociais eram gritantes. A estrutura fundiária arcaica atrasou o processo de industrialização causando o atraso no desenvolvimento do país. No campo, o país mantinha as famílias em minifúndios miseráveis, de onde não conseguiam tirar o seu próprio sustento. Miséria, pobreza, fome, injustiças sociais foram fatores determinantes para que famílias inteiras saíssem da Espanha em busca de uma nova vida nas Américas. Nestes mesmo período o Brasil, como Argentina e Uruguai procuravam importar mão de obra europeia. No caso do Brasil que acabava com o trabalho escravo, via na imigração europeias duas possibilidades: a substituição da mão de obra escrava e ao mesmo tempo o

processo de branqueamento da população brasileira, ideário das nossas elites dirigente.

Certamente o Brasil não era o destino preferido pelos imigrantes espanhóis, pois estes preferiam imigrar para Argentina, Uruguai e Cuba por conta do idioma e por laços históricos e culturais. Mas as dificuldades enfrentadas nestes países mudou a preferência dos espanhóis. Até porque o Brasil era o único país que subsidiava a passagem daqueles que pra cá viessem.

Aqui chegando a maioria dos espanhóis foi trabalhar nas plantações de café no estado de São Paulo, mas a sua presença também foi importante nos centros urbanos brasileiros. Embora o IBGE não questione a ancestralidade do povo brasileiro há décadas, sabe-se que o número de descendentes de espanhóis no Brasil é grande. No último censo a questionar a ancestralidade, o de 1940, 436.305 disseram ser filhos de mãe espanhola e 340.479 filhos de pai espanhol.

Os espanhóis natos eram 147.914 e os naturalizados, 12.643.

Portanto espanhóis e filhos de espanhóis eram cerca de 1,5% da população do Brasil em 1940. Segundo outra pesquisa, de 1999, do sociólogo, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Simon Schwartzman, 4,4% dos brasileiros entrevistados afirmaram ter ancestralidade espanhola, percentual que, numa população de cerca 200 milhões de brasileiros representaria quase 9 milhões de descendentes. Em 2014 o jornal *El País* afirmou haver 10 ou 15 milhões de descendentes de espanhóis no Brasil, mas salientou que não existem estudos sobre o tema.

No Brasil a imigração espanhola é quase sempre ignorada ou tratada com obscuridade pela historiografia brasileira. De maneira geral, quando se fala em imigração no Brasil, destaca-se a imigração italiana, em quanto outros grupos de imigrantes, como os espanhóis, são tratados de forma pou-

co aprofundada, porém, no contexto da imigração no Brasil, os espanhóis figuravam como o terceiro maior contingente de imigrantes recebidos pelo Brasil, perdendo apenas para os italianos e os portugueses, e bem à frente dos alemães e japoneses. No estado de São Paulo, o período da grande imigração, os espanhóis superaram numericamente inclusive os próprios portugueses, ficando atrás dos italianos. Apesar da enorme importância numérica, alguns historiadores salientam que os espanhóis são um grupo (invisível) ou (oculto) para a historiografia brasileira. A historiadora Marília Dalva Klaumann Cánovas acredita que a inexistência, a fragmentação e a dispersão das fontes e da documentação são alguns dos fatores responsáveis pela ausência de trabalho sobre o imigrante espanhol no Brasil.

A grande marca da imigração espanhola para o Brasil pode ser percebida especialmente na cultura e na economia das duas mais ricas regiões brasileiras; sudeste e sul. A colonização foi o objetivo inicial da imigração no Brasil, visando o povoamento e a exploração da terra, por meio de atividades agrárias. A criação de imigrantes estimulou o trabalho rural.

Neste período os grandes fazendeiros eram membros do grupo governante, e, como tal, nesta conjugação de interesses, utilizavam-se da máquina estatal para uma agressiva política imigratórias (oficial) de arregimentação de trabalhadores estrangeiros em larga escala oferta crescente, lhe garantiria maior poder de barganha na assinatura dos contratos.

Essa política assenta-se sobre alguns pilares, sendo o principal deles o subsídio à passagem do candidato a imigração. Tal política ainda previa outras facilidades ao imigrante subsidiado: o desembarque a sua chegada e o transporte a Hospedaria as custas do estado; sustento e alojamento na hospedaria durante os oito dias após a chegada; colocação por intermédio da Agência Oficial e transporte da Hospedaria até a estação de trem mais próxima à fazenda era obrigação legal.



A riqueza gerada pelo café acabou por seduzir milhares de espanhóis que partiram para o Brasil em busca de uma nova vida. Quando aqui chegaram, espalharam sua cultura por todo o Brasil. Aspectos da cultura espanhola foram sendo passada de pai a filho até chegarem aos dias de hoje.

Houve a vinda de espanhóis para São Paulo já no século XVII e XVIII, (as famílias tradicionais Bueno e Toledo por ex.) são de origem hispânica. A grande imigração espanhola em direção ao Brasil se dá na década de 1880. Até o final do século XIX, a grande maioria era de galegos, que se fixaram principalmente em centros urbanos brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Devido à grande semelhança entre galegos e portugueses aqueles eram muitas vezes confundidos com esses.

No começo do século XX, entretanto passaram a predominar os andaluzes. Com a decadência da imigração italiana para o Brasil, os espanhóis foram atraídos aos milhares a fim de substituir a mão de obra italiana no café. Dentre eles outros grupos importantes foram os catalães, bascos e valencianos.

A Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939, formou um novo fluxo de imigrantes que buscaram o Brasil. O crescimento da economia espanhola após a segunda guerra, fez o número de imigrantes cair e a imigração hispânica passou a ser pouco significativa.

Com pouca visibilidade o imigrante espanhol que se destinou ao estado de São Paulo, no período denominado de imigração em massa, trazia em sua bagagem imaginária as mesmas expectativas e anseios que motivaram a todos os outros imigrantes de outras nacionalidades. Os espanhóis concentraram-se sobretudo, no estado de São Paulo que atraiu cerca de 70% dos imigrantes hispânicos.

Esses contingentes populacional ficou marcado principalmente pela divisão dos espanhóis: os Galegos se fixaram nas cidades enquanto os Andaluzes se dedicaram a colheita

de café em São Paulo, como já visto mas, maus tratos contra espanhóis na fazenda de café e o trabalho semi escravo fez com que a Espanha passasse a restringir a vinda de seus cidadãos para o Brasil.

Segundo José Ortega y Gasset a Espanha desse período era classificada como (Espanha Invertebrada) devido as condições de desigualdade social no território de sua população.

No final do século XIX, a Espanha possuía uma população de 18,5 milhões de pessoas, densidade considerada crítica para um país pobre, com um setor agrário representando dois terços de sua economia neles acentuadas contradições internas resultaram em profundos descompassos não apenas entre os diversos setores da sociedade, mas igualmente entre suas diversas regiões.

## **ESPANHA EM PIRACICABA**

A chegada dos primeiros imigrantes espanhóis em Piracicaba se deu na década de 1890. Claro, não é difícil imaginar as dificuldades que tiveram de enfrentar.

Barreiras da língua, costumes, novas regras, comida. Tudo era diferente.

Durante o período de adaptação na nova terra enfrentaram todo tipo de adversidades.

Quando aqui chegavam eram acolhidos pelo casal Joaquim Rodrigues de Almeida e Maria Blaumer Rodrigues de Almeida. Joaquim, possuía um grande comércio na rua Governador Pedro de Toledo esquina com a rua São José, local onde oferecia alojamento aos espanhóis recém chegados a Piracicaba.

Com passar do tempo o número de imigrantes aumentou, com isso aumentou os problemas. As pessoas precisavam de ajuda. Tinham necessidade específicas, eram estranhos à terra.

Diante dos problemas que se apresentavam a comunidade resolveu se unir em busca de soluções. Assim um pequeno grupo liderados por: Joaquim Rodrigues de Almeida, Antônio Martins Mangueira e Mathias Blaumer resolveram fundar a Sociedade Grêmio Espanhol de Socorro Mútuos, cuja a finalidade era beneficiar os espanhóis de forma organizada. Atualmente sociedade Real Hispano-Brasileira.

A Assembleia de fundação da entidade aconteceu no dia 26 junho de 1898. A primeira sede da “Sociedade Grêmio Espanhol de Socorro Mútuos” foi no antigo Largo do Teatro, atual praça José Bonifácio. Quem passa pela rua Prudente de Moraes, na altura número 1292 Cidade Alta, depara com um lindo casarão amarelo, de estilo eclético, construído em 1905. O local guarda mais de um século da história da presença espanhola em solo Piracicabano.

Desde a fundação em 1898 a Sociedade progredia, tendo como princípios norteadores: a ajuda mútua e a assistência na área da saúde. No Grêmio Espanhol também haviam empréstimos aos associados com o falecimento de Joaquim Rodrigues de Almeida em 1932, e é desse período Sociedade a passou a enfrentar dificuldades, chegando ao ponto de não funcionar como Sociedade, passando por um longo período de ações judiciais para reaver o prédio.

Atualmente a SOREAL tem como missão a integração dos descendentes dos espanhóis a Sociedade Piracicabana em questões de cunho social, cultural e educacional, sobretudo naquele em que estejam envolvidos por relações entre a nacionalidade brasileira e espanhola.

Em sua trajetória, como Entidade associativa a SOREAL enfrentou inúmeros percalços, entre eles, o efeito da II Guerra Mundial, na década de 40, quando, tal como outras instituições foi impedida de exercer suas atividades.

A partir do ano de 2000, Marco da recuperação da posse definitiva da sua sede a Sociedade Soreal, vem impulsionan-

do ações rumo a uma revitalização e seus efeitos já se fazem notar através da reconstrução de costumes e tradições espanholas em toda cidade de Piracicaba. Tudo com muito esforço, muito trabalho, dedicação e solidariedade.

Desde da epopeica imigração até os dias os hoje, o povo espanhol se mostrou resiliente. A força, a disposição para o trabalho, a solidariedade, a capacidade de organização, refletem diretamente na sociedade, uma vez que os espanhóis fazem parte da formação do povo piracicabano.

Como em todo Brasil, os espanhóis em Piracicaba procuram manter viva sua cultura e tradições. Encontramos a influência dessa cultura nas danças, na gastronomia e na cordialidade do povo piracicabano.

Em Piracicaba os espanhóis e seus descendentes participam ativamente da vida da cidade. Estão presentes na política, nas artes, na cultura. Além do ex-vereador Juan Antônio Moreno Sebastianes teve também o ex-prefeito Francisco Salgot Castillon.

Neste ano, 2017, em que o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba completa o seu Jubileu de ouro, e a cidade de Piracicaba completa 250 anos o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba presta está singela homenagem aos imigrantes espanhóis e seus descendentes pela grande contribuição à Cultura, ao progresso e ao desenvolvimento de Piracicaba.

## **BIBLIOGRAFIA**

DEZAM, Maria Dalva de Souza, Impactos das imigrações como fator para o desenvolvimento econômico e diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano-SP, doutorado, Unesp, 2012.

Formação étnica de  
Piracicaba

## A Presença italiana em Piracicaba: Séculos XIX e XX – a escravidão branca

***Olívio Alleoni***

In memoriam

Meu pai, José Santo Alleoni,  
minha mãe Antonieta Busatto Alleoni  
e meus irmãos José Rossini e Maria Ruth.

### **PRÓLOGO**

PARA TERMOS UMA VISÃO mais exata da imigração italiana, temos que voltar nossos olhos para a escravidão no Brasil. Desde os primeiros tempos, algumas décadas após a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral brasileiro, havia a necessidade de mão de obra para uma série de atividades, desde as exploratórias bem como as domésticas.

Estas necessidades foram se tornando maiores com o

decorrer do tempo. Os índios também foram utilizados para esta finalidade, mas mostravam-se menos adequados e não atingiam as metas que se faziam necessárias.

Estas precisões foram se tornando mais intensas, culminando no período colonial e imperial sua maior necessidade. Eles eram a base da economia, sendo utilizados na área agrícola, na exploração de metais, nos serviços domésticos, e demais atividades.

A proibição inglesa do tráfico de escravos para as Antilhas, com diminuição da mão de obra e conseqüente encarecimento do açúcar, fez com que a mesma situação fosse impactada ao Brasil. Em 1826 foi apresentado projeto à Câmara proibindo a entrada de escravos no Brasil. Em 1931 uma lei declarava livre qualquer africano que posteriormente viesse a ser trazido ao Brasil. O tráfico somente veio a ser suspenso com o decreto 581 de 4 de setembro de 1850. A abolição da escravatura somente viria a ocorrer em 13 de maio de 1888.

Quase um século se passou até a Lei Áurea. Os senhores rurais viam-se acudados desde as primeiras décadas do século XIX com o inexorável rumo da escravatura, e sentiam a necessidade cada vez mais premente de encontrar outra mão de obra que pudessem utilizar em suas atividades.

Já em 1819 chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes, facínoras vindos das Galés de Nápoles e Sicília. Mas havia uma certa rebeldia por parte dos elementos ligados à corte... "A lavoura era o negro, a prosperidade da terra, o negro. Parecia impossível em 1820 separar do destino do Brasil o negro, o engenho e o cafezal". E isto perdurou por quase um século.

Em 1876 a Inspeção de Terras e Colonização ditava normas de assentamento. Em 1886 já entrava em atividade a Sociedade Promotora de Imigração, criando a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo e criação de núcleos coloniais.

Também como fator coadjuvante, temos que a Europa do século XIX foi assolada por uma série de revoltas inter-

nas e guerras. A fome predominava. A propriedade passava por uma série de alteração de valores. As doenças eram endêmicas. Havia a necessidade de se encontrar outros caminhos para a sobrevivência. O governo italiano, ciente de sua inépcia na solução de seus problemas, incentivou a emigração.

Consciente da situação caótica da Europa, o Brasil instituiu a imigração assalariada. Era a garantia do transporte grátis das pessoas e suas bagagens. Livros foram editados e traduzidos para o italiano e alemão pelo Brasil. Terras eram vendidas a valores baixos e a longo prazo para pagamento.

A imigração para o Brasil ocorria em total aceitação não só na Itália, bem como em outros países. Publicidade altamente elaborada descrevia que aquela era a terra onde havia direitos, poderia se trabalhar, ser dono da terra, havia fartura de alimentos... Este seria o paraíso e a terra prometida para aqueles corpos e almas alquebradas. Mas as coisas não eram bem assim...

## **OS IMIGRANTES**

A realidade é que os imigrantes, pessoas simples, artífices e agricultores em sua grande maioria, foram iludidos dentro de suas futuras atividades e funções que estariam destinados ou aptos a exercer. Mas a realidade era a de substituir a mão de obra dos escravos negros. E para atingir seus objetivos, foram utilizados de artifícios dos mais variados, onde realmente a renda destes recém-chegados era ínfima, e viviam mergulhados em dívidas com os proprietários das terras. Pouco podiam fazer para saldarem seus débitos, e ficavam praticamente prisioneiros de seus senhorios, que não os deixavam abandonar a propriedade onde se encontravam.

Tinham conhecimento de um sistema de leis, mas desconheciam as daqui. Eram pois, facilmente iludidos em seus conceitos. A língua que falavam era diferente, o que ocasio-

nava dificuldades em sua comunicação com os brasileiros. A assistência médica era praticamente nula, bem como não possuíam poder aquisitivo para consultar um profissional. As doenças tropicais eram praticamente desconhecidas. Suas ingerências políticas eram nulas, e muito dos alimentos, desconhecidos. E as autoridades aplicavam as leis conforme a necessidade dos de maior poder, ignorando muitas vezes a justiça e distorcendo a verdade.

As revoltas explodiam aqui e ali, ocasionadas pela ganância, pelo exercício do poder do senhor, pela injustiça. Realmente, o imigrante nada mais foi do que o “escravo branco” neste sistema corrupto da época.

Mas estas realidades não ficaram ocultas por muito tempo, e tornaram-se públicas, fazendo com que um alto comissário da emigração italiana, Prinetti, viesse ao Brasil, tomasse ciência do que aqui acontecia e finalmente cancelasse a licença a quatro companhias italianas de navegação que executavam a imigração assalariada bem como as operações de recrutamento, interrompendo assim este ciclo.

Algumas poucas famílias conseguiram romper e escapar das armadilhas que eram armadas. A grande maioria, principalmente os “contadinos”, agricultores de pouca ou quase nenhuma cultura, tornaram-se praticamente reféns destes senhorios, devido às manobras que eles engendravam. Atritos os mais diversos ocorreram, e que resultaram em revoltas das mais variadas, inclusive em assassinatos de ambos os lados. A ambição algumas vezes desmedida, incentivava a ocorrência de desentendimentos graves entre eles próprios, que algumas vezes degeneravam para agressões e mesmo até morte.

Outras vezes, o desespero era tanto que acabava por gerar até mesmo suicídios, por alguns imigrantes por sentirem-se totalmente desorientados e não poderem adequar uma solução a seus problemas.

Mesmo entre os artífices, o mesmo ocorreu, com bem



menor intensidade. Aparentemente o equacionamento de soluções era mais fácil, e possuíam eles um maior grau de educação, adaptando-se melhor às situações.

Cabe lembrar que também vieram pessoas com alta experiência em suas atividades, como fotógrafos, escultores, sapateiros, ferreiros, etc.

Outros poucos imigrantes conseguiram retornar à Itália. Alguns conseguiram superar as dificuldades que se apresentavam, uns mais rapidamente, outros mais vagarosamente. Estes fizeram a América.

## **A SOBREVIVÊNCIA**

Com todos estes desencontros presentes no dia a dia, a vida era uma verdadeira aventura a ser enfrentada. Havia a necessidade de se tomar alguma conduta para que os percalços fossem enfrentados com maior facilidade.

E a solução encontrada foi a Sociedade de Mutuo Socorro. Cada família contribuía com uma quantia estipulada, e na necessidade, as despesas eram pagas por esta organização beneficente. Assim, conseguiam ter acesso à assistência médica, adquirir medicações, até mesmo sepultar seus parentes e retornar à Itália. Quando havia necessidade, faziam quermesses e jogavam tômbola para angariar mais fundos...

Esporadicamente recebiam eles valores monetários, resultantes de heranças de parentes falecidos na Itália, que auxiliavam também na reorientação dos valores existenciais.

Havia tendência a pessoas de mesma etnia morarem próximas. Assim, o bairro denominado de Vila Rezende, foi habitualmente um reduto de italianos e seus descendentes desde o final do século XIX até os primeiros decênios da segunda metade do século XX.

Se alguns vieram casados, outros contraíram núpcias

aqui. Habitualmente não havia miscigenação, e as uniões conjugais eram habitualmente entre noivos da mesma origem. O matrimônio fora desta condição não era muito aceito por nenhum dos lados, e o choque de costumes e valores acabava por criar atritos entre o casal e os familiares. Alguns destes atritos chegaram até mesmo a ocasionar a morte de um cônjuge.

Os imigrantes com seus costumes e tradições introduziram novos hábitos alimentares no dia a dia. Entre eles cite-se a o uso do trigo e seus derivados, como macarrão e a pizza, risoto, polenta, minestra, pão preto e outros.

Segundo o hábito antigo, o chefe da casa era sempre o varão. A ele cabia zelar pelos destinos da família. À mulher cabia o exercício da maternidade, as atividades domésticas e o criar dos filhos. Quando casava, levava um dote e era praticamente destituída da herança.

A tradição habitual fazia com que os filhos seguissem a mesma profissão dos pais. A educação era extremamente falha e reservada aos mais opulentos. O aprendizado e o trabalho já começava na infância. Era dever dos filhos ajudarem os pais nas atividades profissionais.

Torna-se claro que vieram os mais diversos tipos de pessoas nesta corrente imigratória. E entre estas, “*persona non grata*” que utilizavam todos os tipos de artimanhas para poderem obter recursos de modo não muito honesto. E isto ocorria tanto na área rural como urbana.

Nesta época era existente na Europa o sistema anarquista. Este foi trazido junto com os imigrantes, ocasionando novos valores e mudanças nas condutas sociais e políticas até então reinantes. Chegou mesmo a haver a fundação de uma colônia sob este sistema no Brasil.

Mas alguns imigrantes (principalmente os urbanos) tinham ideias diferentes. Vendo as necessidades que se faziam necessárias no dia a dia, encaminhavam a educação de seus

filhos para aquelas áreas que se mostravam carentes. Se os imigrantes eram artífices, muitos de seus filhos foram professores, e seus netos viriam a possuir nível superior.

O sentimento cívico era por demais intenso. Os XX de setembro e outras datas cívicas eram extremamente comemoradas, com ruas enfeitadas com bandeirolas, bandas tocando, discursos e fogos de artifício à noite.

Chegou a República no Brasil, e com ela a grande naturalização. Todos os estrangeiros foram solicitados a optar por uma nova nacionalidade. Poucos aceitaram. Ainda permanecia a ideia que aqui fariam sua riqueza e depois voltariam à terra natal. Se naturalizassem perderiam o direito à cidadania italiana. A grande maioria não conseguiu concretizar esta sua vocação.

Gradativamente os imigrantes foram assumindo seu papel dentro da organização social brasileira. Lentamente foram liberando-se do jugo opressor, atingindo seu "status" de liberdade. Os que permaneceram na região urbana foram geralmente mais privilegiados, conseguindo uma melhor condição social. Muitos poucos foram otimamente bem sucedidos e conseguiram riqueza.

Senão os imigrantes, mas a sua primeira ou segunda geração realmente viriam a atingir e realmente sedimentar o grande sonho do imigrante italiano:

**"facciamo l' América"...**

## **EPÍLOGO**

Considero que o sonho dos imigrantes foi totalmente realizado, senão em relação à eles próprios, aos seus descendentes. Eles foram as sementes jogadas à terra, que sem os devidos cuidados, germinaram, cresceram, fornecendo árvores frondosas, presenteando o chão áspero e inóspito com folhas,

sombras e magníficos frutos, onde suas sementes germinaram e se perpetuaram.

Ele, o imigrante, além de ter seus direitos violados pela terra que o cativara com melodias mendazes, oferecendo algo muito diferente do que havia proposto, rechaçado a um plano vil, relegado quase a uma posição animalesca, com muito suor, sangue e lágrimas conseguiu reverter a situação de escravo branco à senhor. Lenta e paulatinamente não se deixou quebrantar, foi ocupando cada vez mais seu prometido e merecido espaço. Aproveitou as oportunidades, e foi se encaixando cada vez mais paralelamente aos senhores devido ao estado “laissez-aller” destes, chegando mesmo posteriormente a inverter a situação existente.

Se veio como escravo, agora ocupa a posição de senhor.  
Honra ao mérito.

### **Observação**

Este artigo está extremamente sintetizado e são apenas vislumbres de como se comportou a imigração italiana.

Aos que desejarem maiores detalhes, bem como parte das comemorações para honrar os 50 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, foram doados pelo autor uma centena de livros “Uma Fresta para o Passado”, que retrata a história dos imigrantes italianos em Piracicaba, para serem presenteados aos interessados, juntamente com a Revista desta Casa.

Piracicaba, julho de 2017

Formação étnica de  
Piracicaba

## O legado da imigração síria e libanesa no Brasil, enfoque para a colônia de “brimos” em Piracicaba

***Silvana Zein,***

É diretora da Sociedade Sírio Libanesa de Piracicaba

“OS LIBANESES E SÍRIOS aqui radicados têm evidenciado as provas mais eloquentes de seu amor à Terra de Santa Cruz, que os acolheu como filhos, à qual eles dedicam todo o respeito. Suas preocupações primordiais são a sólida constituição do lar e eficiente educação dos filhos. O lar sírio-brasileiro e o Líbano-brasileiro são modelos vivos da família, que serve como coeso núcleo na formação da nacionalidade e cujo erguimento se baseou no amor, no respeito e no reconhecimento”.

(Trecho do discurso do Dr. Rui Barbosa, lido em 07/09/1918 em cerimônia que a Associação Brasileira de Escoteiros homenageou a colônia sírio libanesa)

Com grata surpresa, fui convidada pela professora Valdiza Caprânico, Presidente do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, do qual orgulhosamente faço parte, a traçar um relato sucinto sobre a construtiva participação dos imigrantes sírios e libaneses na vida social, política e financeira da nossa querida e sempre jovem Noiva da Colina, que este ano completa 250 anos. Permitam-me uma apresentação: sou Sylvana Zein, libanesa, vim para o Brasil com meus pais aos 2 anos de idade e com 14 anos vim residir em Piracicaba. À princípio era temporário mas como aconteceu com a maioria que por aqui aportaram, o encanto aconteceu, não quis mais sair, constituí família, meus filhos são piracicabanos e aqui residem. Minha gratidão eterna ao acolhimento da cidade, à Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), minha segunda casa por décadas, onde as portas se abriram e meus objetivos se realizaram. Aos companheiros(as) dos Lions Clube, onde realizamos um belo trabalho em prol da coletividade. À Sociedade Beneficente Sírio Libanesa, que através de suas diretorias, me permitem divulgar nosso trabalho e conquistar novos sócios. Gratidão especial ao meu amado e saudoso esposo, Prof. Doutor Elias Boaventura, que reforçou em mim o gosto pela pesquisa. De onde veio a coragem e a ousadia em aceitar este convite.

A história de amor entre o Brasil e o povo árabe, é antiga. Arqueólogos e pesquisadores garantem que os fenícios, exímios navegadores, estiveram em terras tupiniquins muito tempo antes da descoberta oficial do Brasil. As inscrições na pedra da Gávea no Rio de Janeiro, são prova disso. Os libaneses herdaram o gosto pela exploração dos mares e, segundo as cartas de Pero Vaz de Caminha, que estão no museu em Portugal, marinheiros da Terra dos Cedros faziam parte da tripulação das caravelas de Pedro Álvares Cabral em 1500 e foram testemunhas oculares da conquista da Terra de Santa Cruz. Ao longo do período de colonização e do Primeiro Império, a história não registra a vinda de povos do Oriente Médio, talvez por ser

em número tão pequeno que não despertou a atenção dos cronistas da época. À partir de 1850 começam a chegar sírios e libaneses cristãos, em sua grande maioria adolescentes e jovens, do sexo masculino, fugindo da crueldade do jugo do Império Otomano já em decadência, da obrigação do alistamento para lutar pelo regime opressor e pelas precárias condições de vida impostas às famílias que mantiveram-se no Cristianismo Ortodoxo. Nesta época, por falta de conhecimento e informação, não sabiam da divisão política e geográfica das três Américas. Eles queriam ir para a América e assim muitos irmãos e primos se dividiram ao embarcarem em navios diferentes e foram levados para América do Norte, Brasil ou Argentina.

O Brasil ganha destaque no Oriente Médio quando D. Pedro II, monarca do Império Brasileiro, um apaixonado pelo mundo árabe, visita Síria, Líbano e Palestina em 1876 e segundo reprodução de testemunhos orais da época, faz uma bela propaganda do Brasil e incentiva a imigração com intuito de povoar o país e estimular o crescimento econômico e cultural. O Imperador era fluente na língua e escrita árabe e editou um livro sobre a História do Brasil que foi distribuído aos libaneses, acendendo a curiosidade e o desejo de habitarem no paraíso tropical.

Segundo o Prof. Dr. Oswaldo Truz em seu livro “Imigrantes no Brasil – Sírios e Libaneses Narrativas de Histórias”: Pesquisas revelam que emigraram para o Brasil entre 1860 e 1940 cerca de 100 (cem) mil sírios e libaneses.

As duas últimas décadas do século XIX e início do século XX registram o maior número de sírios e libaneses entrando no Brasil, procurando oportunidade de trabalho, progresso e paz, afinal, como exposto acima, viviam sob o jugo dos Otomanos que oprimiam os cristãos habitantes da região. Até 1918, com o fim da Primeira Grande Guerra e consequente queda do Império Otomano, onde os turcos tinham se aliado à Alemanha, os passaportes ou “salvo condutos”

eram expedidos pelos invasores com o carimbo da Turquia. Daí, os sírios e libaneses, aqui no Brasil, carregaram até hoje, a alcunha de “turcos” por simples falta de conhecimento de Geografia e História Geral. Alguns levam na brincadeira e até tiram proveito deste “equívoco” mas a maioria se aborrece e entristece. Afinal, nosso povo é confundido com o opressor que usurpou seu país de origem, na religião, patrimônio cultural e bens materiais.

Diferente dos imigrantes italianos e japoneses que vieram já contratados pelos fazendeiros para trabalhar nas lavouras, com o fim (tardio) da sofrida e injusta escravidão dos povos africanos, os sírios e libaneses decidiram vir ao Brasil por sua conta e risco, legando aos seus descendentes e ao povo brasileiro, exemplo da resiliência, força de vontade e amor à vida. Chegaram numa terra exuberante, mas com cultura, idioma e costumes totalmente desconhecidos. Alguns se assustaram, outros se encantaram, conforme relatos no livro “A imigração árabe no Brasil” de Jorge S. Sábado. O autor publicou entrevistas com filhos de sírios e libaneses que vieram nas primeiras levas. Relata também sofrimentos, decepções, preconceitos, desconfianças, saudades, amores, casamentos arranjados, mas acima de tudo, a vontade férrea de vencer, “fazer a América”, trabalhar muito, ganhar dinheiro, se estabelecer e trazer a família para viver e conhecer a paz na nova pátria.

Foram chegando, desembarcavam no Porto de Santos e fixaram-se em sua maioria nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por não virem contratados para as lavouras, são bem poucos os registros de passagem pelas Hospedarias dos Imigrantes do Brás e do Bom Retiro. Grande maioria formada por homens jovens, solteiros, cristãos, com alfabetização básica (em árabe), oriundos das pequenas aldeias das montanhas (hoje belas cidades de porte médio). Muito vivazes e inteligentes, descobriram que os habitantes das zonas rurais, pela dificuldade em viajarem até as cidades, seriam excelen-



tes compradores. Conhecedores do antigo provérbio árabe “Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai à Maomé” passaram a levar as mercadorias em grandes malas, à pé ou em lombo de burros, para as mais remotas regiões. Levavam também notícias das cidades e correspondências. Vendiam de tudo, das coisas mais simples para os colonos até artigos de luxo e perfumes para os fazendeiros. Na dura lida, dormiam em celeiros, paióis, estrebarias e até no mato mesmo. Não esmoreciam sob sol, chuva, frio ou calor. A desconfiança e receio iniciais, foram transformando-se em amizade, respeito e admiração. À medida que prosperavam, montavam comércio na cidade, casavam-se, em sua maioria com moças vindas da Síria ou do Líbano e convidavam jovens da família para virem ao Brasil e exercerem a profissão de mascate para atender à freguesia das áreas rurais. O ofício perdurou até o fenômeno do êxodo rural, quando as luzes das cidades ofuscaram e enganaram os olhos dos jovens do campo, que acreditaram na ilusão de uma vida mais fácil e farta. Paralelo a isso, os sírios e libaneses, amantes da cultura, incentivavam seus filhos a estudar. Formavam-se em diversas áreas do saber e deixaram de atuar no comércio um dom genético e ancestral.

Nos relatos dos entrevistados por Jorge S. Sábado, os jovens casavam-se com filhas de seus conterrâneos já estabelecidos no Brasil ou com moças da Síria e do Líbano, que eram enviadas por suas famílias para desposá-los. Também, muitas histórias de sírios e libaneses que se apaixonaram e casaram com moças brasileiras, sem ascendência árabe. Muitas assimilaram e se encantaram com a cultura, tradição e culinária do nosso povo, outras abraçaram os maridos. Seus descendentes, mesmo tendo o sobrenome árabe, não cultivam os costumes e herança cultural. Em alguns municípios a colônia é unida, exemplos das cidades de São Paulo, São José do Rio Preto e Rio de Janeiro, em outros a união existe parcialmente, caso de nossa cidade, onde estimamos em torno de cinco mil descendentes e a entidade que seria

o ponto convergente dos “brimos” tem dificuldade em atrair e sensibilizar este contingente, à despeito das ações desenvolvidas pelos seus diretores. Mas, o que importa, de fato, é a efetiva participação dos sírios e libaneses e seus descendentes no desenvolvimento do Brasil em todas as áreas de atividade econômica, política, da saúde e do saber. Um dos orgulhos é o Hospital Sírio Libanês em São Paulo, fundado por Admar Janet e um grupo de senhoras da colônia e o saudoso cardiologista, de coração imenso, Dr. Adib Jatene.

Entre as colônias de imigrantes que se fixaram em Piracicaba ao longo de seus 250 anos, a de sírios e libaneses é uma das mais antigas. Os primeiros chegaram na década de 50 do século XIX e foram mascatear na extensa área rural da cidade onde floresciam lindas fazendas. Seus baús guardavam um mundo colorido de linhas, tecidos, missangas, rendas, fitas, tules, cetim, fivelas, botões e agulhas. Espelhos, batons e perfumes. Hoje, a maioria não conhece as histórias de seus ancestrais e as dificuldades e sofrimentos pelos quais passaram para deixar um legado pessoal, moral e cultural. Aqui, como nas demais localidades do Brasil, onde nossos “brimos” se instalaram,

Prova disso é o fato de menos de 10% da grande colônia de descendentes desta cidade ter interesse em participar das atividades e eventos da Sociedade Beneficente Sírio Libanesa, fundada em 16 de novembro de 1902, uma entidade que completa 115 anos de atividades ininterruptas e que luta para motivar os mais jovens a continuar este bonito trabalho de preservação das tradições e cultura milenar.

O Prof. Elias Salum, de saudosa memória, à quem muito devemos pela sua luta e perseverança em manter viva e atuante nossa entidade representativa, para quem dedicou 70 anos de sua vida e boa parte de seu precioso tempo, registrou em sua obra “Sociedade Beneficente Sírio Libanesa – sua gente e sua história” lançada em 2002 por ocasião do centenário de fundação, os desafios enfrentados pelos abnegados imi-

grantes em fundar a Sociedade Beneficente com o intuito inicial de auxiliar os sírios e libaneses que aqui chegavam. São exemplos contundentes de que “A UNIÃO FAZ A FORÇA”. Com poucos recursos e numerosas famílias para sustentar, conseguiram doações e organizaram eventos para concretizar o sonho da sede própria. Hoje, cuidamos com carinho e orgulho deste patrimônio coletivo e também histórico e cultural da cidade. Pelos nomes registrados em Atas e documentos da época, constatamos como era intensa a participação dos “patrícios” na vida da entidade e do município. Muitos destes pioneiros, através de seus exemplos, influenciaram filhos e netos que atuaram e atuam de forma ativa e decisiva no desenvolvimento de nossa cidade. É inegável a importante contribuição dos sírios e libaneses no desenvolvimento de Piracicaba em todos os setores. Cabe aqui um tributo aos valorosos e solidários antecessores, orgulho de seus descendentes das famílias: Abdalla, Cauãs, Essa, Haiek, Simão, Arrábe, Neme, Rahal, Abrahão, Rezk, Dib, Elias, Zina, Maluf, Tanús, Bachir, Sarruge, Darruge, Cury, Khouri, Coury, Yassúf, Kraide, Ibrahim, Achi, Zaidan, Nicolau, Bachir, Chadad, Haddad, Japur, Tacla, Massuh, Horani, Sabbag, Nassar, Sarkis, Dumit, Sélios, Arbex, Nohra, Bassili, Antônio, José, Chalita, Salum, Nassim, Neder, Nader, Maroun, Farah, Farhat, Mattus, Mikail, Ghosn, Helal, Jomaa, Nahas, Mattar, Daibes, Napti, Kassouf, Helú, Demétrio, Ismael, Thame, Chaccur, Cateb, Sebe, Calil, Ismael, Miguel, Trabulse, Salomão, Saad, Safi, Labaki, Abramides, Chaim, Kassab, Audi, Buchidid, Mattus, Daibes, Nechar, Zogbi, Nassif, Gazal, Salles, Chamma, Gabriel, Naime, Roston, Laiun, Zaitun, Moisés, Aguiar, Curiacos, Kalil, Jorge, Achi, Jorge, Saliba, Daher, Canaan, Athié, Kazam, Assad, Thame, Chartouni, Tayar, Youssef, Fayad, Zein.

Cessando o período de grande contingente de imigrantes, após as independências da Síria e do Líbano, estando os aqui residentes já estabelecidos e consolidados financeiramente, a

Sociedade Beneficente Sírio Libanesa voltou sua filantropia para os mais carentes do município, fazendo sua parte para amenizar o sofrimento dos menos favorecidos. Atividades para este fim são realizadas até hoje, ajudando instituições que cuidam de crianças e idosos.

A presença da colônia sírio libanesa, sempre tão expressiva, recebia com frequência as visitas dos Arcebispos Católico Maronita e Católico Ortodoxo, que celebravam missas comemorativas ou pelos falecidos. Também os cônsules da Síria e do Líbano nos honravam com suas presenças, sendo vários deles homenageados nas festividades. Piracicaba, num gesto de reconhecimento, através da Câmara Municipal, em 18/08/1960, aprovou homenagem à colônia denominando um logradouro que fica entre as ruas Governador Pedro de Toledo, Monsenhor Francisco Rosa e Av. Armando de Salles Oliveira de “PRAÇA SÍRIO LIBANESA”. Em 29/10/1967, na mesma praça foi inaugurado um obelisco, homenagem dos “brimos” ao Bicentenário da cidade. Demonstrações e troca de gentilezas e hospitalidade no mesmo espaço.

Em março de 2000, como reconhecimento à nossa grande e laboriosa colônia, por iniciativa e autoria do nobre Vereador Capitão Gomes, através de Decreto Legislativo, foi instituída a Semana de Cultura Árabe, celebrada de 10 a 17 de abril, quando também comemoramos o Dia Nacional da Síria. Na ocasião, em Sessão Solene na Câmara de Vereadores, homenageamos cidadãos e cidadãs prestantes que engrandecem nossas origens.

Todo mês de novembro, dia 16 celebramos o aniversário da Sociedade Beneficente Sírio Libanesa e dia 22 o dia da Independência do Líbano. Além das festividades também homenageamos os “patrícios” que se destacam na nossa comunidade.

Em 2002, ano do centenário da entidade, aconteceram diversas atividades homenageando data tão significativa. Uma delas foi em 14/11 a transferência do Gabinete do Pre-

feito José Machado para nossa sede. Ato que contou com a presença de vários Secretários e de autoridades. Na ocasião, foi apresentado o projeto do Memorial do Centenário, posteriormente construído e inaugurado com o sugestivo nome de “Portal Árabe”, numa área em frente à Praça Sírio Libanesa, na outra margem da avenida, ladeando o viaduto que liga o Centro à Cidade Jardim. Foi um ano de reconhecimento e gratidão com homenagens da Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico, clubes irmãos da cidade de São Paulo, entre outros. Tema do desfile de 7 de setembro, onde orgulhosamente as bandeiras da Síria e do Líbano tremularam ao lado da Bandeira Nacional.

Neste ano de 2017 a gloriosa Sociedade Beneficente Sírio Libanesa completa 115 anos de atividades ininterruptas, sendo administrada por uma diretoria relativamente jovem e que pensa muito no futuro. Realizamos um sonho antigo, adquirindo um excelente terreno para construção da nova sede com salão de festas com acessibilidade. Os anos estão passando para todos nós e a imponente escada da nossa sede dificulta a chegada dos associados ao salão. Nosso prédio é lindo, tombado pelo Patrimônio Histórico e realizamos constante manutenção para preservação deste bem que é fruto e testemunho de amor e gratidão por essa terra “onde o peixe para” e onde nós também paramos, vimos, gostamos e ficamos.

Um registro relevante e prova da importância do labor do nosso povo para a Noiva da Colina, foi a criação da ACIPI – Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, em 1933, que foi gestada no salão da sede de nossa entidade e nele realizou suas primeiras reuniões. Na época, grande parte dos comerciantes e alguns empresários eram sírios e libaneses. Hoje muita coisa mudou. Onde até alguns anos atrás podíamos entrar em algumas lojas e cumprimentar com “AHLA USSAHLA”, agora os salões estão ocupados pelos imigrantes

coreanos e chineses. Atualmente temos apenas quatro lojas de roupas no Centro, que resistem bravamente, três lojas de libaneses natos e uma de neto de sírios. Mas são as rodas da História e da Vida que giram. Perdemos a magia e o colorido do comércio árabe, com as delícias do sotaque inconfundível e ganhamos descendentes, especialistas nas profissões que escolheram.

Nossa cidade não seria a mesma sem a presença desses abnegados homens e mulheres, filhos e filhas da Síria e do Líbano, que trouxeram em seu DNA os reais valores das culturas milenares. Além da gastronomia, onde o kibe e a esfiha conquistaram espaço no gosto dos brasileiros, os “patrícios” foram e são muito ativos na política, sendo eleitos prefeitos, vereadores, deputados, ministros e senadores. Piracicaba, só nos últimos 40 anos, foi governada por 3 descendentes que são: João Herman Neto, Adilson Benedito Maluf e Antônio Carlos Mendes Thame, que também foram Deputados. O arquiteto João Chaddad que foi Vice Prefeito. Temos dois líderes religiosos que são Monsenhor Jorge Simão Miguel e Monsenhor Jamil Nassif Habib.

Nos dias de hoje, os “brimos” atuam fortemente e com muita competência na área de saúde como excelentes médicos e dentistas. Engenheiros, advogados, jornalistas, comunicadores, professores, profissionais de muito respeito e credibilidade.

Em nome de toda colônia sírio libanesa, externo nossa gratidão e homenagens à cidade de Piracicaba, que continue acolhedora, lugar onde os peixes e as pessoas parem e fiquem, que seus habitantes escolham com sabedoria os governantes, que tenham como prioridade a qualidade de vida, o cuidado com o Meio Ambiente em todas as suas formas e o respeito às culturas e etnias. Que as gerações futuras amem e cuidem deste pedaço de chão, mais e melhor do que estamos conseguindo fazer. Parabéns, linda e eterna NOIVA DA COLINA.

Como presente, transcrevemos um poema de autoria de Lino Vitti, o Príncipe dos poetas piracicabanos, dedicado à João Issa Salum, que escreveu a história de seu pai em “A SAGA DE UM MASCATE”. O poema retrata com singeleza o que vivenciaram os milhares de “turcos” que se espalharam Brasil adentro.

#### O MASCATE

Por mares navegou, por terras inclementes,  
Entre povos viveu, rudes, desconhecidos.  
Luares contemplou, nobres e resplendentes,  
Muitas vezes deixando os entes mais queridos.

Fez-se amigo leal de muitas outras gentes,  
Da amizade fez porta aos locais mais temidos.  
Ofertando com fé seus produtos urgentes,  
Por caminhos sem fim e atalhos escondidos.

Ao longe deixa a pátria e vem em pátria estranha  
Distribuir riqueza, e trabalho, e valores,  
Bandeirante atual a luta enfrenta e ganha.

Deixa ao longe talvez uma vida de amores...  
Mascate, és um herói que não teme ou se acanha,  
Herói e benfeitor – excelsos precursores!

**BIBLIOGRAFIA**

DEZAN Maria Dalva de Souza – Impactos das imigrações espanhola e sírio libanesa como fator para o desenvolvimento Econômico e diversidade cultural na organização do espaço geográfico piracicabano – SP – Tese de Doutorado UNESP – PPG em Geografia

SÁFADY Jorge S. – A imigração árabe no Brasil

SALUM Elias – Sociedade Beneficente Sírio Libanesa – Centenário de fundação – sua gente e sua história

TRUZZI Oswaldo – Imigrantes no Brasil- sírios e libaneses narrativas de histórias



Formação étnica de  
Piracicaba

## Curiosidades sobre a imigração japonesa

### ***Toshio Icizuca***

É engenheiro formado pelo Mackenzie, membro do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, filho de Ginye Icizuca e Sata Icizuca, imigrantes que vieram ao Brasil em 1933.

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO Brasil, que teve início em 18 de junho de 1908, pode ser considerada fruto de um acordo de sucesso para ambos os países sob o ponto de vista social, econômico e cultural.

A ideia de receber os imigrantes japoneses surgiu no momento em que o Brasil e o Japão passavam sérias dificuldades; o primeiro, por falta de mão de obra para o trabalho na lavoura e, o segundo, por excesso de população para o tamanho do país, pouco maior que a soma dos estados de São Paulo e Paraná.

No fim da segunda metade do século XIX, o Brasil vivia uma época de desenvolvimento devido à grande produção de café, especialmente no estado de São Paulo. Porém, os fazendeiros começaram a temer pela falta de mão de obra escrava com a assinatura da Lei Áurea, que ocorreu em 1888. No mesmo período, a população do Japão vinha crescendo em ritmo acelerado, alcançando perto de 100 milhões de habitantes. Eu me lembro que meus pais, que chegaram ao Brasil em 1933, trouxeram um disco fonográfico com uma música que exaltava o desenvolvimento do país, cuja letra falava “... o peito de 100 milhões de japoneses pulsa...”, num dos trechos da canção. No entanto, o excesso de população no campo preocupava o governo, uma vez que o setor industrial ainda empregava pouca mão de obra.

A solução dos problemas que preocupavam os dois governos foi resolvida em parte pela assinatura do acordo de imigração de japoneses ao Brasil, em 05 de novembro de 1895. Pelo Brasil assinou o presidente da república em exercício, Prudente de Moraes, originário de Piracicaba.

Para avaliar a viabilidade da imigração, o governo japonês enviou em 1905, o Ministro Flash Sugira ao Brasil como sinal de início dos trabalhos preparativos. Ele visitou diversas áreas passíveis de acolhimento de trabalhadores, locais estes indicados pelo governo brasileiro. O visitante foi muito bem recebido pela população e autoridades brasileiras. O relatório da visita, apresentado ao governo japonês pelo Ministro, elogiava a boa recepção do governo brasileiro e população em geral, o que causou uma boa impressão e aumentou o interesse em concretizar o projeto. Representando o estado de São Paulo – maior interessado em receber os imigrantes – assinou o Secretário de Agricultura, o piracicabano Carlos Botelho e, pelo Japão, Ryle Mi zuno, ex-deputado que fizera visita a São Paulo e manteve encontro com Carlos Botelho. Em princípio, ficou definido que São Paulo receberia 3.000 imigrantes.

## EXIGÊNCIAS PARA SEREM IMIGRANTES

Os candidatos a imigrantes deveriam satisfazer algumas condições para serem aprovados. Uma das condições era o cumprimento do contrato de no mínimo um ano de trabalho como colono em fazendas de café no estado de São Paulo. Outras condições eram: uma família com pelo menos três trabalhadores adultos bem saudáveis; morar em casa cedida pelo fazendeiro; cumprir o regime de trabalho definido no contrato.

Para satisfazer às condições apresentadas, algumas famílias, especialmente as pequenas, convidavam irmãos ou amigos para os acompanharem na empreitada. Meus pais, como eram recém-casados, convidaram o meu tio solteiro de 17 anos para cumprir o regulamento.

Sacramentado o acordo definitivo de imigração, finalmente em 18 de junho de 1908, chegava ao porto de Santos o navio Kasato Maru, o primeiro navio especialmente destinado para o transporte de imigrantes, trazendo 781 pessoas, a maioria procedente da ilha de Okinawa. Entre os imigrantes, 13% eram analfabetos. O fato curioso é que esta porcentagem era considerada baixa em termos mundiais...

Entre os primeiros imigrantes, muitos pensavam que o café era uma árvore que produzia ouro, e que os galhos chegavam a envergar pelo peso do metal. Certamente, a foto do pé de café mostrado aos imigrantes, no Japão, era da espécie que produzia grãos de coloração amarelada... O inspetor de imigrantes do estado da São Paulo, J. Armando Sobral, publicou um extenso relatório sobre o fato inédito no Correio Paulistano, em 26 de junho de 1908. Na matéria, ele escreveu que ficou impressionado com a aparência dos imigrantes, não pareciam ser pobres, suas malas eram de boa qualidade, assim como suas roupas e apetrechos de higiene. Ele

elogiou a limpeza dos quartos da hospedaria onde ficaram os recém-chegados até o destino definitivo, sem lixo e tudo bem arrumadinho.

## DESTINO DOS IMIGRANTES

O local de destino dos imigrantes estava definido mediante contrato, eram fazendas de café do interior de São Paulo. Por questão de logística a maioria das fazendas estava situada nas proximidades das linhas ferroviárias, como a Mogiana, Paulista, Noroeste, Sorocabana, e ramais destas. O fato curioso é que os primeiros imigrantes, ao se referirem aos locais de residência diziam o nome da região seguida do nome da linha ferroviária. Meus pais que vieram posteriormente, diziam que se instalaram inicialmente na região noroeste, em uma fazenda próxima à cidade de Penápolis.

Após a vinda do primeiro navio trazendo imigrantes, inaugurando o ciclo de imigração, vieram sucessivamente outros navios como mostra a relação abaixo:

| ANO  | NAVIO            | QTDE DE IMIGRANTES |
|------|------------------|--------------------|
| 1910 | Ryojun Maru      | 950                |
| 1912 | Itsukushima Maru | 1432               |
| 1913 | Kanazawa Maru    | 1412               |
| 1913 | Wakasa Maru      | 1588               |
| 1913 | Teikoku Maru     | 1946               |
| 1913 | Wakasa Maru      | 1808               |

Na década de 20 chegaram 2.400 imigrantes; na década de 30, foram 8 mil e, a partir da década de 40 os imigrantes entravam no País sob novo um regime, diferente do anterior.

## FATOS RELEVANTES E CURIOSOS

Quando meus pais decidiram imigrar, por volta de 1931, o governo japonês, preocupado em melhorar o nível dos imigrantes em vários aspectos, inclusive com ensino elementar da língua portuguesa, fundou uma instituição chamada *Rikkokai*, onde os candidatos a imigrantes matriculavam-se com a esperança de serem aprovados na seleção no final do curso. Esta iniciativa surgiu em razão das informações vindas do Brasil que, veladamente, falavam em tom crítico a respeito dos primeiros imigrantes. Comentários como ausência de treinamento para o exercício da função no exterior, pois muitos chegavam sem nenhum conhecimento sobre o país de destino, e nada a respeito da cultura do café, conforme já citado.

Um fato curioso nessa instituição ocorreu com os meus pais, que eram solteiros, e que se matricularam com o sonho de viver no exterior.

Meu pai, que tinha perto de vinte anos, curso ginásial completo, morando no interior do Japão em uma família numerosa de lavradores, foi trabalhar em Tóquio como motorista de um pequeno caminhão de entrega. Não vislumbrando nenhuma esperança de progresso nessa função, decidiu aventurar-se para mudar de vida. Tomou a decisão de sair do país e escolheu o Brasil, porque já havia lido a respeito daquele país. Matriculou-se no *Rikkokai*.

A minha mãe também morava no interior. Depois de se formar no curso fundamental, queria ser professora, mas os pais não tinham condições de custear o curso. Chateada, decidiu mudar radicalmente a sua vida, foi a Tóquio e matriculou-se no *Rikkokai*, pois sua vontade era sair do Japão e trabalhar no Brasil ou qualquer outro país. Naquela época, uma jovem de vinte anos com esse pensamento era uma raridade,

motivo de espanto, mormente tratando-se de uma jovem de uma família de lavradores do interior.

Os dois, individualmente, não satisfaziam a condição para ser imigrantes, uma vez que solteiros não podiam viajar. Aceitando a sugestão do diretor da Instituição, casaram-se, tendo o diretor como padrinho. Mesmo assim, não satisfaziam a condição exigida, precisavam levar mais um adulto. Meu pai convidou o seu irmão mais novo, de 17 anos, para acompanhá-los. Assim, os três enfrentaram quarenta e cinco dias de viagem de navio e chegaram ao Porto de Santos em janeiro de 1933, com o navio Montevideo Maru.

Outro episódio interessante, ou até folclórico, foi a vinda dos primeiros imigrantes para Piracicaba. O navio Hakata Maru trazia 250 imigrantes, dos quais 30 famílias seguiriam para Piracicaba. Atracou no porto de Santos no dia 07 de setembro de 1918. De Santos, os destinatários a Piracicaba foram imediatamente para a estação Sorocabana, em São Paulo, e embarcaram no trem com destino a Piracicaba. Ao chegar à Estação da Paulista, no ramal da Sorocabana, havia muita gente nas imediações festejando o dia da Independência do Brasil. Os imigrantes que não sabiam de nada, imaginaram que o povo viera especialmente para dar boas-vindas aos imigrantes. Ficaram alegres e gratos pelo gesto da população piracicabana. Ao saberem do engano ficaram decepcionados e, cabisbaixos, seguiram para a fazenda Pau D'alho, situada no Distrito de Ártemis, cujo proprietário era Paulo de Moraes Barros, que já os aguardava na plataforma acompanhado do administrador.

Entre os primeiros imigrantes estavam as famílias Taki, Ito, Sato, entre outras. A segunda vinda, que seria a última leva de imigrantes para Piracicaba, chegou ao Porto de Santos em 1925 trazendo centenas de imigrantes, entre os quais, 10 famílias com destino às fazendas, também no Distrito de Ártemis. Entre as pessoas que vieram nesta viagem podemos citar as famílias Miazaki, Mori, Nishimura, entre outras.

Mais um fato curioso ocorrido com meus pais na fase final de cumprimento do contrato em Penápolis: no final do contrato (fim de 1933) os colonos, que eram os imigrantes, ficariam livres para exercer qualquer atividade, inclusive voltar ao país de origem. Entretanto, a grande maioria pretendia seguir como agricultor, em São Paulo ou Paraná. Meu pai, que desde jovem tinha o costume de ler jornais, todos os fins de semana caminhava até Penápolis (aproximadamente dez quilômetros) para comprar o jornal em japonês editado em São Paulo. Na volta para casa, durante a caminhada, ele lia o jornal. Ao ler uma notícia falando que no fim de semana (justamente naquele dia) um corretor de terras (um imigrante que falava o português razoavelmente) viria a Penápolis para vender lotes localizados no Paraná, ele não teve dúvidas, deu meia volta e voltou à cidade. Falou com o corretor e comprou um lote de cinco alqueires de mata virgem, situado a cinco quilômetros da cidade de Londrina, na época, na fase inicial de povoamento, pois seria inaugurada no ano seguinte, em 1934.

Voltou para casa satisfeito e deu a notícia para sua mulher, grávida da primeira filha, que nasceria em novembro de 1933, ainda em Penápolis. Às pressas prepararam a viagem para ocupar a terra adquirida. Mas, como entrar na mata fechada? Um fazendeiro bondoso, proprietário de terra vizinha à mata, cedeu um alojamento até que meus pais pudessem construir uma casinha de madeira com cobertura de sapé, no meio da mata virgem, próximo a um córrego existente. Esta casinha pode ser considerada como sendo o início de vida dos meus pais em Londrina, que foram considerados como um dos pioneiros da cidade. Meu irmão mais velho e eu nascemos nesta casinha, sem nenhuma assistência médica, tendo apenas vizinhas como assistentes na hora do parto. Aliás, o meu irmão tem a Certidão de Nascimento número 03 de Londrina!

## **ANTES DE 1908**

Muito antes da vinda dos primeiros imigrantes em 1908, alguns japoneses vieram ao Brasil e ficaram temporariamente, não como imigrantes, mas como convidados ou trabalhadores contratados por empresas. Um deles foi um jovem de 17 anos, chamado Wakasaburo Otake. Ele veio em 1889, a convite de marinheiros brasileiros que aportaram no Japão. Ao retornar ao oriente, soube que o Imperador brasileiro viria ao Japão em visita. Muito conversador, conseguiu um encontro com os visitantes e ganhou a simpatia do Imperador D. Pedro II e do Príncipe Augusto Leopoldo. Durante a conversa, conseguiu que os ilustres membros da família imperial o levassem novamente ao Brasil, como convidado Real. No Brasil, formou-se maquinista na Escola Naval e trabalhou na marinha como tal. Ao chegar a ponto de falar relativamente bem a língua portuguesa, editou o primeiro dicionário português-japonês, e foi contratado pelo governo japonês para orientar os futuros imigrantes.

Outra informação da época, dizia que havia indícios de que alguns japoneses vindos do Peru trabalharam na construção da ferrovia Madeira-Mamoré. A imigração japonesa no Peru foi iniciada antes do Brasil, começou em 1899.

Piracicaba também recebeu imigrantes antes da vinda oficial em 1918. A família Yeda é a pioneira entre os japoneses que escolheram a cidade como sua terra para viver e criar seus filhos. A família veio de outra região do Estado que recebera os primeiros imigrantes.

## **SUSTO NO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO**

Em 1923, a imigração japonesa quase que foi comprometida por um Decreto. Um projeto de lei, apresentado por um deputado chamado Fidelis Reis, proibia a entrada de co-



lonos de raça negra no Brasil e, quanto aos de raça amarela, a entrada anual seria limitada a 5% de indivíduos dessa raça existente no Brasil. Felizmente o projeto foi rejeitado pelo plenário da Câmara.

## **APÓS O CUMPRIMENTO DO CONTRATO**

Como já dissemos, após o cumprimento do Contrato, imigrantes ficaram livres para tomar qualquer destino. Como meus pais, muitos preferiram seguir a profissão de agricultores. Algumas famílias escolheram seguir a antiga profissão, e rumaram para Santos e iniciaram a nova vida como pescadores. Outras, também com saudade do antigo trabalho, seguiram para a região do Vale do Ribeira, para iniciar como agricultores na plantação de arbustos de chá japonês. Entretanto, muitos mudaram radicalmente de profissão e tornaram-se comerciantes ou prestadores de serviços, tais como tintureiros, barbeiros, cabeleireiras, fotógrafos, etc.

Muitos imigrantes alcançaram sucesso nacionalmente em diversos segmentos de atividade, como comerciantes, industriais, produtores rurais, ou como profissionais liberais.

## **IMIGRANTES CRISTÃOS**

Na época da imigração, a população de cristãos no Japão era muito pequena, quase insignificante em relação às religiões dominantes, como o budismo e xintoísmo. Essa população cristã estava dividida entre católicos e protestantes. Apesar dessa minoria insignificante, os amigos do meu pai no *Rikkokai* eram cristãos, ou melhor, protestantes, inclusive meu pai. Acredito que os cristãos se aproximavam entre eles e formavam um grupo unido num país cuja religião dominante tem outra linha. Os quatro cristãos, incluindo o meu pai, vieram ao Brasil separadamente, mas mantiveram contato entre eles aqui no Brasil,

embora os locais de estabelecimentos fossem distantes uns dos outros. Entre os cristãos japoneses, o saudoso Shunji Nishimura, de Pompéia, fundador das Indústrias Jacto S/A, era a pessoa que mais se comunicava com o meu pai, inclusive visitavam-se frequentemente.

## DIVERGÊNCIA ENTRE OS IMIGRANTES

Durante a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) contra os Países Aliados (Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, entre outros, inclusive Brasil) os imigrantes japoneses que moravam nos países que faziam parte dos Aliados, passaram por sérias dificuldades, foram xingados, discriminados, pois eram considerados inimigos dos Aliados. Um fato curioso ocorreu nos Estados Unidos, um batalhão foi formado exclusivamente de nisseis americanos, para lutar contra os japoneses. Esse batalhão denominado de “Batalhão 442”, ficou famoso pela dedicação e valentia, tanto é que todos eles foram elogiados e condecorados após o fim da Guerra. Esse episódio ficou marcado na história americana, e foi até filmado e exibido em vários países. No Brasil, um pequeno grupo de nisseis também se integrou ao grupo de “Pracinhas” e lutou contra os italianos na Europa.

Mas, o fato triste e vergonhoso para os imigrantes aconteceu após o término da Guerra com a rendição do Japão, em 1945. A colônia japonesa do Brasil ficou dividida em dois grupos, um formado por pessoas que acreditavam que o Japão havia perdido a Guerra e outro, composto por fanáticos que tinham certeza de que o País do Sol Nascente havia derrotado os americanos. Estes diziam que as notícias que circulavam no Brasil eram falsas e mentirosas. Os dois grupos eram denominados pela colônia japonesa de: *kachigumi*, o grupo de fanáticos, também conhecido como *shindo-renmei*; e *makegumi*, o grupo

mais esclarecido porque lia jornais brasileiros e ouviam rádios em aparelhos movidos à bateria. Meu pai era assinante do “Estadão”, embora lesse com muita dificuldade. Porém, com a ajuda dos filhos que estavam no Grupo Escolar, que serviam como tradutores mirins, o problema estava minimizado...

O fato triste não foi a divisão em dois grupos, mas a atitude assumida por *kachigumis* que se transformaram e *tokkotais*, grupo que partiu para luta armada, pois ficaram inconformados com a passividade dos *makegumis* em aceitar a derrota. Na perseguição aos componentes do *makegumi* com intuito de eliminá-los, chegaram a causar cerca de 23 vítimas fatais. Segundo uma lista encontrada com os *tokkotais*, o nome do meu pai estava na lista dos inimigos passíveis de eliminação. Os movimentos de perseguição com maior intensidade aconteciam no Estado de São Paulo, embora no Paraná também ocorressem vários confrontos. O nosso vizinho de sítio, em Londrina, era do grupo *kachigumi*. Nesse sítio ocorriam reuniões de táticas de ataque e treinamento de tiro. Certamente os tiros disparados eram direcionados propositadamente para o lado da nossa casa, pois o som das balas emitindo assovios era bem audível e intimidador. No princípio era assustador, porém com o passar do tempo, tornou-se divertido ouvir os assovios distintos para cada tipo de arma...

Com o agravamento da situação e conseqüente crescimento do número de vítimas, o problema que era restrito à colônia passou a área federal e, com a prisão de vários elementos do *kachigumi*, as perseguições cessaram e a paz voltou à colônia. Em princípio, os elementos detidos deveriam ser deportados, porém com a intervenção do Presidente da República na época, as penas foram comutadas e cerca de 90 presos libertados retornaram às suas casas, porém demoraram a se integrar novamente à sociedade japonesa, certamente envergonhados pelas atitudes tomadas em função do desconhecimento de fatos que aconteciam no mundo...

## **DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Não existe um estado da federação que não tenha recebido famílias de imigrantes, o que faz com que o Brasil se torne o país com maior contingente de japoneses fora do Japão. Isto mostra que os japoneses se adaptaram muito bem no País, e foram calorosamente recebidos pelo Governo Brasileiro e pela população em geral, o que é muito gratificante.

Os Estados com maior número de moradores japoneses e descendentes até 2008, ano do centenário da imigração, são: São Paulo, com 700.000; Paraná, com 150.000; Bahia, com 80.000; Rio de Janeiro, com 65.000; Pará, com 60.000 e Mato Grosso do Sul-30.000.

As cidades com maior número de japoneses e descendentes localizam-se nas Regiões Sudeste e Sul. A cidade de São Paulo lidera com cerca de 400.000 habitantes, seguida por Londrina, Maringá, Mogi das Cruzes, Marília e Curitiba. Em Piracicaba moram atualmente cerca de 350 famílias de japoneses e descendentes, com um total aproximado de 1.000 habitantes.

### **NOTA FINAL**

O IHGP, ao comemorar cinquenta anos de existência, congratula-se com a colônia japonesa de Piracicaba, cuja população tem contribuído para o desenvolvimento da cidade, com trabalhos em todos os segmentos de atividade comercial, industrial, e de serviços. Além disso, tem participação intensa em atividades culturais, esportivas e sociais, de forma integrada com a sociedade piracicabana.

**BIBLIOGRAFIA**

DEZAN, Maria Dalva de Souza- Impacto da Imigração Japonesa, editado pela FAPESP – 2010.

EDITORA Abril – Site em Comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil – 2008

ICIZUCA, Toshio – Diversos artigos publicados em jornais, entre os quais, Jornal de Piracicaba, Gazeta Piracicabana, Paraná Shimbun (Londrina)

MORAIS, Fernando – Corações Sujos, editado pela Companhia das Letras – 2000

Acervo IHGP: Salto do Piracicaba, 1939



Formação étnica de  
Piracicaba

## **Campos de Araraquara e quilombo Corumbatahy: extremos da capitania de São Paulo à expansão Oeste do Brasil-Colônia (1700 – 1804)**

***Noedi Monteiro***

Professor, mestre em educação e ativista negro  
(Do Projeto Negro Arquivo História – PRONAH e do  
Movimento Primavera Afro-Brasileira – MOPAB)

DEDICADO À MEMÓRIA DOS amigos: Clóvis Moura (1925-2003), professor e pesquisador de quilombos no Brasil; Walter Ferreira da Silva (1951-2011), o Pira, ex-vereador piracicabano e comprometido com a causa negra; autor do projeto de lei, que denomina o Parque Histórico Quilombo Corumbataí;

Benedito da Costa Brandão (1927-2011), grande incentivador histórico-cultural do Distrito de Santa Teresinha (1956-2011).



Fig. 1. Mapa da Capitania de São Paulo. Reprodução IHGP

## O PILÃO, O MOCAMBO E OS CAMPOS

O quilombo urbano Corumbataí, foca a resistência escrava (1750-1804) nos Campos de Araraquara, escancara os primórdios do africanismo, dos afronegrismos, e das africanidades na região da Freguesia de Piracicaba.

O pilão símbolo de mocambos começa e ser notado e notório como marco territorial e de domínio da resistência negra nos campos de Araraquara e na freguesia de Piracicaba.

Os campos de Araraquara escancaram os primórdios de Piracicaba como “Cabeça de Termo”<sup>1</sup> do interior da capitania de São Paulo, sendo, portanto, de capital importância his-

1. CABEÇA DE TERMO. Sede administrativa regional no Brasil-Colônia com grande extensão territorial, cuja jurisdição dá origem a distritos, vilas e cidade, pelo desmembramento de agregados, para a firmação de seu próprio espaço, domínio e autonomia. Exemplo: Limeira (SP) desmembra-se de Piracicaba pela lei provincial n. 25, de Ago. 8, 1842. Assim, sucessivamente, outras áreas se desmembram do território de Limeira, para formar outros municípios.



tórico-cultural e geográfica, para a demarcação do território paulista, no seu ponto mais estratégico e promissor, naquele momento, como um caminho convergente para as minas de ouro da região centro-oeste brasileira.

O quilombo urbano Corumbataí e os campos de Araraquara; se conformam em sua existência, influência e importância, como ocupação territorial com dimensões que ultrapassam as demarcações político-administrativas da capitania de São Paulo, como pano de fundo das fronteiras geográficas, regionais, econômicas e sociais, que influí na organização da ocupação espacial humana.

Há várias reflexões sobre os Campos de Araraquara encontradas em livros históricos, documentos oficiais e abordagens acadêmicas, que nos levam a compreender a motivação e o grande interesse regional pelo assunto, como também, nos provocam a ida às raízes do lugar em busca de seus fundamentos e significados, como ora fazemos; como ideia central deste trabalho, que no fundo aspira às fontes e os pilares do quilombo urbano Corumbataí: um caminho de escravos para a liberdade; cortado por uma livre trilha indígena (caiapó) usada por brancos, para uma colonização de exploração.

Os capitães gerais da capitania de São Paulo envolvidos com a questão mandam que o quilombo urbano Corumbataí fosse demovido do caminho. A Constituição brasileira de 1988, no entanto, ordena a preservação do local em que ele tenha existido tomando-o, como conjunto urbano e sítio de valor histórico. Portanto, tombando-o como “sítio detentor de reminiscência histórica dos antigos quilombos” como preceitua o artigo 216 inciso V, parágrafo 5º da Carta Magna.

A carta ainda assevera sobre a não observância da lei (art. 216, parágrafo 4º) que os “danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei”.

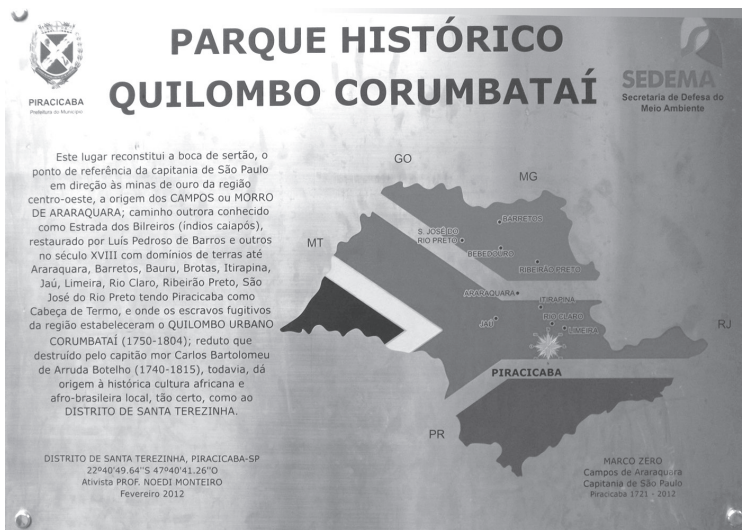


Fig. 2. Placa informativa sobre o Parque Quilombo.  
Foto Noedi Monteiro. Nov. 26, 2016

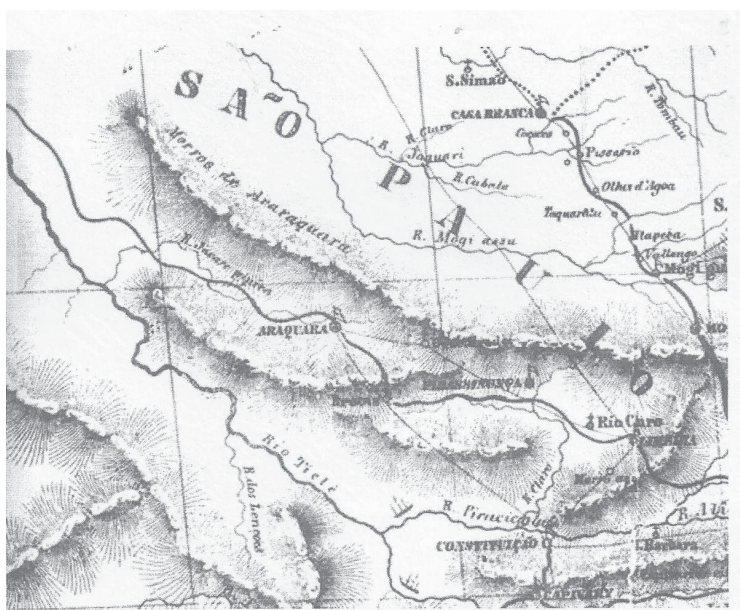


Fig. 3. Aspectos dos Campos de Araraquara. Arquivo da Câmara de Vereadores de Piracicaba

**PIRACICABA NO CAMINHO ENTRE SÃO PAULO, CUIABÁ E GOIÁS**

Fig. 4. Lápide do sepulcro de Pascoal Moreira Cabral Leme em Cuiabá.  
Foto: Fernanda Fernandes

Justamente em plena vigência e influência ibérica do Tratado das Tordesilhas (1494-1750) em que os territórios dos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Rondônia, Amapá e Amazonas estavam sob o domínio da Espanha, a oeste da linha imaginária, que então dividia o Brasil: estava a leste, a porção dominada por Portugal entremeada pelas capitanias hereditárias, cuja demarcação jurisdicional internacional, é transpassada pelos sertanistas capitão-mor Pascoal Mo-

reira Cabral<sup>2</sup>, Aleixo Garcia<sup>3</sup>, Antônio Pires de Campos<sup>4</sup>; pelos

2. LEME, Pascoal Moreira Cabral. N. em Sorocaba, SP (1654) – f. em Cuiabá, MT (Nov. 11, 1724 aos 70 anos). Filho de Pascoal Moreira Cabral (f. Nov. 6, 1690) e Mariana Leme (1635 – Ago. 18, 1703 aos 68 anos). Casado (1692) em Itu (SP) com Isabel de Siqueira Cortes. A data da morte consta na lápide do sepulcro com seus restos mortais na cripta da Matriz de Cuiabá. LEITE, Luís Philippe Pereira. Três sorocabanos no arraial: Mato Grosso nos seus primórdios. Cuiabá: edição do autor, 1980, p. 66.
3. GARCIA, Aleixo. Marinheiro português aporta como naufrago em Santa Catarina (1516). Está ao serviço do Império espanhol faz história ao organizar expedições, como a que o torna, o primeiro homem branco a transitar o Caminho de Peabiru – rota indígena que liga o Atlântico ao Mar do Sul, o Pacífico, do Centro da América do Sul, do litoral atlântico, à cadeia de montanhas dos Andes. Considerado o descobridor dos Incas antes dos espanhóis e o primeiro a pisar o solo hoje mato-grossense (COSTA e SILVA, 2005, p. 10) entre outros pioneirismos. Foi morto por índios à beira do rio Paraguai (1525). Seu legado vem sendo estudado e melhor compreendido. COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. Dicionário Biográfico Mato-Grossense: Período Colonial 1524-1822. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2005. (Trilogia Colonial Mato-Grossense – 3); do mesmo autor: Aleixo Garcia: O homem e mito. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2012; MONTEIRO, Mário. Aleixo Garcia: descobridor português do Paraguai e da Bolívia, em 1524-1525. Glória Ignorada em Portugal. Lisboa: Livraria Central de H. E. G. de Carvalho, 1923; LOHN, Reinaldo Lindolfo. O naufrágio e o Sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (org.) História de Santa Catarina Séculos XVI à XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004; BOND, Rosana. A Saga de Aleixo Garcia: O Descobridor do Império Inca. Florianópolis: Insular, 1998; CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. Naufrágios e Comentários. Porto Alegre: L&PM, 1999; BUENO, Eduardo. Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999; HEMMING, John. Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 358. (Clássicos; 27); PEREIRA Moacyr Soares. Índios Tupio-Guarani na pré-história: suas invasões do Brasil e do Paraguai seu Destino após o Descobrimto. Maceio: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2000, p. 77-81. (Coleção Nordestina; v. 10); BERNAND, Carmen; GRUZINSKY Serge. História do Novo Mundo 2: as mestiçagens. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
4. CAMPOS, Antônio Pires de. N. em Itu, SP (1669; Idem, 1749 aos 80 anos). Filho do Capitão-mor Manoel de Campos Bicudo (1645-1722 aos 77 anos) e Luzia Leme de Barros (n. 1650). Casado com Sebastiana Leite da Silva. Sertanista e bandeirante recebe patente de Coronel por duas vezes combater os paiaguá. Genro do Capitão-mor de Itu Salvador Jorge Velho (1635 – Nov. 27, 1705 aos 70 anos). CAMPOS, Antônio Pires. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos, do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo (1723). In: TAUNAY, Afonso de E. Relatos Mançoneiros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981, p. 179-200.

irmãos Lourenço Leme da Silva e João Leme da Silva<sup>5</sup>, João Antunes Maciel<sup>6</sup>, Fernando Dias Falcão<sup>7</sup>, Braz Mendes<sup>8</sup>, Gas-

5. SILVA, João Leme da. Capitão Lourenço Leme da Silva. Filhos do Capitão Pedro Leme da Silva n. em Sorocaba (1631 – Itu, SP – Set. 28, 1717 aos 86 anos) e de Domingas Gonçalves. Irmãos de Antão (n. 1674), mestre de campo e comerciante agrícola e do Capitão Domingos n. em São Paulo (1605) e f. em Sorocaba, SP (1684) que se relacionavam com Camapuã (MS). Casado em Itu, SP (1630) com Francisca Cardoso. João e Lourenço se relacionavam com Cuiabá. Em Itu (Nov. 24, 1717) João desposa Maria Bicudo e Lourenço, Gertrudes de Almeida Campos. Envolvem-se em algumas mortes. D. Rodrigo Cesar de Menezes governador de São Paulo (Set. 9, 1723) publica em Itu e Sorocaba os Bandos mandando prender ou matar os dois irmãos. Em 1723, João foi morto dormindo em Araraitaguaba enquanto que Lourenço foi degolado na Bahia, depois de julgado pela Relação. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 201-203. (Coleção Brasileira nº 181). NARDY FILHO, Vol. 3, 2000, p. 76-77; LIMA, Augusto de (org.) Revista do Arquivo Público Mineiro. Anno-1907. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908, p. 344-345; CAMPESTRINI, Hildebrando. Santana do Parnaíba: de 1700 a 2002. 2ª ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002, p. 19.
6. MACIEL, João Antunes. N. em Santos (Jun. 12, 1642 – Sorocaba, SP, Nov. 8, 1728 aos 86 anos). Filho de Gabriel Antunes Maciel (1600-1649 aos 49 anos) e de Mécia Cardoso Camacho, n. em São Paulo (1620). Falecida em Santos, SP, 1664. Aos 44 anos. Filha de Antônio Lourenço e de Isabel da Luz Cardoso.
7. FALCAO, Fernando Dias de Almeida. N. em Santana de Parnaíba, SP (1639 – f. em Sorocaba 1738, aos 99 anos). Filho de Antônio de Almeida Cabral (1643-1669 aos 26 anos) e de Maria Páscoa da Silva Falcão. Casa-se com Lucrecia Pedroso de Barros (f. 1760). Capitão de ordenanças, sargento-mor, juiz ordinário e de órfãos e capitão-mor de Sorocaba; capitão-mor regente nomeado (Dez. 5, 1726) provedor da real fazenda e dos reais quintos das minas de Cuiabá. CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. História de Santana de Parnaíba. Vol. 15. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 231; MORAES, Esaú Corrêa de Almeida. Família Paulista. Vol. 9. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1960, p. 5-9. (Biblioteca Genealógica Paulista)
8. PAES, Braz Mendes. N. em São Paulo, SP (1663). Filho de Diogo Domingues de Faria (1618 – Fev. 9, 1690 aos 72 anos) e de Maria Paes (n. 1625). Casado com Maria Moreira Cabral em Sorocaba (1687) é cunhado de Pascoal Moreira Cabral Leme e genro do Coronel Antônio Antunes Maciel (1691-1745 aos 54 anos). Capitão-mor de Sorocaba (SP). CARVALHO, Mário Teixeira. Nobiliário Sul-Riograndense. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Companhia, 1937, p. 41; Mensário do “Jornal do Comércio”. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1945,

par Moreira, Jacinto Lopes<sup>9</sup>, Antônio de Almeida Lara<sup>10</sup>, Se-

- 
- p. 131; SANTOS, João Francisco de Assumpção. Uma linhagem sul-riograndense: Os Antunes Maciel: Pequeno Ensaio de genealogia-histórica. Rio de Janeiro: Indústria Gráfica Taveira, 1957, p. 120.
9. LOPES, Jacinto Barbosa. N. em São Paulo, SP (1681). Filho de Francisco Barbosa Rebelo n. em Viana do Alentejo, Portugal (1630 – São Paulo, SP, Jul. 31, 1685, aos 55 anos) e de Francisca da Silva. Casado com Catarina de Campos (1705) em Itu, SP. LEME (Silva) 1º, 103, 3-8. Capitão-mor de sua bandeira. Ergueu a primeira Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Nomeado provedor da real fazenda (1724), por Bando do capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes. Este cargo causa-lhe um grande dissabor. Acusado injustamente de desvio de ouro que deveria ser entregue em Lisboa, passa um tempo preso em Portugal. Porém, descobre-se, que o provedor da real casa de fundição Fernando do Rego, é que havia praticado o descaminho. Jacinto foi então libertado graças à perspicácia de sua mulher em provar sua inocência. NARDY FILHO, Francisco. A cidade de Itu. 2ª ed. Vol. 3. Itu: Ottoni Editora, 2000, p. 57. COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. Dicionário Biográfico Mato-Grossense: Período Colonial – 1524/1822, Cuiabá, 2005, p. 137.
10. LARA, Antônio de Almeida. N. em Santana de Parnaíba, SP – f. (1680). Filho de João Raposo da Fonseca Leme (1650-1703) aos 53 anos e de Maria de Lara e Almeida (n. 1650). Brigadeiro da infantaria das ordenanças de Cuiabá. Casado com Potência Leite do Prado (1650 –1709), aos 59 anos. Anda por Minas Gerais (1713-1718), Piauí (1719), Cuiabá (1720) e pelas minas de São Gonçalo Velho às margens do rio Coxipó. Dono das lavras de Queimado, funda o arraial de Forquilha. Recebe Carta de Sesmaria Buriti (1726). Patenteado Brigadeiro de Infantaria das Ordenanças de Cuiabá que eleva à categoria de Vila (Jan. 1, 1727). Vereador à câmara local (1729). Nomeado regente de Governo Militar e guarda-mor das minas de Cuiabá (1730). Combate os índios paiaguá quando é elevado ao posto de capitão-mor Regente das Minas de Cuiabá em 1735 (BERTELLI, 1987, p. 141-142). Morre solteiro em 1750. Deixa um filho natural Sebastião Pinheiro Raposo. No inventário (Jun. 4, 1680) realizado em Santana de Parnaíba, aparece casado deixando viúva e duas filhas. SAESP, vol. 19, fls. 379 A 413; Vara de Órfão: Juiz Manuel de Brito Nogueira e Escrivão, Antônio da Rocha do Canto. COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. Dicionário Biográfico Mato-Grossense: período colonial 1524-1822. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2005, p. 123-124. (Trilogia Colonial Mato Grossense – 3); SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 45; BERTELLI, Antônio de Pádua. Os fatos e acontecidos coma poderosa e soberana nação dos índios cavaleiros guaycurús no Pantanal do Mato Grosso, entre os anos de 1526 até ao ano de 1986. São Paulo: Uyara, 1987. VERAS, Marco Antônio. O Tietê das Matas e das Anhumas. Edição do autor, 2009; GUEDES, Robert. Dinâmica Imperial no /antigo Regime Português Séculos XVII- XIX. Rio de Janeiro: MUAD Editora, 2011.

bastião<sup>11</sup> e Miguel Sutil de Oliveira<sup>12</sup>, Domingos Rodrigues do Prado<sup>13</sup> (MOURA, 1908, p. 121; DI<sup>14</sup>, vol. XX, 1896, p. 20). Gente de São Paulo, Taubaté, Itu, Sorocaba, Santana de Parnaíba.

Informa Nelson Werneck Sodré, que há tempo os sertanistas rodeiam o sertão e que foi gradativa a chegada deles a ele e às minas de ouro<sup>15</sup>. Isto é, cada um ao seu tempo, modo e lugar. Uniram-se pelo objetivo e interesses em comum. O Cel. Antônio Pires de Campos, por exemplo, vem seguido de Pascoal Moreira (SETÚBAL, 1993, p. 22) não como seu sucessor na lida, mas na extensão do ramo, divisão dos negócios e novas descobertas seguindo as suas pegadas (1941 p. 44-45):

Desde 1716, trilhando as pegadas de Antonio Pires

- 
11. OLIVEIRA, Sebastião Sutil de. N. em São Paulo (1648 – Sorocaba, SP, Ago. 11, 1708) aos 60 anos [Genearc]; (1650 – 1706) aos 56 anos [Geni]. Filho de João Sutil de Oliveira (1620-1652 aos 32 anos) e de Maria Ribeiro de Siqueira (1625-1652 aos 27 anos). Três núpcias.
  12. OLIVEIRA, Miguel Sutil de. N. em São Paulo (Nov. 5, 1667 – Sorocaba. SP, Ago. 18, 1755 aos 88 anos). Filho de Sebastião Sutil de Oliveira e Maria Ribeiro de Siqueira. Duas núpcias.
  13. PRADO, Capitão-mor Domingues Rodrigues do. N. em Taubaté, SP – (f. 1738). Filho de Domingos Rodrigues do Prado (1632-1715 aos 83 anos) e de Violante Cardoso Siqueira (n. 1656 – Taubaté, SP, 1721 aos 65 anos). Casado com Leonor Bueno da Silva, filha de Bartolomeu Bueno e Joana de Gusmão.  
Fontes: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: Séculos XVI, XVII, XVIII; Genearc; Geni; SAESP – Sistema de Arquivo do Estado. Subsídios à Genealogia Paulistana (Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira); acervo do autor.
  14. DI: Sigla para Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo publicado pelo Departamento de Arquivo Público do Estado de São Paulo.
  15. A bandeira de Pascoal Moreira contava com 56 homens, negros e servos. A bandeira de Antunes Maciel e Felipe Antunes Maciel chega ao arraial (1718) e incorpora-se à de Pascoal Moreira. Ainda nesse ano chega a de Fernando Dias de Almeida Falcão com 130 homens. Chegam (1720): a de Jacinto Barbosa Lopes, José de Sá Arruda, João Carvalho da Silva, a dos irmãos João Martins de Almeida e Inocência Martins de Almeida, João Leite de Barros, José Pires de Almeida, Pedro Corrêa de Godoy, frei Florêncio dos Anjos, carmelita, os religiosos Jerônimo Botelho e André Queiroz, do hábito de São Pedro; frei Pacífico dos Anjos, franciscano. E os polêmicos irmãos João e Lourenço Leme da Silva. Fernando Falcão dá suporte aos sertanistas Braz Mendes Paes, Gabriel Antunes, José Pompeu, Antônio Antunes Maciel. Em 1722 chegou o padre Francisco Justo e meses depois Miguel Sutil de Oliveira. WASHINGTON LUÍS. Capitania de São Paulo: Governo de Rodrigo César de Menezes. São Paulo: Typ. Casa Garraux, 1918, p. 44-58.

de Campos, encontra-se no sertão a leva comandada por Paschoal Moreira Cabral Leme. Passara pelo arraial Velho, na baía do Bananal, sobre o Cuiabá. Subira o Cuiabá até a barra do Coxipó-mirim, no lugar chamado S. Gonçalo. Abandonara, depois, a rota fluvial para internar-se, em busca de ouro e pedras preciosas [...].

[...] Era o início da exploração do ouro, no centro. Pouco depois, chegava nova leva, a dos Antunes Maciel, Antonio, Gabriel e Filipe. Em fins de 1718, novo grupo, esse numeroso, capitaneado por Fernando Dias Falcão. Sempre aumentava o efetivo dos homens de São Paulo, agora transformados em mineradores [...].

Em outubro de 1722, Miguel Sutil, sorocabano, subia o Cuiabá. Sutil havia mandado plantar roças, para manter os mineradores. As levas aumentavam. Uma população inteira já se concentrava naquela região e era preciso evitar o desastre das minas gerais que haviam passado por duas tremendas crises de fome. Aconteceu que os camaradas de Sutil, indo buscar mel, encontraram ouro [...].

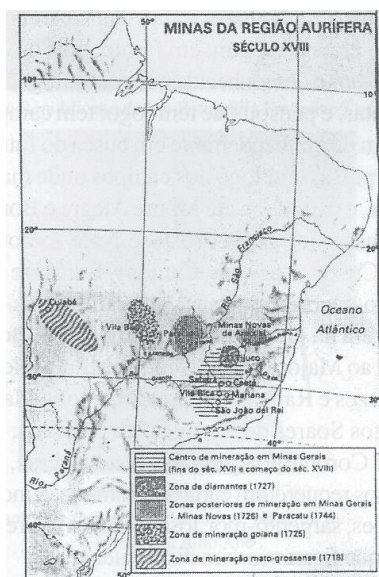


Fig. 5 Zonas auríferas do Brasil. Reprodução IHGP



Coube ao Capitão Antônio Antunes Maciel contar da descoberta das badaladas minas de ouro às margens do rio Coxipó-Mirim em Cuiabá ao capitão-general de São Paulo (CORRÊA FILHO, 1969, p. 200 apud MARQUES, 1879, p. 74). O crédito maior da façanha recai sobre Pascoal Moreira, organizador da exploração, fundador de Cuiabá, MT (Abr. 8, 1719) e festejado pela população local; transformado por ordem do capitão-general em guarda-mor das lavras e de seu Distrito (SETÚBAL, 1993, p. 40).

Da mesma forma, os ditos territórios integram a grande extensão de terras da Capitania Real de São Paulo e Minas Gerais, criada por carta régia (Nov. 23, 1709), tendo Ouro Preto como sede administrativa. Neste cenário geopolítico e histórico nacional, nem mesmo os capitães-generais respeitavam o marco divisório do tratado das Tordesilhas; avançavam seus limites na tentativa de submeter à soberania portuguesa e ao domínio paulista, a porção sob o controle espanhol de colonização de exploração.



Fig. 6. Situação do marco zero dos Campos de Araraquara sobre Ortofoto Voo 2011. Fonte: IPPLAP e Prof. Noedi Monteiro

Todavia, as movimentações para as minas não são tranquilas. Inicialmente por via fluvial no século XVII<sup>16</sup>.

Piracicaba forma-se vias terra e fluvial. A bacia hidrográfica que a privilegia favorece a rota dos sertanistas: Rio Piracicaba-Tietê-Paraná-Prata (São Paulo, Cuiabá, Mato Grosso, Goiás).

Importante caminho fluvial da época, conhecido pelo capitão Antônio Cabral Camello (1730), pelo Pe. Diogo Juarez (1727), do Sargento-Mor Theotônio José Juzarte (1769), e mais tarde do Engenheiro Benjamin Francklin de Albuquerque (1876), que formula um dos primeiros estudos acerca da navegabilidade do Piracicaba, para o governo da Província de São Paulo.

Bacia histórica: Piracicaba, Tietê, Paraná e Paraguai.

Rio Grande: Rio Paraná como se o conhecia na época, em cuja barranca deve-se terminar o picadão de Mato Grosso, que corta Piracicaba (Rua Moraes Barros).

Vale do Médio Tietê: Região compreendida entre Sorocaba, Itu, Campinas e Piracicaba.



Fig. 7. Contorno do Corumbataí em Santa Teresinha. Símbolo de resistência do quilombo. Por Noedi Monteiro, 1998.

16. Século XVII (Jan. 1, 1601 – Dez. 31, 1700).

Sertão de Piracicaba: Terras entre Piracicaba e a Vila de Itu, compreendendo Campinas (então São Carlos), Botucatu até Araraquara. O Rio Capivari serve de importante referencial geográfico, para nortear rumos.

Dizia-se à época: “Sertão de Piracicaba, na margem do rio Capivari”.

O expansionismo para o Centro-Oeste resulta das descobertas das minas de ouro. Então, manda o capitão-general da capitania abrir um caminho de São Paulo a Cuiabá que passe por Piracicaba que corrobora com sua influência fluvial.

Os aventureiros paulistas enfrentaram a fome, a seca, a resistência e fúria dos índios guaicurus (cavaleiros), caiapós (trilheiros) e paiaguá (canoeiros do Tietê) não somente pela ameaça a seus espaços, como pela resistência à sua caça como mão de obra abundante e barata (TAUNAY): o trabalho escravo. Diz-se que o sertanista Antônio Pires de Campos foi um dos mais terríveis exterminadores dos índios (OLIVEIRA, 1864, p. 1370). Do bandeirante Antônio de Almeida Lara é dito usar decepar mãos e orelhas dos índios aprisionados nas campanhas, para enviar ao cacique. Motivação que incita o ódio e a fúria dos paiaguá<sup>17</sup> e guaicuru contra os brancos (FRANCO, 1954, 2000). Por outro lado, doenças, inundações provocadas por chuvas e mortes também assolam o cotidiano dos aventureiros levando muitos a desistir da jornada.

Dois períodos de fome são registrados: 1697-1698 e 1700-1701 como “grandes secas”. Sem cultivo para a subsistência e de víveres nas minas de Cuiabá, o êxodo da população é

---

17. Pedro de Moraes de Siqueira, seu irmão Bartolomeu Bueno de Siqueira (1653 - 1736 aos 83 anos) e o franciscano Antônio Nascentes são atacados e mortos pelos paiaguá no pantanal do rio Paraguai, Corumbá, MS (Mar. 19, 1736 ou 1737) segundo Marques, 1980, I, p. 116 apud II, p. 160; DI vol. 13, Bandos e Portarias por Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, 1895, p. 234. Em 1733 já havia perecido no mesmo lugar pelos paiaguá a chefiar uma monção de Porto Feliz a Cuiabá José Cardoso Pimentel, filho de Antônio Cardoso Pimentel (n. 1638 - Mai. 25, 1722 aos 84 anos) e Feliciano da Rocha (n. Ago. 31, 1643 - f. 1685 aos 42 anos). NARDY FILHO, *Ibidem*, IV, 2000, p. 33; Genearc.

inevitável (MAGALHÃES, 1935, p 196 apud RICARDO, 1970, p. 443).

A hostilização indígena é sentida tanto pelos aventureiros como pela população de Cuiabá como descreve Neme<sup>18</sup> (1974a, p. 17):

Uns poucos de índios que haviam sido atraídos a viverem sob a dependência dos pró-homens e moradores de Cuiabá não demoraram em se rebelar, em razão por certo de opressões e maus tratos. Fogem para os matos, assaltando e roubando o que podem e reagindo com suas armas aos que os tentam apanhar [...].

Para controlar a situação, o capitão-general da Capitania de São Paulo D. Rodrigo César de Menezes<sup>19</sup> envia tropas com ordens de reduzir a nada quem resistisse ao Estado. Mas

---

18. NEME, Mário. N. em Piracicaba (Mai. 2, 1912 – São Paulo, SP, Mar. 13, 1973 aos 61 anos). Filho de Abdo Neme n. em Trípoli, Líbano (1888) – Campinas, SP (Ago. 18, 1938 aos 50 anos), filho de Neme Haule e Sara Neme - Cartório do 1º Subdistrito de Campinas, Livro C, fls. 159-v, Termo 434 e de Missera Miguel Neme n. na Síria (1896) – São José dos Campos, SP (Ago. 3, 1976 aos 85 anos), filha de Miguel Skaif e Ana Skaif - Cartório de Registro Civil do 1º Subdistrito de São José dos Campos, Livro C nº 43, fls. 259. Termo 801. Jornalista, escritor e historiador. Foi redator de O Estado de São Paulo e diretor do Museu do Ipiranga.

19. MENEZES, Rodrigo César de. N. em Lisboa, Portugal (Jul. 11, 1675 – f. 1738 aos 63 anos) entre Angola e Lisboa, de retorno ao Reino. Filho do governador do Rio de Janeiro (1690-1693), geral do Brasil (Set. 8, 1708 – Mai 3, 1710) e capitão-general da Capitania-Geral do Reino de Angola (1697 – 1701), Luís César de Menezes (1653 – 1720 aos 67 anos) e de Mariana de Lancastre (1657 – 1731 aos 74 anos). Rodrigo foi o capitão-general da capitania de São Paulo uma vez desmembrada da de Minas do Ouro (Set. 5, 1721 – Ago.14, 1727) por alvará (Dez 2, 1720). Assume o governo aos 45 anos. Capitão-general da Capitania-Geral do Reino de Angola, África (Jan. 1, 1733 a Abr. 1, 1738). SOUZA, Antônio Caetano. História Genealógica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente. Tomo IX. Lisboa: Regia Officina Sylvania/Academia Real, 1742, p. 76; PINHO LEAL (Augusto Soares de Azevedo Barbosa de). Portugal Antigo e Moderno: dicionário de todas as cidades, Villas e Freguezias de Portugal. Vol. 8. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1878, p. 302-303; SOUZA (Antônio Caetano). Memórias históricas, e genealógicas dos grandes de Portugal. Lisboa: Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1742, p. 422.

o uso da força excessiva causa um efeito contrário, e acirra ainda mais os ânimos conforme detalha Neme:

[...] Provoca assim uma reação em cadeia que atinge tanto os arraiais e sítios de Cuiabá como os de Goiás e na qual se envolvem parcialidades de Paiaguá, Guaiçuru, Caiapó e de outras nações convizinhas. Expelidos das imediações dos principais núcleos de habitação, os nativos passam a atacar objetivos mais recuados, sitiantes e grupos de mineradores, mas notadamente tropas, monções e caminhantes isolados que cruzam as estradas de terra e água para Cuiabá e Goiás (Ibidem 1974a, p. 17).

Neme (1936, p. 13-14) transcreve do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira<sup>20</sup>, autor do *Quadro Histórico da Província de São Paulo* (1864), a agitação daqueles dias marcados pelas descobertas em Cuiabá:

Logo que soube-se em São Paulo das descobertas que Pascoal e seus companheiros tinham feito nas circunvizinhanças de Cuiabá, cocos e velhos dispuseram-se a partir para ali, em procura de riquezas que sua cobiça elevara a um ponto desmesurado; e dentro de poucos dias puseram-se a caminho, divididos em grupos que seguiam uns após outros, embarcando no Tietê, e navegando este e outros rios que vão ter ao Cuiabá. Estavam esses homens exclusivamente dominados pelo objeto que os levou a emigrarem do seu país, e tanto assim que lhes foi cousa estranha ou secundária o curarem da pró-

---

20. OLIVEIRA, Brigadeiro José Joaquim Machado de. (São Paulo, SP, Jul 8, 1790 – Idem, Ago. 16, 1867 aos 77 anos). Filho do Tenente-Coronel Francisco José Machado de Oliveira e de Esméria da Silva. Pai de Brasília Augusto Machado de Oliveira (São Paulo, SP, Set. 4, 1848 – Idem, Mar. 5, 1919 aos 71 anos), casado com Maria Leopoldina de Souza Machado de Oliveira. Avô paterno, de José de Alcântara Machado de Oliveira (Piracicaba, SP, Out. 19. 1875; São Paulo, SP, Abr. 1, 1945 aos 65 anos).

pria manutenção e segurança para viagem tão prolongada e perigosa, em que por certo deparariam com mil dificuldades e riscos. Assim desprecauidos não tardou muito que não caíssem vítimas uns da fome, outros das intermitentes dos paúes do Tietê, e muitos dos Paiaguás, que em numerosas canoas afrontavam as expedições naquelas paragens em que não podiam se evitados.

Piracicaba se enquadrava pela localização geográfica e política ao nordeste da capitania de São Paulo, nos propósitos institucionais dos capitães-generais (governadores) paulistas e atendia diretamente como estrutura de ligação por terra aos interesses econômicos dos mais diversos, do monumental eixo São Paulo-Cuiabá-Goiás. As minas mato-grossenses causaram grande alarde popular e atraíram aventureiros, sertanistas, roceiros, posseiros e migrantes de todas as partes e sorte, que formaram ao seu redor, uma grande concentração humana como descrita por Mello e Souza e Neme:

[...] a mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a sobretudo o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea [...] (MELLO E SOUZA, 2004, 96).

Logo que soube-se em São Paulo das descobertas que Pascoal e seus companheiros tinham feito nas circunvizinhanças de Cuiabá, moços e velhos dispuzeram-se a partir para ali, em procura de riquezas que sua cobiça elevava a um ponto desmensurado; e dentro seguiam uns após outros, embarcando no Tietê, e navegando este e outros rios que vão ter ao Cuiabá” (NEME, 1938, p. 137).

Camargo (1917, p. 6 apud Truzzi, 2000, p. 24) comenta a ambição dos poderosos pelas concessões de cartas de sesmarias (1721-1821) na Capitania de São Paulo concedidas pelos capitães generais nos sertões de Araraquara:

[...] Conhecidos que foram os sertões de Araraquara e a uberdade de suas terras, não tardaram os pedidos de sesmarias dos poderosos da época que, sob pretexto de povoarem essas terras, não tinham outro intuito senão o de dar pasto à sua desmedida ambição, transformando em dinheiro as concessões obtidas, que na maior parte das vezes, nem chegavam a visitar [...].

Neme (1974a, p. 34) pontua a destacada posição de Piracicaba no enclave *Vila de Itu, caminho do rio Capivari, rio Piracicaba* e os *campos de Araraquara* ao comentar uma carta do sertanista Luiz Pedroso de Barros ao governador Rodrigo César de Menezes em 02 ago. 1723:

Este cabo diz em carta ao governador que a 2 de agosto (de 1723) seguira, de Itu, “o caminho do rio Capivari, e daí ao rio Piracicaba”; como nada acrescenta a respeito desse trecho, falando em seguida apenas sobre o que existia já no domínio dos campos de Araraquara [...].



Fig. 8. Desagüe do Corumbataí no Piracicaba ao fundo. Início dos Campos de Araraquara. Século XVII. Foto: Noedi Monteiro

Tablas e Botura, historiadores de Mineiros de Tietê, (1991, p. 19-20) confirmam Piracicaba como berço dos **Campos de Araraquara**:

[...] O caminho que, saindo de Piracicaba, margeava a serra de Brotas e seguia em direção a Araraquara, cujo destino final seriam as minhas de Cuiabá e Goiás, foi portanto ponto de referência para a concessão dessa glebas a agricultores, muito embora a sesmaria fosse geralmente doada como prêmio aos bandeirantes ou a pessoa de influência na corte.

Rodrigo César trata de providenciar a abertura de um caminho às minas de Cuiabá por intermédio de Luiz Pedroso de Barros como forma de monitorar, o andamento das coisas, a movimentação de pessoas, o comportamento do lugar e a comunicação com a região, como reporta Guerrini (1970, I, p. 2) sobre o itinerário:



Fig. 9. Vista da Granja Corumbatahy em área do quilombo. Dá lugar ao Parque Histórico Quilombo. Foto: Antônio Celio Monteiro. Nov. 5, 2000



[...] Esse caminho, que foi terminado em 1726, partia de Itu, atravessava o rio Piracicaba, abaixo do Salto, e seguia em demanda do Rio Grande, através dos sertões da margem direita do Rio Tietê.

Com a existência de outros caminhos para as minas de ouro e os descaminhos<sup>21</sup> provocados pela exploração incontrolável do metal dourado, as inquietações do governo da capitania de São Paulo giram em torno da falta de vigilância no trânsito às áreas auríferas, bem como do reconhecimento da pouca eficiência dos postos fiscais, às margens dos grandes rios, para impedir os contrabandos.

Quanto ao setor territorial que vai do Piracicaba ao Paraná e rio Grande, compreendendo no seu núcleo central os campos de Araraquara, não se encontra referência a qualquer medida de vigilância. Era como se já então estivesse perdida a memória de que por ai se podiam alcançar com facilidades as regiões de mineração de Goiás e Cuiabá, não obstante essa possibilidade acabasse de ser lembrada pelos homens de São Paulo ao substituto de Rodrigo Cesar – sendo que este fora quem contratara a abertura de uma estrada que atravessava o referido setor [...] (NEME, 1974a, p. 29).



Fig. 10. Vereador Pira e o Prof. Noedi Monteiro na tratativa da denominação do parque em Set. 10, 2009. Foto: Martim Vieira

21. Descaminho: extravio, contrabando, sonegação de impostos.

[...] O governador de São Paulo dava conta de um fato que vinha confirmar sem sombra de dúvida o uso ilegal do picadão Piracicaba-Araraquara. Em carta ao rei, denunciava ele que os moradores de Itu haviam aberto um novo caminho para Goiás, de que haveria de seguir-se prejuízo para a Fazenda Real. Por esse motivo, mandava ele lançar bando “para que se não seguisse outra estrada outra estrada mais a geral” (Neme, 1974a p. 31).

D. Rodrigo Cesar escreve ao rei D. João V sobre a conveniência de transferir-se para São Paulo a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, e solicita que os navios levem para Portugal o ouro de Cuiabá<sup>22</sup>. Noutra carta fala sobre o quinto do ouro obtidos das minas de Cuiabá e o seu envio para Lisboa. Elogia os descobridores daquelas minas<sup>23</sup>.

Como esmiúça Neme (1974a, p. 30), de fato, era falho o controle ao acesso à zona de mineração, dando margem ao tráfico ilegal e desmandos de toda ordem, longe de qualquer repressão pelas autoridades constituídas.

Assim, a ausência de fiscalização, aliada a outras circunstâncias no momento histórico e a fatores naturais, tornava a zona do Piracicaba e os campos de Araraquara francamente propícios às atividades de contrabandistas e atravessadores; fatores naturais e circunstâncias que deviam por sua vez favorecer o movimento de ocupação do solo, não obviamente por sesmeiros, mas por posseiros, homiziados, fugitivos da Justiça, agentes do contrabando. Assim, as crescentes necessidades de alimentos e utensílios entre os faiscadores de Goiás e Cuiabá; a favorável situação geográfica da área que se estendia pelos campos de Araraquara e a boa qualidade das suas terras;

---

22. AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 31. AHU\_CU\_023, Cx. 1, D. 43, p. 11/296. Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania de São Paulo Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

23. AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 31. AHU\_CU\_023, Cx. 1, D. 44, p. 11/296.

e para os que se fixassem não muito distante do Piracicaba e do seu salto, a abundância do pescado já denunciada pelos antigos indígenas que o haviam denominado de “rio onde o peixe para.

Para o tráfego ilegal, tanto para as minas de Cuiabá como para as de Goiás, a partir das áreas habitadas do circuito paulistano, numa frente que ia desde Atibaia até Sorocaba, havia duas alternativas de direção, uma pela margem esquerda do Tietê, outra pela margem direita, as duas já devassadas por antigos sertanistas e mais recentemente com o intuito de abertura de estrada; mas a última, pelos campos de Araraquara além de muito palmilhada, era a mais acessível e conveniente, entre outros motivos por estar menos sujeita à pestilência dos pântanos do Tietê [...] (Ibidem, p. 30).

A princípio leva-se a crer que a atenção do governo prendia-se mais ao caminho às minas de Cuiabá pelos campos de Araraquara por maior concorrência e circulação, de pessoas, maior controle e fiscalização do que outros.

Primeiro que por Piracicaba e Araraquara a distância às minas cuiabanas era menor do que por Mogi, Grande, Meia Ponte diz Neme (ibidem, p. 31). Em segundo, o caminho autorizado para as regiões auríferas “tinha de ser forçosamente através do Piracicaba e dos campos de Araraquara”.

Neme cita outros caminhos (ibidem, p. 14-15):

Para Cuiabá, pelo menos três traçados são tentados, entre 1721 e 1725, por iniciativa oficial, pois além de um picadão feito por Luís Pedroso de Barros cruzando o Capivari, o Piracicaba e os campos de Araraquara, outros sertanistas haviam diligenciado abrir estradas por Sorocaba e Botucatu, seguindo pela margem esquerda do Tietê; ao entrar na direção dos campos de Araraquara, Luís Pedroso de Barros nada mais fez do aproveitar o traçado da antiga trilha [...]

De Sorocaba, o caminho que desde fins do século anterior demandava os campos de Curitiba é estendido até Laguna, para daí prosseguir no rumo do Rio Grande do Sul. Para Goiás, a bandeira do segundo Anhanguera determina em definitivo a opção da rota por terra, a qual será em seguida levada até as minas de Cuiabá, cometimento do qual o próprio bandeirante fica encarregado pelo governo, ao retornar às terras goianas em 1726.

Dean (1977, p. 21) apud Truzzi (2000, p. 22) relata que a abertura do caminho às minas de ouro de Cuiabá foi realizada em duas etapas entre 1719-1727 e 1765-1755.

Até mesmo ituanos foram contados e denunciados pelo governador de São Paulo pela abertura de um caminho, para a comunicação com Goiás, cujas lavras foram encontradas por Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), o Anhanguera, em 1725. De proporções mais reduzidas, mas não de menor relevância, esta zona de mineração preocupa o capitão-general tanto quanto à de Cuiabá.

Segue Neme explicando a tônica da preocupação do governo com as minas (1974a, p. 31):

[...] Temos, pois, que se os ituanos começaram a entrar na região das minas goianas por outro caminho que não autorizado (por Jundiá e Mogi) e o faziam partindo da própria área da vida de Itu, esse caminho tinha de ser forçosamente através do Piracicaba e dos campos de Araraquara [...].

Nelson Werneck Sodré descreve que as distâncias somadas ao isolamento, à monotonia e o difícil contato das populações transformam o Oeste num grande problema administrativo, político, psicológico, e de organização social (1941, p. 21):

Já ao tempo da colônia, o problema se afigurava imenso. Os governadores levavam, comumente, meses

para chegar aos pontos de suas capitâneas em que a sua presença era necessária. Isso aconteceu, na terceira década do século XVIII, com D. Rodrigo Cesar de Menezes. D. Rodrigo, governador da capitania de S. Paulo, - uma imensa capitania de cujas sucessivas amputações surgiu o estado de hoje, - empreendeu uma viagem a Cuiabá. A sua finalidade suprema era restringir a ânsia de autonomia dos bandeirantes que lá haviam ido bater. Quatro meses gastou ele, e a imensa leva que o acompanhou, nessa viagem.

[...] Percorrendo os longos itinerários do Oeste, esse aspecto se torna uma espécie de denominador comum a que se reduz, quase sempre, a fisionomia da paisagem. Campos infundáveis em que os vaqueiros, com os seus ponchos, destoam do verde igual que os rodeia.

Acentua Mário Neme (1943, p. 7), o mérito da cidade de Piracicaba na interligação do território paulista à Cuiabá e Goiás, muito antes de sua fundação oficial (Ago. 1, 1767). Destaca os **Campos de Araraquara** como corredor principal desse circuito:

[...] No caso de Piracicaba, a compreensão mais profunda de sua formação social e econômica terá que sair forçosamente do conhecimento dos fenômenos sociais e econômicos que dirigiram a vida da região em que se localiza o município, do ponto de vista geográfico. Sua existência se liga intimamente à vida da zona capitaneada por Itu, nos primeiros tempos; e depois disso à vida da zona de povoamento principiando, dos campos de Araraquara, do centro-oeste paulista, para o qual Piracicaba serviu por muito tempo de boca-de-sertão.

Todas as circunstâncias referidas nos induzem a crer numa esparsa ocupação do solo na zona de Piracicaba e desde aí até e além dos campos de Araraquara no período que vai de 1730 a 1765 [...] (Neme, 1974a, p. 32).

## A ORIGEM DOS CAMPOS DE ARARAQUARA

Trata-se da região norte do rio Piracicaba que no século XVIII recebe esta denominação com relação aos campos em seu território entendendo-se tratar de um grande espaço geográfico definido, conforme alude Anna Maria Martinez Corrêa in “Araraquara – 1720-1930: um capítulo da história do café em São Paulo” (2008, p. 26-27):

[...] a expressão Campos de Araraquara servia para indicar toda a área situada ao norte do rio Piracicaba. Os campos deveriam se iniciar na região do Morro de Araraquara, indo até as nascentes do rio Jacaré-Pipira. É provável que nessa época a ideia que se fazia era de que toda a área localizada ao norte do rio Piracicaba fosse constituída por campos. Daí o fato de constar nas doações de sesmarias a expressão Campos de Araraquara [...].

Benincasa<sup>24</sup> (2003, p. 44 apud Monbeig, 1984, p. 33; Corrêa, 1969, p. 19) nos dá a dimensão e a fundamentação geográfica e geológica dos **campos de Araraquara**:

Os Campos de Araraquara nada mais eram do que uma porção do planalto ocidental paulista, de origem arenítico-basáltica, compreendida entre os rios Mogi-Guaçu, Grande, Tietê e Paraná. Ao sul do rio Grande, este planalto é limitado a leste pelas escarpas ou *cuestas* da chamada Serra Geral, conhecida primitivamente como Serra ou Morro de Araraquara, que Luís Pedroso de Barros menciona em seu relatório. Essas escarpas foram esculpidas pelos rios Pardo, Corumbatai e seus afluentes e, ao longo do tempo, foram recebendo a designação regional de “serras”, como as de Brotas, dos Padres ou de Rio Claro, de São Pedro, do Itaqueri, do

---

24. BENINCASA, Wladimir. Arquiteto, urbanista, escritor e professor.

Cuscuzeiro, de Dourados e de Jaboticabal. As altitudes variam entre 600 e 1.000 metros acima do nível do mar, declinando, aos poucos, em direção aos vales dos rios Grandes e Paraná a altitude de 500 e 400 metros, atingindo até 300 metros nos pontos mais baixos.

Doutra forma Benincasa (ibidem, p. 45) expressa que as *matas virgens, as catanduvas* ou *serrados* presentes nos campos de Araraquara estão relacionadas à formação arenítica chamada “Botucatu” que geologicamente é uma variedade de solo do planalto ocidental paulista.

Maria Celestina Torres<sup>25</sup> em seus *Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba – no Tempo do Império* (1975, p. 46), por sua vez; tece considerações sobre as condições geográficas e topográficas de Piracicaba e do Caminho do Oeste que abrange os **Campos de Araraquara**:

Piracicaba está situada na faixa de terrenos sedimentares da série permiana. Dispostas ao longo de um crescente entre as zonas cristalinas, de cristas mamilosas ao leste, e a zona de terras tabulares, ao Oeste. As camadas permianas estendem-se desde Casa Branca até a fronteira do Paraná, constituindo uma larga depressão periférica. Relevo modesto, vasta campina onde os rios correm desenhando meandros divagantes.

A parte central desse crescente estende-se de Araras a Mogi-Mirim ao Norte, até Sorocaba e Tatuí ao Sul. É ai que a série permiana atinge sua maior largura, 120 km do Salto de Itu a Piracicaba. Ai também são melhores seus solos e, portanto, mais caras as terras. Manchas de diabásio dão as terras roxas, favoráveis à lavoura.

---

25. TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. N. em Piracicaba (Jul. 18, 1910 – Campinas, SP, Set. 10, 2012, aos 102 anos). Filha do engenheiro Dr. Octávio Teixeira Mendes (1882-1945 aos 63 anos) e Leonina Marques Mendes (1883-1968 aos 85 anos). Historiadora formada pela FFLCH-USP, pesquisadora, escritora de largos recursos, com diversas obras publicadas.

Estendendo-se por uma região muito vasta, o município de Vila Nova da Constituição apresenta uma grande variedade de solos como os arenosos brancos, provenientes do arenito de Pirambóia, os arenosos vermelhos e as terras roxas, provenientes das rochas eruptivas. Abrangendo terras da faixa permiana norte, ocupa a zona dos campos de Araraquara, e ainda as terras de São Pedro, onde as cotas de altitude elevam-se progressivamente.

O sargento-mor Teotônio José Juzarte, navegador, explorador e ajudante do Regimento de Dragões Auxiliares da Capitania de São Paulo em seu *Diário da Navegação, 1769-1771* relata viagem pelos rios Tietê, Paraná, Grande e Iguatemi e testemunha que do ponto em que está da barranca do Tietê, avista o morro de Araraquara, o ponto culminante dos campos de mesmo nome:

[...] Embicamos no barranco do rio, botou-se o mato abaixo para fazer pouso para de noite, e vindo em distância de duas léguas abaixo da barra do Piracicaba se avista pelos costais todo o morro de Araraquara, cujos pontais em distância grande vêm afastar no Tietê pelos quais se passa, e tudo se avista em distância de oito léguas para a parte direita [...] (SOUZA; MAKONO, 2000, p. 36-37).

Em *Achados Históricos de Mineiros do Tietê*, Tablas e Botura (1991, p. 17) reportam um quadro geográfico dos morros de Araraquara em terras de Dois Córregos e Mineiros do Tietê (SP) em que situam parte do relevo dos campos de Araraquara compreendido nas duas localidades.

A Pedra Branca, localizada em terras mineienses, na serra de Morro Alto, próxima da divisa com Dois Córregos, se chamava antigamente morro de Araraquara.



Era um dos “morros ou serros” pertencentes à serra de Araraquara – denominação que se dava a todas as formações serranas que iam desde o médio Tietê até p rio Mogi Guaçu. Essas serras estavam no sertão ou “campo de Araraquara”, um sertão de fronteiras imprecisas cujos limites ao norte, geralmente aceitos, seriam Goiás e Cuiabá. A própria cidade de Araraquara tirou se nome desse sertão.

Mas devido à intensa navegação no rio Tietê o nome “morro de Araraquara” era usado com mais frequência para citar as elevações localizadas em nossa região espalhadas em terras de Dois córregos e Mineiros do Tietê, enquanto os montes da serra de Botucatu eram o Araraquara-Mirim e o Araraquara Guaçu.

A professora Anna Corrêa sobre os campos de Araraquara destaca ainda, os aspectos geográficos da região, para o estabelecimento de um povoamento efetivo (2008, p. 21):

Localiza-se a região em estudo no Planalto Ocidental Paulista (FRANÇA, Ary, 1960, p. 136), porção do planalto arenítico basáltico, compreendido entre os rios Mogiguaçu, Grande, Tietê e Paraná. As primeiras referências sobre a região citam como seu limite a escarpa do planalto, a chamada Serra Geral, conhecida primitivamente por Serra de Araraquara, esculpida pelos rios Pardo e Corumbataí [...]. [...] A erosão diferencial atacando as rochas menos resistentes provocou a projeção das formas das rochas mais duras, fazendo aparecer uma linha de *cuestas* que recebeu a designação regional de serras, como as de Brotas, Taboleiro, São Pedro, Itaqueri, Cuscuzeiro, dourados e Jaboticabal. Ai as altitudes médias ficam compreendidas entre 600 e 700 m, atingindo até 900 m (São Pedro e Itaqueri).

Ao que tudo indica no relato sobre a viagem aos sertões

de Araraquara do sertanista Luís Pedroso de Barros ao capitão-general de São Paulo D. Rodrigo César de Menezes se reconhece pela primeira vez o termo “Campos de Araraquara” conforme alude Guerrini (1970, I, p. 4). Dois de maio de 1724:

A dous de agosto party da Vila de Itu seguindo a caminho do Rio Capivary e dahy ao Rio Pirassicaba, e deste ao morro de Araraquara donde Principião os campos do d.to Araraquara.

Complementa Corrêa que nesta viagem o sertanista Luís Pedroso se deparou com “cerrados, manchas de campos e pontas de matas” como paisagem (CORRÊA, 2008, p. 28).

Assim sendo, entre 1723 a 1725, Luís Pedroso de Barros, portanto, abre um caminho de São Paulo até Cuiabá cruzando os rios Capivari e Piracicaba em que vislumbra o que se convencionou a chamar na Capitania de **Campos de Araraquara**. Os vestígios do antigo caminho ou estrada velha do sertão para o sertão dos Bilreiros como sabemos (TAUNAY, 1981, p. 205) foram aproveitados nos traçados de Pedroso, de Antônio Corrêa Barbosa<sup>26</sup> e de Luís Vaz de Toledo Piza<sup>27</sup>; por re-

---

26. BARBOSA, Antônio Corrêa. N. em Itu (1732) – Mogi Mirim, SP (1791 aos 59 anos). Batizado (Set. 26, 1732) segundo PFROMM NETO, 2013, p. 81. Capitão-fundador de Piracicaba casado com Ana de Lara e Silva (1768), filha de Antônio de Aguiar da Silva e Branca Luíza Flores. Filhos de Barbosa e Ana: João Damasceno de Almeida Barbosa (n. 1770); Alexandre de Almeida Barbosa (1772-1822 aos 50 anos); Tenente Antônio Correa Barbosa (1774-1839 aos 65 anos), casado com Úrsula Franco de Andrade; Cecília Barbosa (n. 1778) casada com José Pereira Pontes. LEME (Silva). Genealogia Paulistana. Vol. 6. São Paulo: Duprat e Companhia, 1906, p. 198; DIAS NEME (Paulo). Fatos Históricos de Piracicaba. São Paulo: Edição do Autor, 2010, p. 62-63.

O capitão general Bernardo José de Lorena em documento de 6 de outubro de 1791 fala da escolha de um nome da lista tripla para ocupar o posto de Capitão das Ordenanças da Povoação de Piracicaba que se acha vago pelo falecimento de Antônio Correa Barbosa. Documento Interessante, Volume XLVI, p. 139.

27. PIZA, Luís Vaz de Toledo. N. em Taubaté, SP (1739) – Cambembe, Luanda, África (1795 aos 56 anos). Filho de Timóteo Correia de Toledo (n. 1703) e Úrsula Isabel de Mello (n. 1715). Casado com Gertrudes Maria de Camargo (n. 1740). Minerador e sargento mor da Vila de São Del Rei (MG). Inconfidente mineiro degredado para a África. Entrega-se às autoridades (Jun. 24, 1789) e embarca na corveta Nossa Senhora de Guadalupe (Mai. 5, 1792) para o desterro em Cambembe.

comendação do governador Luís Antônio de Souza Botelho, Morgado de Mourão<sup>28</sup>, que na época cria e instala a Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Fernando de Paula do Iguatemi (MARTINS, 1992, p. 40), na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, para guarnecer os domínios portugueses (BELLOTO, 1979, p. 50-51) dos espanhóis.

A estrada dos Bilreiros<sup>29</sup> torna-se, portanto, referencial como uma via - **Campos de Araraquara** - para Cuiabá de acordo com Neme:

[...] ao entrar na direção dos campos de Araraquara, Luís Pedroso de Barros nada mais fez do que aproveitar o traçado da antiga trilha a que já nos referimos, indicada em documento de 1650 com a “estrada velha do sertão dos Bilreiros” (1974 a, p. 14).

Ordenara o Morgado de Mateus que o primeiro tronco do caminho se fizesse de Sorocaba a Iguatemi, com uma leva de trabalhadores avançando de cada um desses pontos; malogrando-se porém a abertura da picada desde aquela praça até que a estrada fosse feita por Piracicaba e campos de Araraquara, em direitura do rio Grande, “por onde entravam antigamente os descobridores”, como o próprio Morgado asseverava. Seria uma

28. BOTELHO, Luís Antônio de Souza. N. em Vila Real, Portugal (Fev. 21, 1722 – Idem, Out. 5, 1798 aos 76 anos). Filho de Antônio Botelho Mourão (Ago. 5, 1688 – Fev. 20, 1746 aos 58 anos) e Joana Maria de Souza Mascarenhas e Queiroz (Abr. 16, 1695 – Abr. 5, 1723 aos 31 anos). Morgado de Mateus foi o nono governador da Capitania de São Paulo (Jan. 12, 1765 – Jun. 13, 1775). A fundação de Piracicaba (Ago.1, 1767) está ligada à sua administração preocupada com o suporte e entreposto à fortificação de Iguatemi. Por outro lado diz Taunay “o caminho mais curto, do Rio de Janeiro a Itapura, passava por Piracicaba, de onde se podia fazer a viagem com maior ou menor dificuldade, segundo a altura das águas, em canoas ou até em outras embarcações maiores”. TAUNAY (Afonso S). *História do Café no Brasil*. Vol. 8. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 75; BARCELLOS (João). *Morgado de Mateus: um fidalgo Português na casa Bandeirante*. São Paulo: Edicon, 2004, p. 41.

29. Arma de guerra caiapó, espécie de borduna em que eles eram hábeis. Por isso eram chamados de “Bilreiros”. A estrada (trilha) que construíram era chamada de “Estrada dos bilreiros”.

nova tentativa oficial de aproveitamento da antiga “estrada velha do sertão dos Bilreiros”. (Ibidem, p. 45).

No rumo do sertão do Oeste e Noroeste, o povoamento se consolidava em Piracicaba e ainda em um único núcleo a meio caminho, na paragem de Capivari. E já começavam a ser ocupadas as terras dos campos de Araraquara, ao longo da antiga estrada velha do “sertão dos Bilreiros”, aviventada mais recentemente, primeiro por Luís Pedroso de Barros, em 1724, depois, em 1770, por Antônio Correia Barbosa e Luís Vaz de Toledo Piza [...] (Ibidem, p. 47).

Também para o lado do Noroeste de São Paulo, papel importante deveria desempenhar episódio da ocupação de suas terras o antigo caminho dos Bilreiros, antes e depois da aviventação procedida por Luís Pedroso de Barros. Rodrigo César de Menezes aceitara em 1725 a abertura dessa estrada para Cuiabá como obra realizada, em condições de admitir o tráfego de gado e cavalgadura; tanto assim, que no mesmo ano conferira ao seu construtor o prêmio prometido, concessão por sinal logo em seguida ratificada pelo rei. (Ibidem, p. 20-21).

No tocante às terras que se estendiam pelas duas margens da estrada velha do sertão dos Bilreiros, sabemos que, desde antes de 1650, determinado morador de Parnaíba possuía, em situação legalizada, uma gleba na paragem de Capivari e ladeada pela referida estrada, fato que comprova o interesse por terrenos situados além-Tietê, já adiante das partes até então povoadas; e que leva mesmo a supor a presença de posseiros, sitiantes e sertanejos, tanto nas imediações da referida gleba como mais para longe, em sítios favoráveis à habitação humana, como por exemplo, o que rodeava o salto do rio Piracicaba. (Ibidem, p. 9).

Ainda descrevendo a estrada velha dos Bilreiros como ponto de irradiação para os campos de Araraquara e para o rumo Nordeste em que se destaca a sua importância e trajetória Neme enfatiza (1969, p. 41):

A certeza de que facilmente se encaminhava por terra de Itu a Piracicaba e aos campos de Araraquara, o que necessariamente se fazia passando por Capivari, não poderia estar desligada da experiência que os paulistas tinham da “estrada velha do sertão para o sertão dos Bilreiros”, mencionada cerca de setenta anos antes num inventário e que sem dúvida não teria deixado de ser ocasionalmente palmilhada por um outro sertanista desde 1650 até 1720; pois, não podendo ser outro o rumo da estrada velha que passava por Capivari, só assim se compreenderia que se tivesse formado a tradição de que por Itu e Piracicaba se podia chegar em poucos dias ao rio Grande por terra, como caminho mais fácil de São Paulo para o Cuiabá.

Na capitania de São Paulo principalmente, a estrada dos Bilreiros não foi a única a servir como base para novos caminhos. Outros traçados indígenas que evidenciavam as vias de locomoção nos campos e matas alicerçaram o projeto de percurso de estradas afins, nos moldes da ligação paulista ao Centro-Oeste e Sul do país, como informa Neme (1974a, p. 13):

É no período de Rodrigo César de Menezes que se inicia a construção de estradas ligando as povoações do planalto paulistano a Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sempre com o aproveitamento de antigos caminhos ou trilhas de brancos herdados dos indígenas.

Neme (1969, p. 34-35; 39) reforça passo a passo diretrizes, paisagens e pormenores deste longo e significante caminho geopolítico e econômico:

[...] A estrada velha para o sertão dos Bilreiros passava pela paragem de Capivari. Essa estrada não nascia

em Capivari; para demandar o sertão, passando por Capivari, tinha ela forçosamente de partir de um dos núcleos de habitação já existentes e localizados mais ao Sul, em latitude abaixo da de Capivari; ela tinha de partir ou da vila de São Paulo ou da vila de Santana de Parnaíba, ou ainda da povoação de Itu, os três núcleos em relação aos quais a paragem de Capivari se interpunha na rota para o sertão.

Estabelecido dessa maneira o traçado do trecho inicial da estrada, bastará uma rápida consulta à carta geográfica da região para nos convenceremos de que esse caminho, partindo da vila de São Paulo ou de Putribu-Pirapitingui, no rumo do sertão e cortando uma paragem banhada pelo Capivari, tinha necessariamente no seu prosseguimento de atravessar o rio Piracicaba. Realmente, depois de transposto o Capivari, por muito que se desviasse do seu rumo Noroeste, o caminho atingiria o Piracicaba [...].

Neme (*ibidem*, p. 40-41) transcreve ainda, um documento de 1720-1723 de autoria anônima, que demonstra os diversos caminhos utilizados pelos moradores de São Paulo, para Cuiabá e Província de Cochiponé:

Visto o caminho ordinário e viagem que fazem os Paulistas, direi o caminho que alguns dizem se poder fazer todo por terra de S. Paulo para o Cuiabá; do que se representa mais fácil é de Itu caminhar para o rio Piracicaba; aberto caminho pelo mato da outra parte, em quatro dias se pode chegar ao Campo de Araraquara; daí ao Nordeste, levando à mão esquerda a mata do rio Tietê, chega-se ao rio Grande; julgam alguns será caminho de um mês, mas outros julgam que feito o caminho e abatido os pastos, que são altos, com o fogo, em menos dias se fará esta viagem [...].

Manoel Corrêa Arzão<sup>30</sup>, bandeirante e sertanista que em 1733 segue para Cuiabá na efervescência do minério de ouro, um dos primeiros moradores de Piracicaba reside à beira da estrada velha do sertão dos Bilreiros segundo Neme (1974, p. 38) e, portanto, foi um dos primeiros homens brancos a trilhá-lo.

Como todos os demais prováveis lavradores situados ao longo da antiga estrada dos Bilreiros, Manuel Correia Arzão não poderia ter obtido título de sesmaria sobre o terreno que ocupava, pois as concessões nessa faixa do território não apenas se achavam trancadas, mas inclusivamente nem tinham chagado a ser abertas.

A revelação da existência dessa estrada está registrada no testamento do bandeirante Bernardo Bicudo, de Santana de Parnaíba, elaborado em 1649 e confirmado em seu inventário (Ago. 14, 1650): “[...] Mais se botou neste inventário meia légua de terras de matos naninhos em Capibari, na estrada velha do sertão que vae para o sertão dos Bilreiros” (Inventários e Testamentos, v. XV, 1921, p. 181, DAESP).

---

30. ARZÃO, Manoel Correa de. São Paulo, SP, 1651 - Santana de Parnaíba, SP, 1741 aos 90 anos. Filho de Cornélio Rodrigues de Arzão (n. 1628 – Itu, SP - Fev. 1684) e de Maria Raposo da Silveira (n. 1650). Casado com Domingas Antunes Soares. Em segundas núpcias com Maria de Lima. LEME (Silva). Vol. VII p. 338, LI, p. 348, “Genealogia Paulistana”. Juntamente com Antônio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo e Baltasar de Lemos de Moraes Navarro descobre as Minas de Serro do Frio (MG), 14 mar. 1702. Guarda-mor das minas do Serro. Antônio Soares Ferreira chega às minas de ouro do Ivituruú dando origem a cidade do Serro. Arzão assume o posto de guarda-mor (Jul. 19, 1709) em substituição a Antônio Soares Ferreira. É nomeado coronel de infantaria de ordenança (Out. 26, 1705); capitão-mor das ordenanças da Vila por d. Brás Baltazar da Silveira (Abr. 14, 1714); encarregado do distrito a 20 jun. do mesmo ano. Escreve (Mar. 28, 1733) ao conde de Sarzeda e relata sua partida para combater e conquistar os bárbaros (índios) nas minas de Cuiabá. No dia 17 abr. recebe a patente de tenente-coronel da guerra contra os paiguá. Falece em Cuiabá (1736). BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A arte crônica e suas anotações: história das Minas do Serro do Frio, atual cidade do Serro, em notas cronológicas – 14/03/1702 a 14/3/2003. E-book: Saraiva. S/d, p. 1716-1717, 1719.

Dias Neme<sup>31</sup> primo de Mário Neme, dedica um profundo estudo sobre a organização histórica, social e econômica de Piracicaba, como debruça incansavelmente sobre os personagens dos séculos XVII e XVIII que se confundem e identificam com a localidade, como a família Arzão. Diz dela, com riqueza de detalhes e conhecimento in: *Documentos Históricos: descobrimento de Piracicaba e os Bandeirantes paulistas* (1992, p. 11-12):

Mas no último quartel do século 17, mais ou menos no ano de 1690, o grande extraordinário e famoso sertanista e bandeirante paulista Antônio Rodrigues Arzão e seu filho Manoel Corrêa Arzão, atravessaram os sertões de Itu, Tietê, Porto Feliz, Piracicaba, atravessaram o Rio Piracicaba e seguiram para frente, ultrapassaram os sertões de Araraquara e foram até às margens do Rio Paraná, invadiram os sertões de Mato Grosso, abrindo picadas e mais picadas e aportaram nos sertões de Cuiabá. Nesta época de suas expedições ainda não havia sido descoberto ouro em Cuiabá e nem nas adjacências [...].

Foram Antônio Rodrigues Arzão, filho Manoel Corrêa Arzão que dominaram e expulsaram os índios paiaguases da região de Piracicaba, tendo como ajudante e colaboradores serviçais e uma milícia poderosa de lutadores que acompanhavam suas expedições sempre vitoriosas, povoando os lugares por onde passam; inclusive a região de Piracicaba que eles ajudaram a povoar no fim do século 17 e no começo do século 18, pois a família Arzão residia em Piracicaba naquela época tão remota e longínqua.

---

31. NEME, Paulo Dias. N. em Piracicaba, SP (Jul. 15, 1948). Afrodescendente. Filho de Oscar Neme (Piracicaba, SP, 1916 - Idem, Mai. 21, 2003 aos 87 anos) e de Maria Eliza Neme. Historiador, pedagogo, educador, jornalista e escritor. Casado com a advogada Dra. Maria Aparecida Tricta Sallum Neme, de descendência grega.

Elias Neme, sírio, comerciante (f. Set. 12, 1964) e Afife Francês Neme (f. Mar. 28, 1977) foram os pais de Oscar Neme.



Antônio Rodrigues Arzão forneceu a Bartolomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso da Silveira, todos os pormenores, traçados, picadas e, rotas dos sertões por ele percorrido, permitindo dessa maneira que fossem os primeiros sertanistas a trazerem ouro de Minas Gerais, em 1693.

[...] Aconteceu, porém, que na margem esquerda do rio já residiam Antônio Rodrigues Arzão e seu filho Manoel Corrêa Arzão, seus familiares, os trabalhadores, mestiços, índios mansos, os atiradores e milicianos que trabalhavam para a família dos famosos sertanistas e bandeirantes paulistas que já tinham percorrido os sertões de Itu, Porto Feliz, Tietê, Piracicaba e os grandes sertões de Araraquara, da região do Rio Paraná, Cuiabá e Goiás, por terra [...] (Ibidem, p. 17).

O caminho para Cuiabá, também se conhecia por “Picadão do Oeste”; “Picadão do Mato Grosso”. Na sua originalidade, o trecho de Piracicaba passa pelo bairro Batis-tada<sup>32</sup> formado por degredados ituanos quatoros anos antes da

32. Os registros mostram que em 1763 os irmãos Ana, Maria, Antônia, Joaquim, João e José Batista foram degredados de Itu para Piracicaba pelo simples fato de uma conversa ao pé do fogo na varanda de uma das casas da Vila. Diante dos risos principalmente de Antônia, o Capitão-mor Salvador Jorge Velho (Itu, SP, 1710- São Pedro Del Rey – Poconé, MT, 1792 aos 82 anos) ituano, filho do Capitão Domingos Jorge da Silva (São Paulo 1688 - Mogi Guaçu, SP, 1751 aos 63 anos) e Margarida de Campos Bicudo (São Paulo 1690 - Jundiá, SP 1738 aos 47 anos) sente-se incomodado e enfurecido. Casado com Genebra Maria Machado de Vasconcellos (n. 1715). Viúvo desposa (1768) em Santana de Parnaíba (SP) Mécia da Silva Franco (f. Itu, SP 1803). Salvador foi capitão-mor de Itu por 10 anos (NARDY FILHO, vol. III, 2000, p. 58). Tinha 28 anos quando assume o posto (1738-1748). LEME (Silva). Vol. 8, 1905, p. 364. A pena de degredo era aplicada por qualquer motivo que o capitão-mor achasse insolente ou intolerante. Apesar do tempo apontado por NARDY FILHO, Salvador Jorge Velho estava firme no cargo. Guerrini (1970, I, p. 17) mostra que ele foi encarregado por Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, capitão-general da Província, para dar toda assistência necessária ao capitão-povoador Antônio Corrêa Barbosa, para a instalação de Piracicaba, por Ordem (Set. 18, 1767). Os irmãos Batista tomaram os seus pertences incluindo alguns de estimação da família como tacho de cobre, um oratório para devoção com as imagens de São João Batista e Santana relíquias da capela da Batis-tada de mais de 250 anos. Uma

fundação original da cidade (Ago. 1, 1767); pela atual Avenida Pompeia que em linha reta se confunde com a Rua Moraes Barros até o Largo do Pescador, na Rua do Porto. O caminho que parte de São Paulo/Itu continua após o rio Piracicaba rumo ao centro-oeste brasileiro, sendo que a partir do Piracicaba ao receber o deságue do rio Corumbataí, no

---

embarcação os trouxe para Piracicaba. Desembarcaram na Rua do Porto e inconformados resolveram abrir um picadão que os levasse de volta a Itu. De certo que aproveitam o antigo picadão que dá origem a Rua Moraes Barros – conhecida como Estrada de Itu, Picadão do Mato Grosso e Rua Direita. A Moraes Barros é a via mais antiga de Piracicaba - caminho que passa pelo Piracicamirim, Bairro da Pompeia, Morro das Pedras, Chapadão, engenho de álcool e destilaria de Angelo Sangirolomo, tendo como divisor a Fazenda Santa Rita. Este caminho é cortado pela Rodovia do Açúcar Comendador Mário Dediní (Piracicaba/Itu/Rod. Castelo Branco) na altura do Km 158. Este é o caminho do Oeste utilizado para o escoamento do café, do chá, do milho e demais produtos da região. De Itu se ia a São Paulo e de lá para o porto de Santos. Outrora, pela Batistada passavam os ônibus que iam para São Paulo. Os carreadores de cana locais interligam a Batistada com o Distrito de Tupi/Santa Bárbara D'Oeste. À beira do Ribeirão Batistada que brota na antiga fazenda Varginha, hoje campus Taquaral da Unimep, as moças se estabelecem enquanto os irmãos seguem na empreita do picadão e ao retorno a Itu. Alcançaram Capivari onde são aconselhados por posseiros a não seguir adiante com o propósito. Podem ser mortos, adverte-se. O conselho de pouco vale, pois chegam a Itu. Ao saber do retorno dos irmãos Batista Salvador Jorge Velho manda que sejam aprisionados, ressabiado de que se teria acontecido algum mal ao barqueiro que os trouxe a Piracicaba. Ficam detidos até que este aparece para alívio de todos. Do rancho estabelecido pelos irmãos nasce a Batistada liderada pelos irmãos Agenor Alves Batista (Nov. 7, 1915 – Out. 16, 2002 aos 87 anos) e Antônio Alves Batista (Nov. 11, 1913 – Jan. 21, 2002 aos 88 anos). Filhos de Claro Alves Batista (1889 – Mar. 4, 1977 aos 88 anos) e Ana Furlan (1896 – Jan. 26, 1919 aos 23 anos). Precedem a eles Antônio Rodrigues Pas, casado com Anna Maria Baptista e Pedro Alves Batista, tropeiros. Em cerca de 1870 na altura do cruzamento dessa estrada com o ribeirão Tijuco Preto surge uma bifurcação para Santa Bárbara D'Oeste. O escoamento da produção agrícola do Barão da Serra Negra, Francisco José da Conceição (1822 – Out. 2, 1902) aos 80 anos era feito por este caminho. A casa da família no passado foi uma venda do bairro. A Batistada é o único bairro do município de Rio das Pedras desmembrado de Piracicaba pelo interventor piracicabano Dr. Adhemar Pereira de Barros (Piracicaba, SP, Abr. 22, 1901 – Paris, França, Mar. 12, 1969 aos 68 anos), pelo decreto estadual n. 9.775 (Nov. 30, 1938). Diário Oficial, segunda-feira, 19 dez. 1938, ano 48, nº 280. A Batistada está dividida ao meio sendo limite entre Piracicaba e Rio das Pedras. MONTEIRO (Noedi). Manual do Município de Rio das Pedras: a enciclopédia em um volume de Rio das Pedras – 1728 – 1990. Rio das Pedras: Editora Jornalística de Municípios, 1991, p. 11-12.

hoje Distrito de Santa Teresinha recebe a denominação de **Campos de Araraquara**, boca de sertão. À margem esquerda do Corumbataí, onde atualmente está instalada a indústria de papel Klabin há um porto e um posto de baldeação ou paragem obrigatória para a troca e descanso de animais; traslado de pessoas e cargas por meio de canoas, de uma margem a outra, para os que iam ou chegavam dos **Campos de Araraquara** (MONTEIRO, 1997, p. 2).

Outros nomes da Rua Moraes Barros: Picadão do Mato Grosso; Caminho do Oeste; Caminho do Paraná; Caminho de Itu.

Só na década de 1840 surge uma ponte sobre o rio Corumbataí como observa a historiadora piracicabana Torres (1975, p. 81):

As pontes são precárias e se desmantelam. A do rio Corumbataí, afluente da margem direita do Piracicaba, está sempre a exigir reparos. Anos a fio sua construção será assunto das sessões da Câmara Municipal; em fins de 1839 seria urgente sua construção por estar na estrada que liga Constituição a Cuiabá, estrada que, segundo ofício de 1842, aproxima a capital da Província para a Província de Mato Grosso de mais de 150 léguas, além de facilitar a povoação de culturas de ótimas terras e campos.

Diretrizes gerais dos **Campos de Araraquara**: conformado pela nascente do rio Jacaré-Pepira na serra de Itaqueri (São Pedro), curso d'água, que corta a serra de Brotas. Configura-se o caminho à serra de Araraquara, Pedra Branca em Mineiros do Tietê, Dois Córregos, São Carlos, Botucatu, Barra Bonita, Jaú e Jaboticabal na bacia do Médio Tietê até o rio Mogi Guaçu, rota para Goiás e para as cobiçadas minas de ouro de Cuiabá. Era o chamado caminho para o Oeste.

Embrenhando na história de Araraquara Alberto Lemos

(s/d, p. 19) conta como Luís Pedroso de Barros delinea detalhadamente sua trajetória e empreitada na construção dos **campos de Araraquara**:

A dois de agosto parti da vila de Itu, seguindo o caminho do rio Capivari e dali ao rio Piracicaba e daí até o morro de Araraquara, onde principiam os campos do dito Araraquara. O mato que se intermete da vila de Itu a Araraquara serão sete ou oito dias. Atravessei os ditos campos até as cabeceiras do Jacaré-Pepira, que serão dez dias. Desta paragem continuei a marcha, rompendo por ela a ponta do mato do Jacaré-Pepira na demanda e diligência de ver se podia descobrir mais campos; e ai caminhei sempre por serrados, cortando algumas pontas de matos virgens, porém, tudo o mais catandugas, a que chamam serrados, até dentro do rio grande.

Encontramos também, o termo “picadão de Cuiabá”, como designação dos **Campos de Araraquara** conforme Neves (1984, p. 1) apud Messias (2003, p. 23).

As terras de São Carlos eram cortadas desde 1799 pelo chamado “picadão de Cuiabá”. Essa estrada saía de Piracicaba, que era também boca de sertão, atravessava os campos do Córrego do Feijão e rompia a mata densa do Pinhal atingindo extensos cerrados dos Campos de Araraquara, até a margem direita do Rio Tietê.

Benincasa (2003, p. 46) confirma a denominação “Picadão de Cuiabá” e assevera que o caminho parte da cidade de São Paulo e segue pelas áreas das atuais cidades de Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Itápolis, São José do Rio Preto, Parnaíba até Cuiabá.

O termo “picadão” tem origem numa antiga unidade de

medida portuguesa anterior ao sistema métrico e está baseado na largura do caminho como explica Dias Neme (1992, p. 15):

O caminho que ia de Piracicaba até os sertões de Araraquara e depois seguia até às margens do Rio Paraná e em seguida a Cuiabá, tinha vinte (20) palmos de largura e chamava-se estrada do picadão porque tinha vinte palmos de largura. Esse caminho, devido a política de rivalidades foi abandonado por muitos tropeiros e boiadeiros que preferiam o caminho de cima.

Messias (2003, p. 23) também faz referência à extensão do picadão:

As terras de São Carlos eram cortadas desde 1799, pelo chamado 'picadão de Cuiabá'. Essa estrada saía de Piracicaba, que era também boca de sertão, atravessava os campos de do Córrego do Feijão e rompia a mata densa do Pinhal atingindo extensos cerrados dos Campos de Araraquara, até a margem direita do Rio Tietê.

## **A EXTENSÃO TERRITORIAL PIRACICABANA NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL**

O percurso São Paulo-Cuiabá<sup>33</sup> vale-se da reconhecida extensão territorial de Piracicaba e de suas ramificações regionais para a consolidação do trânsito pelo quilombo Corumbataí<sup>34</sup> e pelos Campos de Araraquara entre a capitania e o Centro-Oeste do Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Sesmarias e glebas são estabelecidas em Corumbataí (Out. 6, 1795 até

33. Séculos XVIII (Jan. 1, 1701 – Dez. 31, 1800) e XIX (Jan. 1, 1801 – Dez. 31, 1900).

34. O nome do quilombo, do povoado e da vila "Corumbataí" deve-se ao afluente do rio Piracicaba à sua margem direita que nasce na Serra de Santana no município de Analândia (SP), corre entre Piracicaba, Rio Claro, Corumbataí, Ipeuna, Itirapina e Santa Gertrudes. É formado pelo rio Passa Cinco na margem direita e pelo ribeirão Claro na esquerda.

Fev. 16, 1821) – sede do quilombo (1750-1804) transformando o local em povoado e num bairro. Corumbataí hoje Distrito de Santa Teresinha.

Cartas de sesmarias – terras e matas devolutas<sup>35</sup> – para os sertões em discussão tinham como requerentes na maior parte donatários de famílias campineiras, piracicabanas, ituanas e jundiaienses.

Enfim, os Campos de Araraquara norteiam a localização das sesmarias que se seguem no transcurso histórico do topônimo, de vasta região serrana, como se verifica: Adriano José de Campos, da Vila de São Carlos (L. 41, fls. 70-v.) p. 11-12 do Repertório de Sesmarias: “uma légua<sup>36</sup> de terras de testada e três de sertão, nos campos de Araraquara [...]”; Agostinho de Camargo Penteado da Vila de Itu (L. 35, fls. 103): “uma légua de terras de testada e três de sertão nos campos de Araraquara [...]” (Ibidem); Carlos Bartolomeu de Arruda da Vila de Itu (L. 26, fls. 94-v.): “terras nos campos de Araraquara [...]” (Ibidem, p. 107-108); Antônio Soares de Barros da Vila de Itu (L. 38, fls. 10-v.): “uma légua de terras de testada e três de fundo, no sertão de Araraquara” (Ibidem, p. 83).

Veiga (1963)<sup>37</sup> apud Torres (1975, p. 43-44) assim retrata

35. Lei das sesmarias para a América Portuguesa promulgada (Mai. 20, 1375) por D. Fernando I de Portugal (1667-1383). É a chamada de Lei da Agricultura com o propósito de abastecer as terras e as províncias de víveres, gado e combater as epidemias. As capitânias hereditárias no Brasil a partir de 1536 contavam com 14 distritos e 12 donatários. Extintas no Brasil pela Resolução 76 (Jul. 17, 1822). Lei da Terra nº 601 (Set. 18, 1850). Estatuto da Terra - Lei nº 4.504 (Nov. 30, 1964). Estatuto da Terra regulamentação: decreto federal nº 59.566 (Nov. 14, 1966). Constituição Federal (Out. 5, 1988): Artigos. 20, II; 26, IV. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2006.

36. Légua de sesmaria: unidade de medida nos séculos XVIII e início do XIX equivalente a 6.600 m, ou seja, 3.000 braças (2,20 m). SIMONSEN. Roberto. História Econômica do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 462-463.

37. VEIGA, Jair Toledo. N. em Itaberá, SP, Mai. 23, 1917 – Piracicaba, SP, Set. 3, 2003 aos 86 anos. Filho de Júlio Isidoro da Veiga (1881-1953) e Rita Toledo Veiga (1884-1943). Casado (Jul. 12, 1939) com Sarah Duarte Toledo Veiga (n. Set. 6, 1918). Serventuário da justiça, juiz de paz, genealogista, pesquisador, historiador e escritor.

a expansão jurisdicional de Piracicaba ao tempo de Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres como no de Vila Nova da Constituição, que abrange os **campos de Araraquara** - um vasto território com sede historicamente no bairro Corumbataí (Distrito de Santa Teresinha) que estende os seus limites através das propriedades concedidas por meio de sesmarias<sup>38</sup>.

De maneira muito inexata pode-se dizer que as divisas do lado de Mogi Mirim (fundada em 1650), pelo Ribeirão Barcelos, mais adiante com Casa Branca. Verifica-se, pois, que estavam em território +piracicabano as atuais cidades de Rio Claro (fundada em 1822), Limeira, que teve origem em 1824, Araras, cujas referências aparecem em Piracicaba em princípios de 1832 (Atas da Pref. de Piracicaba em 1832), quando seus habitantes pediram a subordinação civil a Piracicaba e não a Mogi Mirim. Araras já aparecia no foro piracicabano por causa da sesmaria que Francisco José Goes Maciel e seus parentes obtiveram por carta de 13-8-1818, no lugar denominado Morro das Araras, de légua e meia em quadra; e descobertas as terras devolutas pelos requerentes no Ribeirão das Araras que deságua no Rio Mogi Guaçu.

---

38. CORUMBATAÍ, Distrito de Santa Teresinha. Sesmarias em seu território ao tempo da Freguesia de Piracicaba Nossa Senhora dos Prazeres (Jun. 21, 1774 - Out. 31, 1821) e seus sertões. Com relação aos Campos ou sertões de Araraquara que pertenciam a Piracicaba, jurisdicionado ao distrito ou termo de Itu, tendo ora o rio Corumbataí acompanhando o Rio Piracicaba: Manoel Martins do Rego, cirurgião-mor (Jul. 6, 1781 - L. 21, fls. 194, p. 396); Manoel Antônio de Araújo (Mai. 19, 1781 - L. 21, fls. 102-v, p. 361); Manoel Antônio de Araújo (Jan. 26, 1782 - L. 21, fls. 102-v, p. 361); Felisberto Castanho Lara Leme (Jul. 18, 1782 - L. 22, fls. 20, p. 143); Antônio Correa Barbosa, Capitão fundador de Piracicaba (Fev. 25, 1783 - L. 21, fls. 149, p. 40-41); Capitão Antônio José da Cruz e outros (Out. 6, 1795 - L.26, fls. 114, p. 57); Francisco Galvão de França e outros (Set. 25, 1816 - L. 39, fls. 105-v, p. 155); Joaquim Antônio de Carvalho (Ago. 9, 1817 - L. 39, fls. 223, p. 260); Francisco Rodrigues de Andrade e outros (Out. 8, 1797 - L. 29, fls. 29-v, p. 174-175); Manoel de Barros e outros (Nov. 21, 1817 - L. 36, fls. 62-v, p. 97); José Gonçalves Meyra (Abr. 28, 1820 - L. 41, fls. 50, p. 302); Santo Antônio do Lageado de Domingos Soares de Barros (Jan. 31, 1812 - L. 38, fls. 16, p. 132); Joaquim Mariano Galvão (Jan. 31, 1812 - L. 38, fls. 15, p. 268); Joaquim Cardoso Pimentel (Fev. 16, 1821 - L. 41, fls. 137-v, p. 261). In: Repertório das Sesmarias, 1994.

Mais além, Piraçununga (fundada em 1823 por Inácio Bueno e Manuel Lemos), São Carlos, à margem esquerda do Ribeirão Monjolinho, Descalvado, fundada em 1809, Araraquara, no planalto entre o Rio Piracicaba e o Mogi Guaçu, à margem deste, fundada em 1817, perdendo-se nos confins desses sertões, até Minas Gerais, e porisso, incluindo Jaboticabal, Bebedouro, Pitangueiras e São José do Rio Preto. Abrangia também, Jaú, Dois Córregos, Torrinha, Brotas e cidades até Bauru.

Araraquara, São Carlos, Descalvado, Itirapina, Dourado, Ribeirão Bonito, Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Santa Lúcia, Rincão, Ibaté, Motuca e Matão entre outros, são municípios que tiveram origem na extensão e desdobramento dos **campos de Araraquara** (Benincasa, 2003, p. 43).

Truzzi (2000, p. 22) inclui outros municípios originados nos campos de Araraquara:

[...] De qualquer forma, os campos de Aracoara envolviam um vasto território inexplorado delimitado pelo que depois viria constituir os municípios de Araraquara, Jaboticabal, São Carlos, Jaú, Brotas e Dois Córregos.

Aluísio de Almeida<sup>39</sup> (1952, p. 37) descreve as direções para se dirigir a Jaú segundo o delineamento dos **campos de Araraquara**:

[...] Itu, Capivari, Piracicaba, S. Pedro, Brotas, Jaú; ou Dois Córregos, Jaú.

No início do Império diz Magalhães, 1992, p. 43, o Velho Oeste se estendia de Itapetininga a Bragança e a Moji-Mirim,

---

39. ALMEIDA, Aluísio de. N. em Guareí, SP (Nov. 6, 1904 – Sorocaba, SP, Nov. 28, 1981) aos 77 anos. Pseudônimo do Monsenhor Luís Castanho de Almeida. Filho do Cel. Aníbal Castanho de Almeida (1879-1939) aos 60 anos e da professora Ana Carolina Rolim. Profícuo historiador, pesquisador e escritor.



detendo-se nas duas “bocas de sertão”, Piracicaba e Botucatu. Complementa que a ocupação dos Campos de Araraquara se fez para os lados de Brotas e São Carlos do Pinhal, enquanto de Campinas a corrente seguia para Limeira, Rio Claro e Araras, no novo Oeste.

A perda de Araraquara<sup>40</sup> e de seu vasto sertão, que se desmembra do Município de Constituição (Jun. 10, 1832), para se tornar vila, é considerada por Torres (1975, p. 59) como a perda do mais típico domínio do latifúndio de Piracicaba.

Referindo-se a emancipação de Araraquara como vila e a um ofício a respeito diz Torres (1975, p. 59):

[...] Tal documento é datado de 16 de fevereiro de 1831; entretanto, a 10 de julho do ano seguinte Araraquara irá ser desmembrada do município de Constituição, abrangendo, por sua vez, vasta área, em detrimento desta última. Perde, portanto, Vila Nova da Constituição, o seu mais típico domínio do latifúndio.

Os pioneiros da colonização dos Campos de Araraquara preferiram as áreas de campos ou cerrados, por serem mais

---

40. Araraquara desmembrada do território de Piracicaba com a elevação a município (Jul. 10, 1832). Instalação (Ago. 24, 1833) que incorpora os distritos de Descalvado, Brotas, Jaboticabal, São Carlos, Ibitinga, Itápolis, Boa Esperança (São Sebastião), Matão, Rincão, Santa Lúcia, Gavião Peixoto (Nova Paulicéia), Américo Brasiliense, Bueno de Andrada e Motuca. Araras, Barretos, Bauru, Bebedouro, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Itirapina, Jaboticabal, Jaú, Leme, Limeira, Pirassununga, Pitangueiras, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Pedro, Torrinha. Barretos e Jaboticabal que se desmembram de Araraquara geram os seus respectivos territórios e outros tantos municípios. [...] “campos de Araraquara” onde se compreendiam as terras que vieram a constituir o município de Jaboticabal. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Vol. 83. São Paulo: Departamento de Cultura, 1942, p. 59. E assim por diante. Portanto, os campos de Araraquara não renderam apenas ouro; também, verdadeiras pérolas urbanas que engrandecem o Interior paulista. Rio das Pedras, Santa Bárbara D’Oeste, Saltinho também ao seu tempo, se emanciparam de Piracicaba. MACHADO JÚNIOR, Armando Marcondes. Divisão territorial do Estado de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Conam, 2001; FORJAZ, Djalma (org.). Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios. 3ª ed. São Paulo: Departamento Estadual de Estatística, 1941.

fáceis de ocupar e mais propícias à criação de gado (Benincasa, p. 47).

Nos seus registros do interior do Brasil a expedição Langsdorff (1826-1829) conhece de perto a influente rota do ouro e da agricultura ligada a Piracicaba: “Dizem que os campos de Araraquara, estendem-se de Piracicaba até Goiás por sua fertilidade<sup>41</sup>”.

A região dos Campos de Araraquara transformou-se em produtora de alimentos e derivados de leite, que comerciava com Piracicaba, Itu e Porto Feliz (Benincasa, p. 47). É o que atestam Zilly e Lima in: “De sertões, desertos e espaços incivilizados<sup>42</sup>”.

Pelos novos e antigos caminhos constituíram-se muitos povoados paulistas. Fixando moradores ao longo do percurso, as estradas facilitaram a penetração no extenso território e também orientaram as linhas de ocupação. Os viajantes, em número maior à medida que os negócios aumentavam – primeiro da mineração e depois da criação e da agricultura -, criaram as oportunidades do estabelecimento de pousos, arraiais, ranchos, vendas, roças e fazendas.

A povoação mais próxima dos sertões de Araraquara era Piracicaba.

## **QUILOMBOS DOS CAMPOS DE ARARAQUARA**

Em 1817, D. João VI rei de Portugal, ordena que fosse realizado na Capitania de São Paulo, um levantamento das propriedades rurais de todo esse território. Ao “Tombamen-

---

41. SILVA, Danunzio Gil Bernardino (org.). Os Diários de Langsdorff. Vol. II. Trad. Marcia Lyra Nascimento. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997, p. 136.

42. ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão. De sertões, desertos e espaços incivilizados. Rio de Janeiro: Muad, 2001, p. 113.

to” (1818) como fica conhecido o inventário fundiário minucioso, o Departamento de Arquivo do Estado denomina de *Bens Rústicos*, e Maria Celestina Teixeira Torres discorre pormenorizadamente sobre tais propriedades em Piracicaba (1975, p. 51) e nos campos de Araraquara (Ibidem, 59, 78):

O que podemos concluir da análise do Tombamento de 1818 é que os campos de Araraquara abrangem grandes propriedades rurais, maiores do que as de Piracicaba e Santa Bárbara, com predomínio de campos e matas, com fazendas de criar, ausência de engenhos, poucos escravos, e que, de modo geral, não são residências de seus proprietários, que preferem viver na vila (Vila Nova da Constituição) ou em São Paulo, presos a outros afazeres, deixando as propriedades rurais nas mãos de administradores.

Diz ainda (Ibidem, p. 72) que o “Tombamento” se refere a proprietários, administradores e escravos; não há referência ao número de brancos ou de negros e mulatos, nem de agregados. Que no Bairro do Lambari e estrada de São Carlos havia um engenho em pequeno sítio e dois em média propriedade; em compensação das 22 grandes fazendas, 11 não tinham engenhos; apenas três pequenas e duas médias propriedades possuíam escravos (Ibidem, p. 57). Não havia engenhos em Araraquara e na Primeira Fazenda predomina fazendas de criar, conclui.

Assim, o que é evidente é que Vila Nova da Constituição será rodeada de engenhos e canaviais – os três primeiros bairros arrolados no Tombamento de 1818, isto é, Rio Abaixo, Estrada de Itu e Porto Feliz – e, à medida que dela se afastam, os sítios não terão fábricas de açúcar, ou por serem, de fato, pequena propriedades sem grandes recursos, ou por serem campos e matas, formando ex-

tensas áreas de criação de gado, ou, ainda, em virtude da precariedade dos meios de comunicação e transporte, o que levará os sitiantes a cultivarem apenas mantimentos para o consumo. (Ibidem, p. 75, 59).

A agropecuária impulsiona a economia do território dos campos de Araraquara, em detrimento ao engenho e fábricas de açúcar, que ali, portanto, não são encontrados (Ibidem, p. 55):

Das 20 propriedades recenseadas no Bairro de Araraquara e Primeira Fazenda, só três têm área declarada. Em toda a região estas são as únicas fazendas de 16.200 alqueires. E, como nas informações sobre as outras só encontramos referências a campos e matas, com léguas de testada, parece que este é o domínio absoluto da grande propriedade, dos infindáveis campos e matas, das imensas fazendas de criar, onde ainda não teria sido iniciada a cultura da terra.

A lavoura de cana é a principal atividade econômica e estende-se particularmente pelas grandes propriedades, salvo em Araraquara e Primeira Fazenda, onde os campos não atraem ainda os lavradores. E a necessidade de grandes recursos para a montagem dos engenhos parece afastar o pequeno proprietário da indústria açucareira.

Segundo ofício da Câmara Municipal de Constituição à Imperial Junta em seu Livro de Correspondência Oficial (1829-1839) até 1831 havia o registro no Cartório de 1º Ofício de setenta e duas propriedades, sendo 13 delas pertencentes a Araraquara (TORRES, 1975, p. 59).

O “Tombamento” de 1818 em que pese referir-se também a existência de escravos, todavia, ignora e menospreza a existência de quilombos nos campos de Araraquara e na Freguesia de Piracicaba. O período da existência dos mocambos

nos campos de Araraquara abrange de 1750 até 1804. Nem Torres como vemos (Ibidem, p. 59) que enriquece sobremodo com seus trabalhos a bibliografia piracicabana principalmente nas interpretações de propriedade rural local, detém-se nas fontes documentais e de campo neste trabalho, sobre os quilombos na história dos **Campos de Araraquara**.

O que podemos concluir da análise do Tombamento de 1818 é que os campos de Araraquara abrangem grandes propriedades rurais, maiores do que as de Piracicaba e Santa Bárbara, com predomínio de campos e matas, com fazendas de criar, ausência de engenhos, poucos escravos, e que, de modo geral, não são residências de seus proprietários, que preferem viver na Vila (Vila Nova da Constituição) ou em São Paulo, presos a outros afazeres, deixando as propriedades rurais nas mãos de administradores.

Entretanto, os quilombos existentes no caminho de Cuaiabá exigem uma atenção especial das autoridades paulistas ao longo do tempo. O capitão André Dias de Almeida<sup>43</sup> extermina quilombos de origem anterior a 1788, segundo Melo Nóbrega historiador constatado por Alberto Lemos (1972, p. 70):

Já houve quem pusesse em dúvida a veracidade da informação quanto ao quilombo dos rios Jacaré, embora provado que, alhures, no vale do Tietê, se erguera, ao tempo do governo Morgado de Mateus, os sapés de numerosas palhoças de mocambeiros, afinal destruídas pelo Capitão André de Almeida.

---

43. ALMEIDA, André Dias. N. em (Itu, 1730 – Idem, 1780 Ararituaba, SP aos 50 anos). Filho de um homônimo e de Apolônia da Veiga. Capitão mor que presta serviço à colônia militar-presídio Nossa Senhora dos Prazeres na fronteira com o Paraguai, às margens do rio Iguatemi por cinco anos. Chefa quatro expedições de Ararituaba a Iguatemi (1767-1769). Casado com Francisca Leite de Miranda. Explorador dos rios Iguatemi e Avaí.

Diz Nardy Filho (1950, p. 80-81) haver dois grandes quilombos à margem do rio Tietê no caminho de Cuiabá:

Grande número de negros, fugidos das minas, formaram dois grandes quilombos à margem do rio Tietê, no caminho de Cuiabá. Atrevidos e valentes, não se intimidavam em atacar e saquear as pequenas expedições que seguiam para as minas, mesmo como, às vezes, deixavam os seus quilombos e vinham assaltar as lavouras que iam se erguendo à margem desse rio [...].



Fig. 11. Rosa-dos-Ventos no Parque elaborado pelo prof. Noedi Monteiro. Marco Zero dos Campos de Araraquara

André Dias de Almeida é encarregado pelo capitão-general e governador da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha<sup>44</sup> em 1778, de combater e destruir dois consideráveis quilombos à margem do Tietê a incomodar

44. SALDANHA, Martim Lopes Lobo de (1730 – Set. 29, 1788 aos 58 anos). Nascido e falecido em Lisboa. Alcaide-mor de Castelo Ventoso, filho de Jerônimo Lobo de Saldanha (n. Ago. 31, 1694) e de Francisca Luísa Madalena da Silva. Governador da Capitania de São Paulo (Jun. 14, 1775 – Mar. 15, 1782).

a navegação para Cuiabá. Muitos quilombolas foram conduzidos presos a Itu para ser batizados. Havia muitos com mais de 30 anos de idade, o que mostra a antiguidade dos quilombos (Ibid.)



Fig. 12. Aspectos de parte da área do quilombo Corumbatahy atual Parque Histórico. Foto: Antônio Celio Monteiro. Nov. 5, 2000

Em uma correspondência ao padre Gaspar de Freitas Trancoso a 10 out. 1778, André Dias confirma a empreitada de destruir o reduto dos negros: “com setenta homens vou combater dois quilombos” (TABLA; BOTURA, 1991, p. 18). Os bandeirantes incendeiam as habitações (cabanas) dos quilombos em número de 64 em um e 25 noutro (Ibid., p. 18). 57 escravos terminam presos e vendidos cujo lucro é repartido entre os vencedores (Ibid., p. 19).

Alberto Lemos (1972, p. 69) colhe do geógrafo e astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida (1750-1798) a informação de que havia negros fugidos nos Campos de Araquara, isso antes de 1788. O sertanista Manuel Cardoso de

Almeida registra a captura de dois negros de um quilombo dessa região.

Há registros nos ofícios do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha de combate a outros quilombos em Itu (DI, 1956, vol. 81, p. 20, 43-44); Ararituaba, hoje Porto Feliz (Ibidem, p. 174, 187-188); Itapetininga (DI, vol. 83, 1956, p. 103); Parnaíba (DI, 1961, vol. 84, p. 51); na freguesia de Nazaré (Ibidem, p. 169).

O professor Clóvis Moura estudioso de quilombos alista entre os principais do Estado de São Paulo, os dos Campos de Araraquara, como os existentes à margem do rio Tietê, no caminho de Cuiabá<sup>45</sup>.

O quilombo Corumbataí, só entra em foco e nos anais da Capitania paulista, quando da atenção do governo aos alardes da mineração nos campos de Araraquara e da projeção do fato no período.

O piracicabano Cincinato Silva Braga<sup>46</sup> relata a existência de uma sesmaria com o topônimo Quilombo (1894, p. XII) em São Carlos, hoje bairro Babilônia, de propriedade do padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel em 1812, em que habitam escravos fugidos. Há um curso d'água, com o topônimo Ribeirão dos Negros.

---

45. MOURA, Clóvis Steiger de Assis. N. em Amarante, PI, (Jun. 10, 1929 – São Paulo, SP, Dez. 23, 2003 aos 74 anos. Filho de descendente de escrava Francisco de Assis Moura e de descendente do baronato suíço (Steiger) Elvira Moura. Sociólogo, historiador, jornalista, político (PCB), escritor, dicionarista, foi um dos baluartes da militância negra brasileira. Estuda em suas obras a situação do negro no Brasil e reconhece a existência dos quilombos nos campos de Araraquara: “Os quilombos na dinâmica do Brasil”, Edefal, 2001, p. 280; “História do Negro Brasileiro”, Ática, 1989, p. 29; “Acervo: Revista do Arquivo Nacional”, vol. 3, Arquivo Nacional, 1988, p. 115; “A Encruzilhada Orixás: problema e dilemas do negro brasileiro”. Edefal, 2003, p. 66.

46. BRAGA, Cincinato César da Silva. N. em Piracicaba, SP, Jul. 7, 1864 – Rio de Janeiro, RJ, Ago. 12, 1953 aos 89 anos. Filho do Major Domingos José da Silva Braga e Bárbara Augusta César de Matos. Advogado, político, escritor e jornalista. Cincinato deputado federal (1918-1923) e seu par na Câmara dos Deputados Antônio Vicente de Andrade Bezerra (1889 – Timbaúba, PE – 1946, Recife, PE) se envolvem no polêmico projeto de lei n. 291/1921 que proíbe a entrada de imigrantes negros no Brasil.



Segundo Truzzi (2000, p. 22), o topônimo “ribeirão dos Negros” traduz a fonte dos escravos fugitivos que circulam pelos campos de Araraquara e que cujas terras banhadas pelo curso d’água, dão origem à sesmaria batizada com o nome Quilombo.

A razão dos negros fugitivos; de outros exploradores e aventureiros, se explica, pelos rumores correntes de que havia ouro nos campos de Araraquara. Segundo D. Lacerda e Almeida: “Nestes campos que já se vão povoando com fazendas de gado, há negros fugidos que extraem ouro, porque se tem achado sinais disso, o que confirma que os montes sem dúvida têm o mesmo metal” (CORRÊA, 2008, p. 29). Conforme anota ainda Lacerda (1944, p. 95) em seu Diário (Dez. 24, 1788):

Com 3 horas de navegação passei a cachoeira do Banharão e o poço do mesmo nome, que pouco acima está. Navegando mas  $\frac{1}{4}$  de légua, e da parte côncava da enseada, se avistam os montes de Araraquara, em que os quais se representa uma bela cidade. É tradição constante que estes montes há ouro: os que vão de São Paulo para Goiás atravessam estas serras [...].

O primeiro geólogo brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>47</sup> inicia a profissão em Constituição (Piracicaba) em 1820<sup>48</sup>, acompanhado por seu irmão Francisco Andrada. Rea-

47. ANDRADA e SILVA, José Bonifácio. N. em Santos, SP, Jun.13,1763 – Niteroi, RJ, Abr. 6, 1838 aos 75 anos. Filho de Benedito José Ribeiro de Andrada e Maria Bárbara da Silva. Naturalista pela Academia Real de Ciências de Lisboa e Lente da Cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra. Nomeado intendente geral das Minas e Metais do Reino de Portugal por carta régia de 18 Mai. 1801 pelo governador D. Rodrigo César.

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Santos, SP, Abr. 19, 1775 – Idem, Fev. 23, 1844 aos 69 anos. Político brasileiro matemático e filósofo graduado pela Universidade de Coimbra (Jul. 27, 1798).

48. BOLETIM DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – IGC. Edição 41, Geologia do Estado de São Paulo. São Paulo: IGC, 1964, p. 56.

liza pesquisas mineralógicas sobre Santos, Itu e Piracicaba<sup>49</sup> e por todo o país.

Assim se manifesta sobre as minas de no morro de Araraquara sob o olhar da história da ciência (CORRÊA, 2008, p. 29 apud CARNEIRO, 1977, p. 104):

Uma tradição antiga e constante, em alguns pontos novamente verificada, diz que aquele monte (Araraquara) é aurífero, assim como o ribeirão da Cruzes e Piracicaba. Ouvi de uma pessoa verdadeira, que os pastores de Major Carlos de Arruda Botelho cuja fazenda é encostada ao monte de Araraquara, tem algumas vezes achado, em diversos pontos da sua extensão, folhetas d'ouro de 10 a 12 onças. Igualmente, ouvi, que há muito ouro e diamantes nos rios Jacaré-Pipira e Jacaré-Guaçu.

José Bonifácio é reconhecido pela contribuição do estudo do desenvolvimento de um solo podsolizado (fertilidade do solo) da região de Piracicaba<sup>50</sup>.

Por fim, publica em 1823, "Viagem Mineralógica Realizada na Província de São Paulo."

André Dias Almeida em 1766 (Lemos, 1972, p. 69-70) ao comando de uma expedição de socorro à Praça de Iguatemi também se expressa sobre o ouro do morro araraquarense:

Abaixo deste rio (Piracicaba) cinco dias de viagem, ao mesmo lado, está o Jacaré-Pepira e terá de lar-

---

49. Itinerário da viagem partindo de Santos, SP, (Mar. 23, 1820): passam por Cubatão, visitam Santo André, São Paulo, Santo Amaro, Cotia, São Roque, Aparecida, Sorocaba, Ipanema, Itu, Pirapora, Santa de Parnaíba e Piracicaba. PADILHA, Rodrigo Bastos. A Escola Politécnica e a transformação de São Paulo. (Tese de Doutorado em História da Ciência). São Paulo: PUC, 2015, p. 13 apud BARBOSA, M. Jazidas e minas de ouro e outros metaes e pedras preciosas existentes no Estado de S. Paulo. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1892, p. 26-50.

50. BOLETIM DA DIVISÃO DE GEOLOGIA E MINERALOGIA. Fascículos 251-255. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1970, p. 51.

gura quatro braços, e abaixo deste, em pouca distância, está outro do mesmo nome (Jacaré-Guaçu) e outro tanto mais largo, ambos com as suas vertentes ao mesmo rumo de Piracicaba; e contam os meus antepassados que num deste rio há grandes haveres de ouro descobertos por um sertanista, porém nunca puderam topar com o lugar deste tesouro os que o foram procurar, em razão de haverem falecido os práticos daquele tempo e nação haver mapa; mas eu creio que nunca conseguiram esta diligência por não calcularem a extremidade do mesmo rio, receosos de encontrarem os habitantes de um formidável quilombo que naquelas alturas se acha, de negros fugidos e homens criminosos de Minas Gerais e também de Capitania de São Paulo, como confessaram dois negros que do mesmo quilombo se apanharam nos campos de Araraquara, em uma ocasião em que por eles andava uma bandeira de mandado do sobredito Exmo. D. Luís Antônio a descobrir o caminho de terra para o referido presidio de Iguatemi.

Para preservar a aludida mineração Provisão (Out. 19, 1781), Livro 21, de Sesmarias Patentes e Provisões, folhas 117 nomeia como guarda-mor do Morro de Araraquara a Antônio Francisco Luz que não fica muito no posto e cede lugar para João Martins de Barros (TABLAS; BOTURA, 1991, p. 19), fundador do forte de Iguatemi.

O guarda-mor Luz em carta (Jun. 12, 1782) solicita ao governador da Capitania Francisco da Cunha e Menezes<sup>51</sup>, um parecer sobre a possível mineração nos campos araraquarenses. (DI, vol. 85, 1961, p. 56). O tenente da cavalaria dos Voluntários Reais Manuel José Velho recebe a incumbência

---

51. MENEZES, Francisco da Cunha. Santa Maria da Graça, Setúbal, Portugal, Abr. 10, 1947 – Lisboa, Portugal, Jun. 12, 1812 aos 65 anos. Filho de José Feliz da Cunha Menezes e D. Constança Xavier de Menezes. Governador da Capitania de São Paulo, de Mar. 16, 1782 - Mai. 14, 1786; da Capitania da Bahia (1802-1805); governador da Índia (1786-1794).

do governador (Ago. 28, 1782) para uma averiguação de todos os córregos da região em foco para a confirmação das grandes riquezas que se atribuem ao morro (Ibidem, p. 15). Preocupa-se o governo, com um possível interesse na exploração do potencial da bacia hidrográfica araraquarense – rios: do Ouro, Jacaré-Pepira, Jacaré-Guaçu, Chibarro, ribeirões das Cruzes, Córrego Rico, já que a grande extensão territorial atraía gente de toda parte no século XVII.

### **QUILOMBO URBANO CORUMBATAHY (1750-1804)**

Com a proliferação de quilombos pelo Brasil, o rei D. João V (1689-1750) consulta o Conselho Ultramarino (1640-1833), em Dez. 2, 1740 (TOMÁS PEDREIRA, 1962, p. 79) para se estabelecer o reconhecimento de um quilombo. Respondem os doutores do Conselho que a reunião de cinco negros configura um quilombo. Publica-se Alvará a respeito na Chancelaria mor da Corte e Reino. Lisboa Ocidental, Mar. 7, 1964.

O quilombo urbano Corumbataí vem à tona com a carta do capitão-general Francisco da Cunha Menezes datada de 28 ago. 1872 (DI, vol. 85, 1961, p. 66) sobre os vestígios de um quilombo de negros fugidos “nos campos de Piracicaba junto ao morro de Araraquara, que andavam minerando” (extraíndo ouro). Recomenda sua destruição ao capitão Joaquim de Meira Siqueira<sup>52</sup> sogro do sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho que na virada do século XIX destrói o reduto.

---

52. SIQUEIRA, Joaquim de Meira de. São Vicente, SP n. 1747. Filho de José Meira de Santa Maria e Margarida Coelho de Siqueira. Capitão-mor da Freguesia de Piracicaba nomeado a Dez. 8, 1786, comanda de Set. 11, 1798 a Fev. 1<sup>o</sup>, 1803. Casado (1744) com a ituana Maria de Oliveira Cordeiro n. 1727. A filha do casal Maria de Meira Siqueira (n. 1747) desposa (1767) em Itu pelo Sargento-mor Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho (Itu, 1740 – Piracicaba, SP, Fev. 8, 1815 aos 75 anos); filho de João de Arruda Botelho e Eugênio Pinto do Rego. Latifundiário, o sargento-mor comanda Piracicaba (Set. 11, 1798 – Fev. 1, 1803).

Consta me, q. nos campos de Piracicaba junto do morro de Araraquara achara Vm.<sup>ce</sup> vestígios de Quilombo de Negros fugidos, q. andavão mineirando o q. denota haver grandeza de oiro naquela situação: e porq. o haver Descubertos será no prz.<sup>te</sup> tp.<sup>o</sup> o melhor meyo de subssistir esta capitania: Ordeno a Vm.<sup>ce</sup>, q. logo q. receber esta, me remeta húa individual relação deo q. alcançou no referido contine.<sup>te</sup>, assim, das forças do d.<sup>o</sup> Quilombo p.<sup>a</sup> se darem as positivas providencias p.<sup>a</sup> a sua destruição, como do q. indica o terreno p.<sup>a</sup> extracção do oiro. Deos g.<sup>e</sup> a Vm.<sup>ce</sup> S. Paulo a 28 de Agosto de 1782.  
// Francisco as Cunha e Menezes. //

A trajetória marcante desta territorialidade quilombola urbana piracicabana, uma das mais antigas do interior do Brasil e do Estado de São Paulo, ao tempo em que vige a capitania paulista e o apogeu de ocupação quilombola nos campos de Araraquara, gira em torno de 1750. Atesta-se isso, como já vimos, quando o capitão André Dias de Almeida destrói os dois grandes quilombos existentes à margem do rio Tietê no caminho de Cuiabá, em 1788. Captura e leva para Itu numerosa leva de negros, que vivem nos redutos tão antigos, que muitos ali nascidos, tinham mais de 30 anos de idade (NARDY FILHO, 1950, p. 81 apud LEMOS, 1972, p. 72-73).

O mocambo é descrito como estando “nas cabeceiras do rio Corumbataí para as partes de Araraquara”. Afirmção corroborada pelo próprio sargento-mor que põe fim ao reduto em abril de 1804, Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho. A sede do quilombo tinha como indicação o deságue do rio Corumbataí no Piracicaba, também início geográfico dos Campos de Araraquara, atual área do Parque Histórico Quilombo Corumbataí (Loteamento Parque de Santa Terezinha). As atividades microeconômicas do quilombo giram em torno do extrativismo e da agricultura de subsistência: milho, mandioca, cana-de-açúcar e outros produtos, e do intenso comér-

cio (escambo) com viajantes, que por ali passam a caminho do sertão de Araraquara e de Goiás, como mascates, caixeiros e viajantes de toda natureza em trânsito nas proximidades. Havia um porto e um posto de baldeação na atual área da fábrica de papel Klabin (MONTEIRO, 1998, p. 2), lembrando. Havia uma rede de comércio entre os escravos e os comerciantes locais, principalmente com relação à produção de lenha, madeira e aguardente.

Os quilombos não necessariamente estão todos em serras, matas fechadas, locais de difícil acesso. Muitos localizam ao redor de fazendas, de comércios, de grandes centros urbanos, ou mesmo em cidades como o Leblon, o Senna (São Cristóvão) no Rio de Janeiro; o quilombo do Silva em Porto Alegre (RS). São quilombos urbanos como Corumbataí.

Ao tempo do quilombo a região era rica em vegetação com densas matas, cerrado e muita madeira de lei: guarantã, jequitibá, guarita, quarantã, figueiras enormes jatobá, guaraiuva, pindaíba com frutas vermelhas, arauca, guararuba, ipês, canela, paus-ferro, ximbó, capoíba (pau-de-óleo), aroeira, paus-d'alho, cabreutinga, cedro, peroba e jacarandá (MONTEIRO, 1998-2001, p. 27). O comércio de madeira se intensifica com a navegação fluvial no rio Piracicaba (1872-1945). O corte de madeira em Piracicaba em 1811 é objeto de conhecimento do governador Antônio José da Franca e Horta e tem o sargento-mor reformado Carlos Bartolomeu no cerne da questão. Tenta ele impedir o desmatamento de um terreno que não era de sua propriedade (DI, vol., LIX, 1937, p. 278-279). Foi ouvido na ocasião pelo bacharel Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) e pelo vigário colado Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. O terreno é reconhecido como público.

No quadro Quilombos em São Paulo (1722-1832) do professor Flávio dos Santos Gomes Piracicaba figura com reduto

entre 1802-1804<sup>53</sup>. O quilombo urbano Corumbataí é destruído em 1804.

Há alusão ao quilombo de Piracicaba ou aos campos/morro de Araraquara em várias obras como, por exemplo: WOLKMER, Antônio Carlos. **Humanismo e cultura jurídica**. Florianópolis: Fundação José Artur Boiteux, 2003, p. 133; BOWSER, Benjamin. **Racism and anti-Racism in World Perspective**. Vol. 13. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995, p. 238. (Sage Series on Race and Ethnic Relations); LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 180; ZWETSCH, Roberto. **500 anos de invasão, 500 anos de resistência**. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992, p. 180.

Encontramos em “Vida Quotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)<sup>54</sup>” do historiador Aluísio de Almeida ser fundamental para a instalação do quilombo estrategicamente a geografia do lugar escolhido com vista à proteção do reduto como a disposição natural para a sobrevivência dos quilombolas.

Pela toponímia dos rios e montanhas, houve quilombos no município de Santos, no termo de São Luiz do Paraitinga, nas freguesias de Atibaia, Piracicaba, no termo de Sorocaba e de Porto Feliz, nos vales de Jacupiranga e do Juquiá. Pela crônica os principais foram um sertão no Tietê abaixo, outro no Paranapanema. O sargento mor de Porto Feliz, André Dias de Almeida, destruiu aquele.

Nota-se que tanto os campos de Itapetininga como os de Araraquara atraíram quilombos.

---

53. GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)*. São Paulo: Editora Unesp/Editora Polis, 2005, p. 356.

54. ALMEIDA, Aluísio. *Vida Quotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)*. São Paulo: Editora Pannartz, 1975, p. 22-23.

Antônio José de França e Horta<sup>55</sup>, governador de São Paulo encarrega ao sargento mor de ordenanças Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho para pôr fim ao quilombo urbano Corumbataí (DI, vol., 70, 1937, p. 275, 286):

O Illmo. <sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Snr General manda louvar muito a Vmce. O cuidado q. teve de lhe participar pela sua carta de 5 do preze, mez, a fermentação em q. os Negros estavão p.<sup>a</sup> se aquilombarem, e conciderando ser preciso quanto antes invistilos e acatacalos, não lhes dando com o tempo força p.<sup>a</sup> se arrojamem a maiores insultos, há por bem encarregar a Vmce. Essa expedição, para a qual lhe dá os poderes competentes, afim de haver do Senhores dos escravos fugitivos, que se apanharem, a despeza da Polvora, bala e mantimentos que fizer como cabo della; no que tudo confia o mm<sup>o</sup> Sr. Se haja Vmce. Com toda a inteireza e Justiça, dando-lhes logo conta do resultado desta deligencia q. lhe há pr. mt.<sup>o</sup> recomendada. Ds. Ge a Vmce S. Plo. 31 de Com. De 1804. Luis Ant.<sup>o</sup> Neves de Carv.<sup>o</sup> Sr. Sargento Mor Carlos Bartolomeu de Arruda Comde.

Requer ainda, o governador, a concorrência do Capitão Francisco Franco da Rocha<sup>56</sup> (DI, 1937, p. 287), comandante da freguesia para o combate ao reduto:

55. FRANÇA e HORTA, Antônio José de. N. em Faro, Lisboa, Portugal (Set. 4, 1753 – Idem, 1823). Filho de João Carlos de Miranda e Horta e Maria Benta Tezera Jacinta de França Cortereal. Governador de São Paulo (Jan. 10, 1802 – Out. 31, 1811) exceto em 1808 de junho a outubro. Verificando o DI (1808-1822) livro nº 58 do Arquivo do Estado p. 15-19 nota-se a assinatura de França e Horta, em documentos até (Ago. 25, 1808). Uma nova assinatura (Out. 13, 1808) em diante. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937. No volume 57 do DI, França e Horta, interrompe a assinatura de documentos (Jun. 7, 1808). Reaparecendo (Out. 4, 1808) p. 295-296.

56. ROCHA, Francisco Franco. Itu, SP, 1744 – Piracicaba, SP, Jun.. 23, 1813, aos 69 anos. Filho de João Franco da Rocha e Maria de Frias Taveira. Rocha comanda a Freguesia de Piracicaba (Fev. 1, 1803 – Abr. 23, 1811) e as ordenanças locais. Afasta-se por motivo de saúde em 1804. Retorna mais tarde e pede demissão do cargo (Mar. 13, 1811).



O Illmo.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Snr Gal. Houve PR. Bem encarregar ao S. M. Carlos Bartolomeu de Arruda de atacar hum Quilombo de Negros Fugitivo, e lhe deu ordem pa. Conduzir comsigo a gente q. lhe fosse necessária, o q. paricipo a Vmce. PR. Q. não só o não embarace, mas anates lhe preste todo o auxilio q. puder pa. Tão interessante deligencia. Ds. Ge. A Vmce. S. Plo. 21 de /abril de 1804. = Luis Antônio Neves de Carvalho = Snr. Franco. Franco da Rocha Capm. Comde. Da Freguezia de Piracicaba.

O temido quilombo até mesmo para experientes capitães-do-mato ou capitães-do-campo dá muita dor de cabeça para a milícia local comandada pelo sargento mor, Carlos Bartolomeu e ao então capitão general França Horta. O governador dá poderes ao sargento para nomear as pessoas com expertise para semelhantes empresas (DI vol. 55, 1937, p. 276). O mocambo havia resistido a várias incursões.

O quilombo, por fim, é destruído em abril de 1804. Carlos Bartolomeu teve ajuda de força militar da Capitania de São Paulo para obter êxito na campanha. O mocambo é descrito em fontes oficiais como estando “nas cabeceiras do rio Corumbataí para as partes de Araraquara” afirmação corroborada pelo próprio sargento mor, que combate e põe fim ao reduto. A localização da sede do quilombo abrange as áreas do Parque Histórico Quilombo Corumbataí (loteamento Parque de Santa Terezinha) à margem direita do Corumbataí na extensão compreendida da ponte da SP-147 Rodovia Geraldo de Barros sobre o Rio Corumbataí, Avenida Nossa Senhora do Carmo, Rua Adelmo Cavagioni, Ponte Moacyr Bernardino e da Passarela Leonor Bernardino Cavagioni.

## **DE ÁREA DE RESISTÊNCIA À REVITALIZAÇÃO URBANA**

Esta é a trajetória marcante anotada de um dos espaços e

territorialidade quilombola mais antigo do interior do Brasil e no Estado de São Paulo localizado em Piracicaba ao tempo de vigência da capitania paulista, e do apogeu da ocupação de quilombos nos campos de Araraquara, em torno de 1750. Os negros já fugiam de seus senhores desde que tornados escravos.

A presença do negro em Piracicaba esta registrada nos anais oficiais 34 anos antes da fundação da cidade em 1767. A primeira notícia sobre escravos em Piracicaba data de 21 abr. 1733 nos termos que seguem:

Pr. Roiz Neves se acha inda em peracicava, donde lhe fugiram sete negros q.e não eatar já nesta v.a He por esperarem lhe paresam pr. Se re disse q. avia ir a conquista e já lhe escrevy dando-lhe p.te dpq. V.ex. ça ordenava tabém M.el Ferr.a de arzaam me mandou dizer sahia p.a fora p.a se alistar (GUERRINI, 1970, I, p. 10).

A coroa portuguesa definia oficialmente o que é um quilombo (Mar. 6, 1741) desta forma: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles<sup>57</sup>”.

A preocupação dos brancos com a força dos escravos se reunirem para uma revolta rondava os arraiais. Exemplo disso dá um delegado de Polícia de Campinas em 1865 ao escrever temerosamente ao presidente da província temendo insurreição escrava<sup>58</sup>:

A escravatura deste município é copioso, as fazendas estão amontoadas todas, umas nas vizinhanças das outras e em pequeno número de fazendas assim unidas,

57. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Outubro/Dezembro de 1962, p. 79.

58. COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo: Editora Unesp, 1988, p. 360. Biblioteca Básica

poder levantar com facilidade uma força de 2000 escravos, que é bastante para assolar uma população quase sem meios de defesa.

Precavendo situações como essas há 124 anos se estabeleciam definições para os quilombos<sup>59</sup>.

A existência de quilombos imprimia tal receio aos brancos, que qualquer ajuntamento de escravos fugidos já era como tal considerado, não importando seu número diminuto. Consoante Provisão de 6 de março de 1741, “Era reputado quilombo desde que se achavam reunidos cinco escravos”.

O artigo 20 do Código de Posturas da Cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul aprovado pela Lei Provincial nº 157 de 09 ago. 1848 definia que “por quilombo entender-se-á a reunião no mato oculto, mais de três escravos”.

A lei nº 236 (Ago. 20, 1847), aprovada pela Assembleia Provincial do Maranhão entende que “reputar-se-á escravo quilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho”.

O Parque Histórico Quilombo Corumbataí é uma revisita à terra afro-ameríndia do distrito de Santa Teresina. É temático; foi criado pela Lei municipal nº 6.607 (Dez. 7, 2009) em que se reconstitui a trajetória e a importância dos CAMPOS DE ARARAQUARA'. Os elementos europeus, indígenas e africanos forjaram o histórico do Distrito de Santa Teresinha assim denominado pela Lei Estadual nº 8.092 (Fev. 28, 1964). Antes Santa Teresinha pertencia a Vila Rezende de Piracicaba.

Transcende a primeira menção do lugar (Corumbatahy)

---

59. GOULART, José Alípio. Os Quilombos. In: Revista Brasileira de Cultura, vol. 6. Brasília, 1970, p. 121-141.

nos anais da Câmara Municipal (Abr. 30, 1823), livro 1, fls. 20, como bairro de Piracicaba. A mudança do nome “Corumbataí” para Santa Teresinha esta com “z” no Ato 102 (Jan. 2, 1936) do prefeito municipal Coronel Joaquim Norberto de Toledo (1863-1940), gestão (Nov. 9, 1933 – Jun. 2, 1936), para diferenciar do Distrito de Corumbataí pertencente ao Município de Rio Claro criado pela lei estadual nº 1.669 (Nov. 27, 1919).



Fig. 14. Área de caminhada do Parque Histórico.  
Foto: Noedi Monteiro. Nov. 26, 2016

A partir de 1988 mais empenhadamente pela comemoração do Centenário da Abolição se intensifica o clamor e a luta pela recuperação da área (quilombo Corumbatahy) na forma de um parque, justificando o “sítio detentor de reminiscência histórico dos antigos quilombos” previsto no Artigo 216, inciso V, parágrafo 5º da Constituição Federal; no Artigo 265, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Piracicaba de 1990; no Artigo 18, parágrafo único do Estatuto da Igualdade Racial – Lei federal nº 12.288 (Jul. 20, 2010); e nas leis federais 10.639 (Jan. 9, 2003) e 11.645 (Mar. 10, 2008).

A repórter da EPTV Edlaine Garcia nas décadas de 80 e 90 acompanha com matérias todo o desafio para recuperação do espaço.

O prefeito municipal tomando conhecimento do projeto da revitalização do espaço torna isso uma realidade.

O vereador Walter Ferreira da Silva (1951-2011), o conhecido “Pira”, apresenta o projeto de lei nº 295 (Out. 7, 2009) denominando o Parque Histórico Quilombo Corumbataí.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Aparecida J. G. **Araraquara**: aspectos de sua História. Araraquara: Edição da Autora, 2003.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Caminhos ou estradas e as migrações**. Separata da Revista Investigações. Ano IV. Nº 46. Novembro-Dezembro de 1952.
- ALVES, Odair Rodrigues. **Homens que Governaram São Paulo**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1986.
- ARCHIVO OFFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventários e Testamentos**. Vol. XV. São Paulo: Typ. Piratinin-ga, 1921.
- AUGUSTO, Joaquim. **Almanaque de S. Carlos 1905**. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial; São Carlos: EdUFSCar, 2007. (Coleção Nossa História)
- BARCELLOS, João. **Morgado de Mateus**: Um Fidalgo Português na Casa Bandeirante. São Paulo: Edicon, 2004.
- BARCELLOS, João. **Morgado de Matheus**: o grande governador de S. Paulo. São Paulo: Centro de Arte e Cultura Artesanal, 1992.
- BELLOMO, Harry Rodrigues; BARCELOS, Diego Vargas; BARCELOS, Vagner. **Dicionário Biográfico do Brasil Colônia**. Porto Alegre: Editora Suliani, 2014. (Letra & Vida)

- BELLOTTI, Heloísa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775.** São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BENINCASA, Vladimir. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930.** São Carlos EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- BOTELHO, Antônio Carlos de Arruda. **Primeiro Centenário da Cidade São Carlos do Pinhal: seu idealizador, seu fundador e colaboradores.** Separata Atualizada do Livro Grandes de Corpo e Alma: Fundadores de Cidades com Emendas e Aditamentos. São Paulo: Editora Cupolo, 1956.
- BRAGA, C. S. Cincinato. Contribuição ao estudo da História e Geographia da Cidade e Município de São Carlos do Pinhal. In: **Almanach de São Carlos para 1894.** AUGUSTO, Joaquim (org.). São Carlos: Typographia Andina, 1894, p. XII.
- CAMARGO, Theodoretto de. **Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e município de São Carlos: Almanach-Album de São Carlos 1916-1917.** São Carlos: Typographia Artística, 1917, p. 6.
- CARNEIRO, David. **A Vida Gloriosa de José Bonifácio de Andrade e Silva e sua Atuação na Independência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Araraquara 1720-1930: um capítulo da história do café em São Paulo.** Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2008.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Série Estudos 2ª. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969. (Coleção Cultura Brasileira)
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo 1880-1945.** Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1971. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

- DOCUMENTOS INTERESSANTES (1802-1804). Vol. LV. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/IHGSP, 1937.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES (1782-1786). Vol. 85. São Paulo: Departamento do arquivo do Estado de São Paulo, 1961.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES (1778-1779). Vol. 81. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1956.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES (1780-1782). Vol. 82. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1956.
- PFROMM NETO, Samuel. **Dicionário de Piracicabanos**. São Paulo: PNA/IHGP, 2013.
- GORDINHO, Margarida Cintra. **A Casa do Pinhal**. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadri-nhos**. (2 volumes). Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.
- LACERDA e ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de Viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- LEMONS, Alberto. **História de Araraquara**. Araraquara: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria/Prefeitura Municipal de Araraquara, 1972.
- LUKESCH, Anton. **Mito e Vida dos Índios Caiapós**. Trad. Trude Arneitz Von Laschan Solstein. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- MACHADO JR. Armando Marcondes. **Divisão territorial do Estado de São Paulo; Governantes do Estado de São Paulo; Presidentes da República**. 2<sup>a</sup>- ed. São Paulo: Conam, 2001.

- MADUREIRA, Maria de Annuniação. **Ocupação inicial dos campos de Araraquara**. [http://www.casadopinhal.org.br/documentos/jornal/n03/artigos/ocupacao.html#\\_ftn-ref10](http://www.casadopinhal.org.br/documentos/jornal/n03/artigos/ocupacao.html#_ftn-ref10)> Acesso em: 22 mai. 2011.
- MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MAGALHÃES, Wanda Moreira. **Eleitores e Eleitos: os agentes do Poder em Campinas, na Segunda Metade do Século XIX**. Tese (doutorado). FFLCH, USP, 1992.
- MESSIAS, Roseane Carvalho. **O cultivo do café na boca do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição - 1830-1888**. São Paulo, Unesp, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Moções e Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Editora Schwarc, 2014.
- MARTINS, Gilson Rodolfo. **Forte de Iguatemi: sua construção e importância na definição dos limites territoriais brasileiros ano 1767**. In: **Revista Arca**, nº 3; Campo Grande: Visuarte. Dezembro de 1992.
- MARQUES, Manoel Eufrázio de Azevedo. **Apontamentos Históricos, Geográficos, biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879.
- MELLO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição - 1830-1888**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MOURA, Clóvis. **A encruzilhada dos Orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro**. Maceió: Ufal, 2003.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios)



- MOURA, Clovis. **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: Ufal, 2001.
- NARDY FILHO, Francisco. **A Cidade de Itu**. (6 volumes). Itu: Ottoni Editora, 2000.
- NEME, Mário. **Aposseamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba**. Série de História, Vol. I. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974a. (Coleção Museu Paulista)
- NEME, Mário. **Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo**. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XXIII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.
- NEME, Mário. **Dados para a história dos índios caiapó**. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XXIII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.
- NEME, Mário. **Fundação de Piracicaba**. In: Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº LXVI. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.
- NEME, Mário. **História da Fundação de Piracicaba**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974b.
- NEME, Mário. **História de Piracicaba**. Piracicaba: J. Mendes Fonseca, 1943.
- NEME, Mário. **O primeiro colonizador de Piracicaba**. In: Separata da Revista Investigações. Ano IV, Agosto 1952, Nº 44. São Paulo: Tip. do Departamento de Investigações.
- NEME, Mário. **Piracicaba Documentário – 1936**. Piracicaba: Editor João M. da Fonseca, 1936.
- NEME, Mário. **Piracicaba no século XVIII**. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Vol. 45. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1938.
- NEME, Paulo Dias. **Documentos Históricos: Descobrimentos de Piracicaba e os Bandeirantes paulistas**. São Paulo: K.M.K. Artes Gráficas e Editora, 1992.

- NEVES, Ary Pinto das (org.); BRUNO, Júlio. **São Carlos na esteira do tempo**. São Paulo: Imprensa Oficial; São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. **Quadro Histórico da Província de São Paulo**. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. A. Marques, 1864.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. **Repertório das Sesmarias**. Edição Fac-similar. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1994.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil**. Vol. II. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/ Livraria José Olympio Editora, 1970. (Coleção Documentos Brasileiros)
- SETÚBAL, Paulo. **O ouro de Cuiabá**. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1993.
- SETÚBAL, Paulo. **Os Irmãos Leme**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1941. (Coleção Documentos Brasileiros, 31)
- SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Orgs.). **Diário da Navegação de Theotônio José Juzarte**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2000.
- VEIGA, Jair Toledo. **Piracicaba no século XIX**. In: Diário de Piracicaba, 1º de Agosto de 1963.
- TABLAS, Heusner Grael; BOTURA, Nelson Natal. **Achados Históricos de Mineiros do Tietê**. Piracicaba: Shekinah Editora e Gráfica, 1991.

- TAUNAY, Afonso de E. **Relatos Sertanistas**. Vol. 34. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil – Nova Série).
- TOMÁS PEDREIRA, Pedro. **Os Quilombos**. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIV, out./dez. 1962, n. 4. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. **Um lavrador Paulista do tempo do Império**. In: Separata da Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXII, 1968. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Departamento de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império**. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.
- TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria. São Carlos: 1850-1950**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.
- WARREN, Dean. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Trad. Valdivia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História Costumes de São Paulo. Correspondências interna do Governado Rodrigo César de Meneses (1721-1728). Vols. XX e XXI. São Paulo: Departamento de Archivo do Estado de São Paulo – DAESP, 1896.

Acervo IHGP: Ponte do Mirante, 1920



Formação étnica de  
Piracicaba

## Breve estudo da presença tirolesa em Piracicaba

*João Luis Franchi*

Licenciado em Geografia pela UNESP

### RESUMO

DENTRO DAS COMEMORAÇÕES DOS 250 anos da fundação de Piracicaba – a ser celebrada em 2017, não se poderia deixar de lado detalhar a epopeia dos tirolezes que aqui chegaram durante o século XIX, presença que veio a engrandecer a cultura piracicabana com seus costumes, língua, religiosidade e trabalho. A distância do centro urbano de Piracicaba acabou, de certo modo, por colaborar com a preservação de suas festas e de seu patrimônio cultural imaterial, além do próprio dialeto trentino.

**Palavras-chave:** Imigração tiroleza; Bairros Santana e Santa Olímpia; cultura e tradição.

## CONHECENDO O TIROL

O Tirol é uma região histórica da Europa que atualmente inclui o Estado do Tirol, no oeste da Áustria, cuja capital é Innsburck, e a Região Autônoma Trentino-Alto Adige, no norte da Itália, que se subdivide desde 1920, em Província Autônoma de Trento e Província Autônoma de Bolzano.

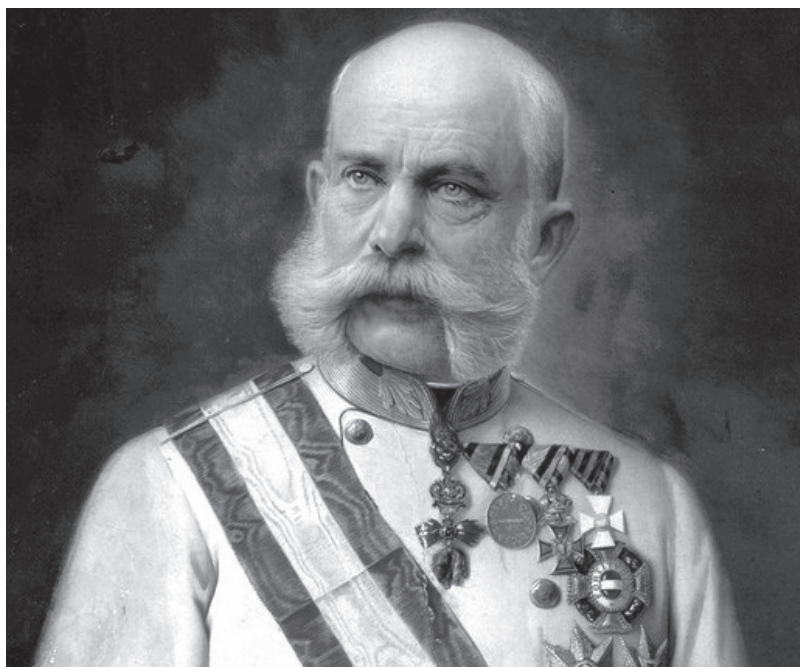
Habitada por tribos célticas na antiguidade e pelos récios desde o século I a.C, foi importante rota – já na época romana, ligando o mundo latino e o mundo germânico, especialmente pela ligação terrestre conhecida por Passo Brenner, nos Alpes, mas a história do Tirol começa nos séculos centrais da Idade Média, com o Principado Episcopal de Trento, e foi durante a Idade Média e Moderna um Estado autônomo dentro do Sacro Império Romano-Germânico.

Do fim do século XIV até o encerramento da I Guerra Mundial, em 1918, com exceção do período napoleônico, a região tornou-se um dos principais domínios da Casa dos Habsburgo (imperadores do Sacro-Império da metade do século XV até 1806, depois imperadores da Áustria e do Império Austro-Húngaro).

No fim da I Guerra Mundial, as tropas do Império Austro-Húngaro foram derrotadas na Batalha de *Vittorio Veneto*, sendo que os territórios do então Condado do Tirol, ao sul da vertente alpina, foram anexados ao Reino da Itália.

O Tratado de Saint-Germain-em-Laye, de 1919, estabeleceu que a parte meridional do Tirol seria cedida ao Reino da Itália, o que incluía não apenas a região italianófona do Tirol, chamada então Trentino, mas a parte germanófona hoje conhecida como província Autônoma de Bolzano. Assim, tal





Francisco José I, que governou o Império Austro-Húngaro por 68 anos, em pintura de 1910. Foto: Wikipedia.

### **A IMIGRAÇÃO AUSTRIACA E TIROLESA PARA O BRASIL**

A imigração tirolesa para o Brasil, basicamente, compreende o período entre 1857 e 1933, quando colônias ou comunidades foram se espalhando pelos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Frequentemente é confundida e, até erroneamente inserida dentro da grande imigração italiana, contudo, convém lembrar até 1918, o Tirol histórico pertencia ao Império Austro-Húngaro, e com o fim da I Guerra Mundial, é que veio a divisão do território entre Itália e Áustria.

Segundo Leme (2001), consta que entre 1872 e 1914, chegaram ao Brasil procedentes da Áustria, mais de setenta e oito mil austríacos, parte deles tiroleses, sendo que cerca de



vinte e quatro mil e quatrocentos imigrantes foram para as fazendas paulistas, especialmente de café, e principalmente, dirigiram-se para Santa Catarina.

Em 1857, 181 imigrantes austríacos de origem tirolesa de língua alemã, que na época, pertenciam ao Império Austro-Húngaro, chegaram a Santa Leopoldina, no Espírito Santo, e juntamente com imigrantes suíços e alemães, formaram uma das maiores colônias na época do Brasil Imperial, recebendo, inclusive, a visita do Imperador D. Pedro II, em 1860. A Colônia Tirol, em Santa Leopoldina, marca o início da chegada dos tiroleses ao Brasil.

Ainda no Espírito Santo, em 1874, chegaram os austríacos de origem tirolesa de língua italiana, posteriormente chamados de trentinos, que se estabeleceram em Venda Nova do Imigrante.

A partir de então, os tiroleses passaram a se fixar nos Estados da região Sul e no Estado de São Paulo, particularmente, em Piracicaba.

A imigração mais recente ocorreu em 1933, em Treze Tílias, em Santa Catarina, com tiroleses de língua alemã saídos do Tirol austríaco e da Província de Bolzano.

Eis as principais colônias e comunidades tirolesas espalhadas pelo Brasil e suas datas de fundação:

1857-1859 – Colônia Tirol – Santa Leopoldina / ES.

1874 – Venda Nova do Imigrante / ES.

1875 – Rio dos Cedros / SC, Rodeio / SC, Nova Trento / SC.

1875 – Tuity e Linha Leopoldina – Bento Gonçalves /RS, Caxias do Sul / RS.

1878 – Santa Maria do Novo Tirol – Piraquara / PR.

1892 – Santa Olímpia – Piracicaba / SP.

1893 – Santana – Piracicaba / SP.

1933 – Treze Tílias / SC

## **A FUNDAÇÃO DOS BAIROS TIROLESES DE SANTANA E SANTA OLÍMPIA**

A chegada dos tirolezes à Piracicaba no final do século XIX está inserida dentro de uma crise econômica e humanitária que atingia o continente europeu, com repercussões no grande número de emigrantes que deixaram a Europa para o novo mundo e outras parte do planeta.

LEOPOLDINO (2009), relata:

“A crise econômica que atingia os camponeses italianos e austríacos no final do século XIX favoreceu sua emigração para o Brasil. Do lado austríaco, a maioria do contingente humano era representada por tirolezes de língua italiana, ou seja, trentinos” (Lepoldino, 2009, p.71).

Os imigrantes tirolezes foram atraídos pela interrupção temporária da imigração alemã, pela oferta de trabalho na lavoura brasileira devido ao fim da escravidão, pela proximidade da família imperial brasileira com a corte austríaca, bem como, impulsionados pela escassez de trabalho e miséria que se instalara na Europa devido à depressão agrícola daquele período.

A fazenda Sete Quedas, em Campinas, de propriedade do Visconde de Indaiatuba, assim como a Fazenda Ibicaba, representaram um papel importante na história da imigração no século XIX. Em 1877, a fazenda começou a receber os tirolezes – cerca de trezentos e cinquenta, que eram reconhecidos pela sua moralidade, religiosidade, união e amor ao trabalho e trabalhavam sob o regime de parceria.

Eis o relato de Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, sobre os tirolezes em 1879:

*“Verificada a violenta campanha da Alemanha contra a emigração de seus habitantes para o Brasil, esta fonte não poderia ter sido melhor substituída senão pelos habitantes das terras*

*do Tirol. As famílias são autenticamente patriarcais, seja pela dimensão, seja pela moralidade, união e amor ao trabalho. Sendo certo que a colonização não deve ser afrontada unicamente como elemento de evolução material, isto é, braços, mas decididamente valorizada como elemento de evolução social, que retempera o sangue e a virilidade brasileira, e coopera proficuamente para a nossa civilidade, parece que a esse desejo, melhor correspondem os emigrantes tirolezes". (Santaolimpia.com.br)*

Em 24 de dezembro de 1881, os novos imigrantes tirolezes que posteriormente viriam à Piracicaba chegaram ao Porto do Rio de Janeiro no vapor Frankfurt, chegando em Santos no dia 31 de dezembro daquele ano, e seguindo para a Fazenda Sete Quedas, em Campinas (O Espírito do Lugar, 2016).

Em 1886, com a chegada ao fim do contrato de trabalho, os colonos tirolezes passaram a se mudar para os municípios de Amparo, Capivari e Piracicaba, onde se dirigiram para o trabalho na Fazenda Monte Alegre, permanecendo até 1891.

Em 1892, compraram a Fazenda Santa Olímpia, trabalhando inicialmente na cultura cafeeira, e posteriormente, nas culturas de algodão e cana-de-açúcar, e em menor escala, nos cultivos de arroz, milho, feijão e hortaliças, além da criação de animais, dando-se assim, a origem do bairro atual, sendo que entre outras, as famílias deste período inicial eram Correr, Pompermayer, Stenico, Christofolletti, Brunelli, Degaspari, Forti, Veneri, Negri, Zotelli (santaolimpia.com.br).

No caso do bairro de Santana, vizinho à Santa Olímpia, e também parte da denominada Colônia Tirolesa de Piracicaba, teve suas origens, também em razão da crise depressão agrícola e crise econômica do Império Austro-Húngaro.

Em 1877, Bortolo Vitti e sua esposa, Maria Sartori e seus dez filhos, considerados os patriarcas do bairro de Santana, deixaram o Tirol e chegaram ao Brasil, dirigindo-se para Fazenda Sete Quedas, em Campinas.

Após anos trabalhando para o Visconde de Indaiatuba, mudaram-se para o município de Rio Claro, onde adquiriram um pequeno sítio próximo ao Rio Cabeça.

Por meio de informações passadas por um frade capuchinho, souberam que próximo à Fazenda Santa Olímpia, recém-adquirida por seus parentes tirolezes, havia outra fazenda à venda, a fazenda Santana.

Assim, com suas economias, em 1893, adquiriram a propriedade, que após alguns anos, se tornaria o bairro Santana.

Os bairros de Santa Olímpia e Santana, formam assim, o único núcleo organizado e estabelecido dos tirolezes de origem trentina no Estado de São Paulo, conhecidos informalmente como Colônia Tirolesa de Piracicaba.

Por meio de Decreto do Poder Executivo e aprovado pela Câmara Municipal de Piracicaba em 2015, a Prefeitura Municipal, através de um novo zoneamento em vigor no município, determinou a criação da Macrorregião satélite trentino-tirolesa, com 5.280 hectares e que é caracterizada por paisagem cultural a ser preservada, com base na imigração trentino-tirolesa para o Município e com potencial para a qualificação de turismo e negócios fundamentados nestas características.



Foto 1: Os patriarcas do bairro Santa Olímpia: Jacob Correr e Rosa Pompermayer.  
Crédito: Associação de Santa Olímpia / Museu de Santa Olímpia.



Foto 2: Os patriarcas do bairro Santana: Bortolo Vitti e Maria Sartori.  
Crédito: Blog O Espírito do Lugar.

### **RELIGIOSIDADE, CULTURA, TRABALHO E TRADIÇÃO**

Pode-se dividir a história dos bairros tiroleses piracicabanos em duas etapas distintas: a primeira, que vai da fundação dos bairros no final do século XIX até a década de 80 do século XX, marcada pelo pioneirismo e por certo isolamento dos bairros, repercutindo tal período em festas direcionadas apenas aos aspectos religiosos e voltadas exclusivamente para a comunidade em si; a segunda, por ocasião do I Centenário de fundação, ocorrido em 1992, ocorre uma abertura, com a inclusão de festas que visavam difundir e mostrar aos visitantes a rica cultura tirolesa, incluindo aspectos religiosos, culinários, artísticos e culturais.

Relata-nos Correr:

“Em Santa Olímpia, as festas com temática da imigração tirolesa passaram a ser enfatizadas e a focar no público externo apenas após a comemoração do cente-

nário. Antes da década de 1990, eram, em sua maioria, essencialmente religiosas e voltadas internamente à comunidade. A descoberta de um potencial turístico pode ter fortalecido essa mudança, no intuito de divulgar a cultura local aos visitantes e também trazer melhorias ao bairro com a arrecadação de recursos financeiros (Correr, 2014).

As principais festas realizadas nos bairros tirolezes são as seguintes:

A Festa da Cucanha coloca-se como um atrativo já consagrado da comunidade. Ela acontece toda terça-feira de carnaval, tendo como principal atividade uma caminhada pelo bairro durante toda a tarde, que é feita sob banhos de água e lama, na qual o lema é não ficar limpo. Ao final da tarde, todos os participantes se reúnem no salão da igreja para a refeição, a cucanha – prato típico regional do Tirol durante o período da guerra, no qual a população juntava suas sobras de alimentos, que acompanhados da polenta, tornava-se a única solução para os dias difíceis do período da guerra e da fome. Após essa parada, os participantes são convidados para o baile que se encerra antes da meia noite, respeitando o início da quaresma e marcando a forte religiosidade do local (Morais & Patresi, 2006).

O tingimento de ovos de galinha, realizados no período que antecede à Páscoa, também pode ser considerado um evento típico do folclore tirolês, aliado à religiosidade, e que permanece até os dias atuais, e que ovos de galinha são tingidos e entregues às crianças. Nessa brincadeira, vários ingredientes naturais, como folhas e flores de várias espécies, cascas de cebola, entre outros, são colocados num pano juntamente com um ovo de galinha, de modo a envolvê-lo. O pano é amarrado firmemente, de modo que os ingredientes fiquem bem aderidos à casca. Depois, esse embrulho é fervido até

o cozimento do ovo. A parte mais esperada, no entanto, é a abertura do “pacote”, hora em que podem ser observadas as marcas e cores únicas deixadas pelas flores e folhas na casca do ovo depois da fervura.

A Festa de Nossa Senhora ocorre em maio e já é uma tradição desde a fundação do bairro.

A Festa do Vinho realizada no mês de junho no Bairro Santana é uma grande atração local, que se realiza desde 2008 e consta do calendário turístico de Piracicaba. O vinho, produzido e engarrafado pelos cooperados de Santana e Santa Olímpia, mantém a tradição da produção local, aliado às danças típicas e comidas tirolesas, além, da programação religiosa.

A Festa da Polenta também é um dos principais atrativos turísticos dos bairros tiroleses. Idealizada pela primeira vez em 1992, em comemoração ao I centenário de fundação de Santa Olímpia. Ela acontece no final de julho e é uma festa gastronômica típica tirolesa-italiana, tendo como prato principal a polenta. Simultaneamente à celebração culinária, acontecem apresentações culturais como grupos de danças típicos, centros culturais e a abertura do museu do bairro, iniciando sempre na sexta-feira e encerrando-se no domingo. A festa, que faz parte do calendário turístico do município, atrai pessoas de Piracicaba e região, da capital paulista, da região Sul do Brasil, a até italianos e alemães (Morais & Patresi, 2006).

Novembro é o mês reservado para se lembrar à chegada dos imigrantes a Piracicaba, repercutindo tais atividades durante o mês. Surgida com o intuito de celebrar a fundação da Colônia Tirolesa de Piracicaba e de render culto aos antepassados, revalorizando a cultura e valores morais recebidos dos imigrantes pelos seus descendentes, comemorando a chegada à Fazenda Santa Olímpia em 20 de novembro de 1892.

Já o Mercadìn di Nadàl, realizado em dezembro, remon-

ta à antiga tradição de festas tirolesas e alpinas, onde artesãos locais vendem artigos natalinos para lembrarem o Menino Jesus e São Nicolau, além de comidas típicas. É realizado no salão de festas da capela de Santana dentro do período litúrgico do Advento.

Os trentinos-tirolezes organizam a vida social no bairro por sua memória, e, para isso, desenvolvem ações para a valorização de seu patrimônio cultural imaterial. Além disso, observam um calendário de festas que remonta à história do bairro, estabelecendo uma relação direta com os antepassados tirolezes. (Camargo, 2013).

## **CONCLUSÃO**

Vivemos num período marcado pelo domínio da economia de mercado, globalizante, excludente e padronizante, repercutindo tais atitudes na cultura popular dos povos. Ainda assim, a rica cultura popular brasileira, enriquecida pela chegada de povos do mundo todo, ainda resiste e no caso da Colônia Tirolesa de Piracicaba, é um belo exemplar de resgate das tradições incorporadas à cultura brasileira atual, mostrando-nos como é salutar a diversidade incorporada ao nosso dia-a-dia, respeitando-se as gerações passadas e abrindo novos horizontes às crianças e jovens de nossos dias.

## **BIBLIOGRAFIA**

- CAMARGO, Fernando Monteiro. Santa Olímpia e suas relações com a cidade de Piracicaba: memória e cotidiano de um bairro tirolês. Porto Alegre. *Illuminuras*, v. 14, número 34, p. 104-124, 2013.
- CORRER, André Bortolazzo. Identidade tirolesa em Santa Olímpia ( Piracicaba/SP): festas, tradições e memória. Dissertação de Mestrado da Escola de Artes, Ciências e



- Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2014, 212 p.
- I Centenário da Colônia Tirolesa. Jornal de Piracicaba, Edição de 10/11/1992.
- LEME, Maria Luísa de Almeida. Dio, che brut estuda. Um Estudo linguístico da comunidade tirol-trentina da cidade de Piracicaba-SP. Campinas. Editora da Unicamp e Centro de Memória da Unicamp, 2001, 166 p.
- LEOPOLDINO, Everton Altmayer. A fala dos tirolese de Piracicaba: um perfil linguístico dos Bairros Santana e Santa Olímpia. 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo/SP, 2009, 373 p.
- LEOPOLDINO, Everton Altmayer. Do que sou descendente? De tirolese! Circulo Trentino di São Paulo, 2008.
- MORAIS, Tatiane Cristina; PATRESI, Nathália Cristina. Estudo do potencial turístico do Bairro de Santa Olímpia. Piracicaba, 2006.
- O Espírito do Lugar Blog <http://oespiritodolugar.blogspot.com.br/p/santana.html> Acesso dia 25/08/2016.
- Os Tirolese no Brasil (Blog). <https://tirolese.com.br/> Acesso dia 14/07/2016.
- [www.santaolimpia.com.br](http://www.santaolimpia.com.br) Acesso dia 13/05/2016.
- Tirolese no Brasil. Circulo Trentino di São Paulo, 2010. Vídeo.

Acervo IHGP: Construção dos trilhos Bonde,  
1906



## 3

Festa dos 200 anos  
da cidade

## As comemorações do Bicentenário

**Adolpho Queiroz**

É 2º tesoureiro do IHGP



OS 200 ANOS DA cidade de Piracicaba constituíram-se num marco importante para a cidade, então governada pelo prefeito Luciano Guidotti. A data de 1º de agosto de 1967 caiu numa terça feira.

Em breve pesquisa realizada nos jornais da época, *Jornal de Piracicaba* e diário de Piracicaba, reconstituímos a programação daquele dia.

Entre 7 e 8 horas houve uma alvorada festiva, com a participação de bandas e fanfarras em diferentes pontos da cidade.

As 8 horas, houve o hasteamento das bandeiras, no Marco das Bandeiras, que se localizava da Praça José Bonifácio, proximidades da rua Prudente de Moraes. Houve também salva de tiros, com canhões do Segundo Exército de Campinas. Em seguida, às 9 horas, houve um desfile militar pelas ruas centrais da cidade, com as tropas do II Exército. E, logo após, vôos acrobáticos realizados pela Esquadrilha da Fumaça.

As 10 horas ocorreu a inauguração de uma exposição de plantas exóticas.

Mais tarde, às 11horas, foi inaugurada a EXFINUP, Exposição Filatélica de Piracicaba, com o lançamento do selo comemorativo aos 200 anos, um peixe desenhado pelo artista Renato Wagner.

No período d tarde, a Câmara Municipal realizou uma sessão em homenagem à cidade no Teatro São José, sob a presidência do vereador Francisco Antonio Coelho. Eram vereadores à época Amâncio Clemente, Antonio Stolf, Artur Domingos da Mota, Celso Camargo Sampaio, Cicero Usberti, Emilio Reinaldo Adâmoli, Jaime Pereira, João Fidelis e Jorge Antonio Angeli.

Posteriormente, às 18 horas houve uma missa celebrada na Catedral de Santo Antonio. E em seguida, novamente na praça José Bonifácio foram entregues medalhas comemorativas ao bicentenário a personalidades locais. Enquanto isso, na rua do Porto houve uma grande queima de fogos.

O dia foi encerrado com um jantar festivo para convidados, no Clube de Campo de Piracicaba.

Para marcar a efeméride houve durante o mês de agosto um jogo de futebol entre o E.C. XV de Novembro e o Cruzeiro, de Belo Horizonte. E foram construídos marcos do bicentenário que foram instalados ao lado da Casa do Povoador e no Estádio Barão de Serra Negra. Os marcos foram retirados posteriormente e não ficou outro registro sobre a efeméride além dos registrados pelos jornais da época.



Festa dos 200 anos  
da cidade

## Lembranças do Bicentenário

***Ivana Maria França de Negri***

Poetisa e membro da Academia Piracicabana de Letras

FINALZINHO DOS ANOS DOURADOS, 1967. Eu, pré-adolescente, com doze primaveras incompletas. Os festejos do Bicentenário de Piracicaba, nessa época, me marcaram profundamente.

Nossa Noiva da Colina era ainda uma cidade interiorana onde quase todos se conheciam. Mas crescia muito depressa sob o comando do dinâmico prefeito Luciano Guidotti.

Não havia shoppings e os pontos de encontros da juventude eram na saída da missa da Catedral, em algum barzinho, como o Karamba's Lanches, nos cinemas como o Politeama, Palácio e Broadway, na bombonnière do Passarela ou no Jardim da Cerveja.

Os Beatles eram os ícones, e o iê-iê-iê e a Bossa Nova encantavam os adolescentes.

O movimento “Paz e Amor” dos hippies, se alastrava, e aumentavam as comunidades que rejeitavam produtos industrializados, o consumismo desenfreado, pregando o fim das guerras e ampliação dos direitos.

Tempo de passar as férias escolares em Santos, descer a serra de fusca, o que era uma aventura! Nem se falava em cinto de segurança e a criançada se espremia no porta-malas que ficava dentro do carro. Uma festa!

As bebidas eram Crush e Cuba-Libre. Crianças não tomavam Coca-cola, só em ocasiões especiais. Bebiam laranjadas e limonadas que suas mães e avós preparavam, geralmente com as frutas colhidas frescas no pé, do quintal das residências.

Nossa casa estava um alvoroço porque minha irmã mais velha, Maria Graziela, aos 15 anos, tinha sido convidada para participar do concurso que elegeria a Miss Bicentenário. O baile de gala seria no Clube Coronel Barbosa, o top da cidade na época. Tempos de black-tie, smokings e ternos feitos sob medida com coletes, camisas com barbatanas, abotoaduras e vestidos vaporosos, rendados e bordados. Os convites para os bailes de gala pediam traje a rigor. E os que não estivessem de acordo eram barrados nas festas.

Os penteados eram bem elaborados, coques, cachos, apliques e litros de laquê, que os mantinham firmes, duros, sem desabar. Os “play boys” usavam cabelos bem compridos, uma afronta aos mais velhos, adeptos do corte quase zero dos barbeiros. Também havia os que usavam topetes à La Elvis Presley.

As roupas seguiam o estilo da atriz Brigitte Bardot, tubinhos e minissaias. Já para os rapazes, quem ditava a moda eram os Beatles, o famoso quarteto de Liverpool, com blusas de gola role e terninhos de pernas ajustadas.

Minhas tias, modistas finas – naquela época não havia muita opção de roupa pronta para comprar – sempre a postos com suas fitas métricas, tesouras, agulhas e linhas. Confecção-



naram um lindo vestido para minha irmã que foi aclamada pelos jurados como a mais bela, sendo eleita a Miss Bicentário de Piracicaba, recebendo o cetro, a capa e a coroa, que seriam dela por cem anos!

Eu não podia frequentar os bailes por conta da pouca idade, mas ficava “nos bastidores” participando de tudo. Para mim foi tudo muito mágico!

O tempo passa célere, mas não apaga as lembranças que ficam indelevelmente impregnadas em nossa memória. Saudades de minha mãe, das minhas tias e de um tempo que não volta mais.

E Piracicaba, no auge dos seus duzentos e cinquenta anos, continua sendo adorada, cheia de flores e de encanto, com seu famoso rio que “joga água pra fora quando chega a água dos olhos de alguém que chora de saudade”...

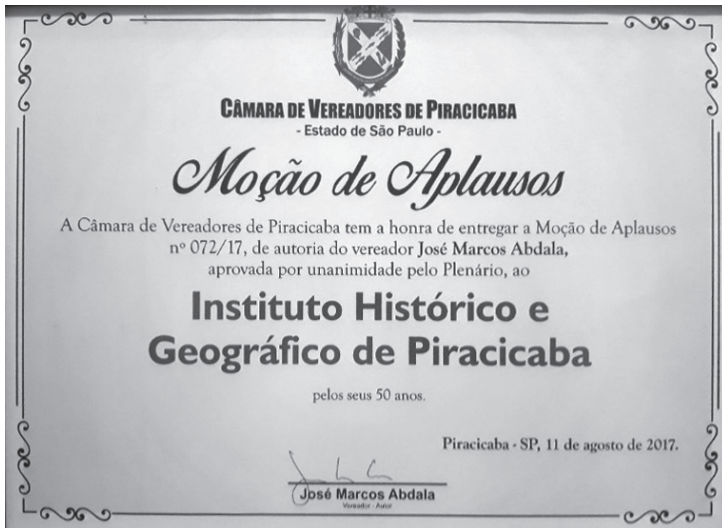




## 4

Homenagens recebidas

## Sessão magna do IHGP Celebra os 50 anos do instituto e os 250 de Piracicaba



O INSTITUTO HISTÓRICO E Geográfico de Piracicaba (IHGP) promove, nesta sexta-feira, dia 11, uma sessão magna oficial e estatutária para celebrar os aniversários de 250 anos do município e de 50 anos da instituição que é “a guardiã da história da cidade”. A solene ocorre no anfiteatro da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (Acipi), às 19h30.

Na programação do evento haverá uma saudação do orador do instituto (Gustavo Jacques Dias Alvim), a palestra “Corpo de Bombeiros; 61 Anos de História em Piracicaba (ministrada pelo bombeiro Guaracy Ribeiro Filho), a entrega do Diploma Empresa Amiga do IHGP (a Gazeta de Piracicaba será uma das quatro homenageadas com a honraria) e do Diploma de Mérito Cultural (ao jornalista e escritor Cecílio Elias Netto e ao senador ítalo-brasileiro Fausto Longo). Ao final, será realizado um coquetel.

“O IHGP foi fundado no bicentenário de Piracicaba, em 1967. O instituto surgiu da preocupação de historiadores e de uma ala de intelectuais que gostariam que a história da cidade fosse devidamente arquivada”, conta Valdiza Maria Caprânico, presidente do IHGP na gestão 2016/2018.

A mandatária do IHGP destaca que o instituto possui um extenso e valioso arquivo – jornais desde 1880, revistas, fotografias, documentos e outros itens. E que existe um projeto de digitalização deste acervo. “Uma parte muito pequena foi digitalizada, pois ainda não conseguimos empresas para apoiar esse grande projeto. Mas estamos à procura de empresários interessados em preservar e eternizar a história de Piracicaba”.

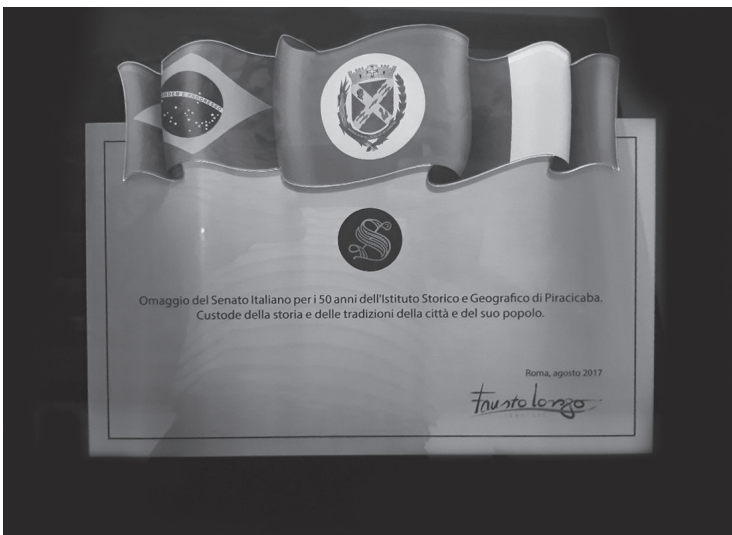
Valdiza ressalta que, em razão do aniversário de Piracicaba, o IHGP registrou um aumento de 90% no número de visitantes interessados em pesquisas e informações históricas. “Neste ano, estamos tendo uma procura enorme por parte de historiadores, jornalistas, radialistas, pesquisadores e interessados em geral. Todo dia tem gente pesquisando o nosso

arquivo”, salienta. “Essa procura nos honra profundamente”, acrescenta.

Ainda em celebração aos 250 anos de Piracicaba, a presidente do IHGP destaca que uma parte do acervo fotográfico do instituto integra duas exposições itinerantes que, desde o primeiro semestre, estão desembarcando em diferentes espaços da cidade. São as mostras “Piracicaba – Passado e Presente” e “Bairros de Piracicaba (Tanquã e Tupi)”. Elas já foram exibidas na Biblioteca Municipal Ricardo Ferraz de Arruda Pinto, no Shopping Piracicaba, na Fatep e no Clube Cristóvão Colombo. “E neste momento estão no Museu da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e na rodoviária”, frisa Valdiza.

E a cerimônia desta noite ainda rende agradecimentos a todos os ex-gestores do IHGP. “Afinal, são 50 anos de trabalho exclusivamente voluntário de todas as diretorias”, diz Valdiza, que é o 21º presidente do instituto.

## HOMENAGEM DO SENADO ITALIANO

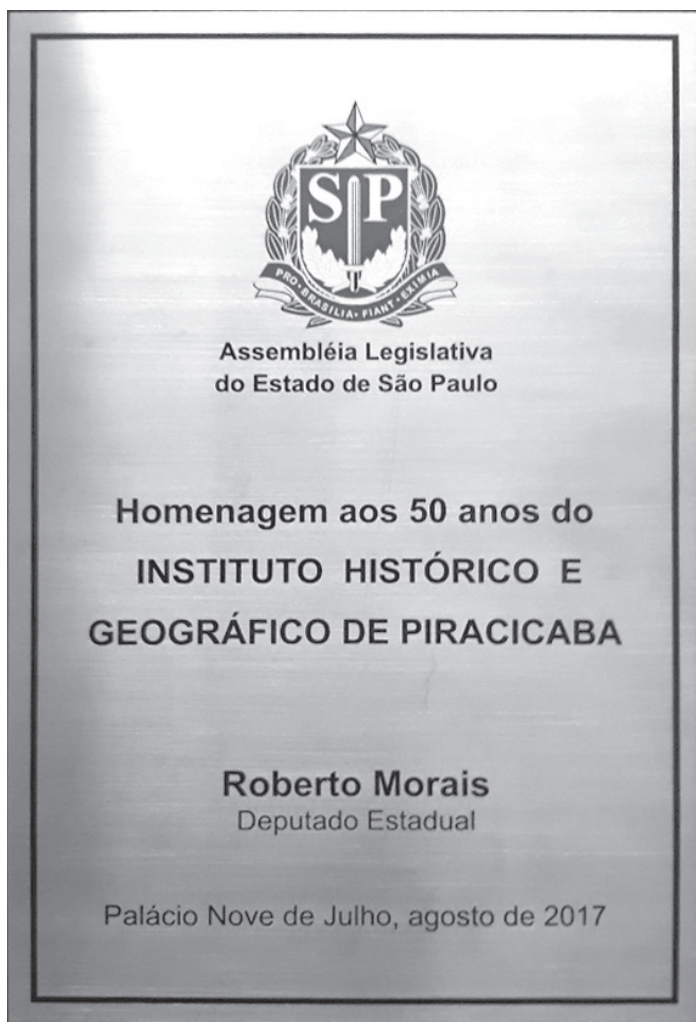




A presidente do IHGP, Valdiza Caprânico recebendo a homenagem do vereador Marcos Abdala, em nome da Câmara Municipal de Piracicaba



A mesa da solenidade dos 50 anos: José Rubens Françoso, presidente do SEMAE, representou o prefeito Barjas Negri no ato; o vice-presidente Vitor Pires Vencovski; a presidente Valdiza Caprânico; o senador italiano Fausto Longo e o Monsenhor Jamil Nassif Abib, da diretoria do IHGP



Placa comemorativa recebida pelo IHGP, entregue pelo deputado estadual Roberto Morais em nome da Assembleia Legislativa de São Paulo

Acervo IHGP: Hotel nacional, na metade do século XX





# 5

## Exposições itinerantes



31 - Estação Paulista, Piracicaba

Reprodução do "Jornal"

Acervo IHGP: Operários da ferrovia, início do século XX



## Exposições itinerantes

NO ANO DO SEU cinquentenário, o IHGP promoveu algumas exposições de fotografias intitulada “Piracicaba, passado e presente”; “Bairros de Piracicaba”, “Tanquã e tupi”.

Elas percorreram a Biblioteca Municipal de Piracicaba, a FATEP, o Centro Cultural e Recreativo Cristóvão Colombo, a ESALQ, o Shopping Piracicaba, o Clube de Campo e a Estação Rodoviária Intermunicipal, mostrando um pouco dos registros fotográficos do acervo do IHGP.



Exposição no Cristóvão Colombo



Exposição na Rodoviária

Homenagens ao IHGP

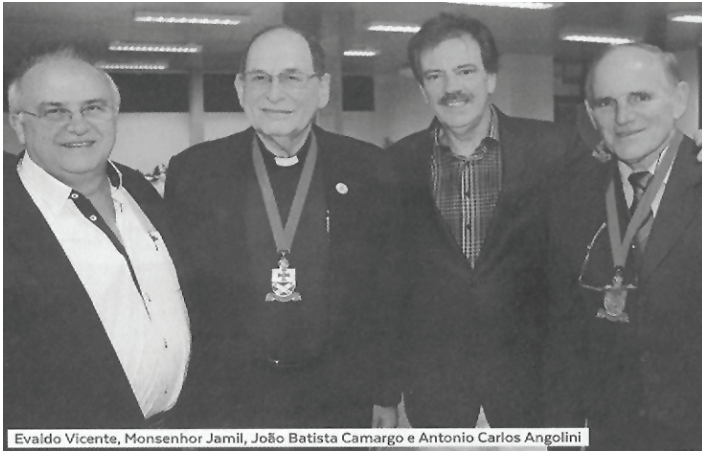


Valdiza Capranico, Marcelo Batuira Losso Pedroso e Edson Rontani



Josué Lazier, Vitor Vencovsky e Gustavo Alvim





Evaldo Vicente, Monsenhor Jamil, João Batista Camargo e Antonio Carlos Angolini



Fausto Longo, Cecilio Elias Neto e Adolpho Queiróz

Esta edição foi impressa na Gráfica EME, sendo tiradas trezentas cópias, todas em formato fechado 155x230mm e com mancha de 109x178mm. Os textos foram compostos nas fontes Palatino Linotype e Frutiger.

Novembro de 2018